

AO

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL DO ESTADO DE MINAS
GERAIS – COPAM

*PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO À UNIDADE REGIONAL COLEGIADA
RIO DAS VELHAS - RECURSO À CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL*

C/C

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL – SEMAD/MG

*Subsecretaria de Fiscalização Ambiental
Diretoria de Autos de Infração e Controle Processual*

SIGED



00111285 1501 2016

Anote abaixo o número do SIPRO

Referência: Auto de Infração nº 4803/2015 - PA COPAM 436590/15

Assunto: Recurso Administrativo

SAMARCO MINERAÇÃO S.A., doravante denominada **SAMARCO**, já qualificada nos autos do processo administrativo em epígrafe, vem, respeitosamente, por seus procuradores adiante subscritos (doc. 1), nos termos dos artigos 43 e 44 do Decreto nº 44.844/2008 e do art. 41 do Decreto nº 46.668/2014, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** face à decisão proferida na ocasião da 94ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Rio das Velhas, realizada em 19.04.2016, que determinou a manutenção da multa estabelecida no Auto de Infração nº 4803/2016, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:



Governo do Estado de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva



Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

O Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM torna públicas as DECISÕES determinadas pela 93ª Reunião Extraordinária da Unidade Regional Colegiada Rio das Velhas, realizada no dia 19 de fevereiro de 2016, às 13h30min, na Rua Espírito Santo, 495, 4º andar, Plenário, Centro, Belo Horizonte/MG. a saber: 4. Exame da Ata da 92ª RO de 15/12/2015. **RETIRADA DE PAUTA.** 5. Processo Administrativo para exame da Licença de Operação: 5.1 Gran Royale Lagoa Santa Empreendimento Imobiliário S.A. - Loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente residenciais - Lagoa Santa/MG - PA/Nº 02435/2009/003/2015 - Classe: 3. Apresentação: Supram CM. **CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 06 (SEIS) ANOS. Aprovada a inclusão de nova condicionante com a seguinte redação: "Deverá conter no contrato de compra e venda dos lotes cláusula específica sobre a impossibilidade de corte de pequizeiros, ressaltando que na eventualidade de algum exemplar impedir a construção de residência, o mesmo deverá ser removido e plantado na área verde do loteamento. O processo deverá ser executado por profissional habilitado. Prazo: Durante a validade da licença".** 6. Processo Administrativo para exame da Licença de Operação Corretiva: 6.1 Frigorífico Santa Vitória Ltda. - Abate de animais de médio e grande porte suínos, ovinos, caprinos, bovinos, equinos, bubalinos, industrialização da carne, inclusive desossa, charqueada e preparação de conservas - Contagem/MG - PA/Nº 15835/2006/007/2014 - Classe: 5. Apresentação: Supram CM. **PEDIDO DE VISTAS pelos Conselheiros Felipe Faria de Oliveira representante da PGJ e Paula Meireles Aguiar representante da FIEMG.** 7. Processo Administrativo para exame de Prorrogação de Prazo de Validade da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 7.1 Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. - Pavimentação e/ou melhoramentos de rodovias - Confins/MG - PA/Nº 32370/2014/003/2015 - Classe: 3. Apresentação: Supram CM. **DEFERIDA.** 8. Processo Administrativo para exame da Defesa do Auto de Infração: 8.1 Samarco Mineração S.A. / Mina do Germano - Barragem de contenção de rejeitos/resíduos - Mariana/MG - PA/CAP Nº 436590/2015 - AI/Nº 4803/2015 - Classe: 6. Apresentação: Subsecretaria de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada - SUCFIS. **PEDIDO DE VISTAS pelos Conselheiros Felipe Faria de Oliveira representante da PGJ, Paula Meireles Aguiar representante da FIEMG, Fabiano Blanc Xavier representante do SINDIEXTRA, Neide Mateus Rodrigues representante da FETAEMG e Simone Alvarenga Borja representante do FONASC-CBH.**

Nalton Sebastião Moreira da Cruz

Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e
Presidente da URC Rio das Velhas.



DOC. 3

Número do SIPRO: 0056566-1170/2016-5
Número do SIGED: 00061907-1501-2016
Descrição: AUTO DE INFRAÇÃO 436590/15
Solicitante: SAMARCO MINERAÇÃO SA
Data e hora do protocolo: 16/03/2016 - 03:36
Nome do atendente: ARISTOTELES SANTOS
Destinatário: SEMAD/DAICP
Para mais informações sobre este documento favor acessar o site:
www.planejamento.mg.gov.br e consultar no SIGED-WEB

CÓPIA



**À UNIDADE REGIONAL COLEGIADA RIO DAS VELHAS DO CONSELHO
ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**

**C/C DIRETORIA DE AUTOS DE INFRAÇÃO E CONTROLE PROCESSUAL DA
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

AUTO DE INFRAÇÃO SUCFIS/SEMAD nº 4803/2015

PA COPAM Nº 436590/15

Objeto da autuação e teses discutidas

Alegações Finais

16.03.2016

Laura Altoe

Para: stefani.pinho@mendodesouza.com.br
Assunto: RES: 94ª Reunião Ordinária da URC/RV - AI nº 4.803/2015 SAMARCO



De: Stefani Pinho [mailto:stefani.pinho@mendodesouza.com.br]

Enviada em: sexta-feira, 15 de abril de 2016 11:44

Para: 'gabinete.adjunto@meioambiente.mg.gov.br'; 'naltom.cruz@meioambiente.mg.gov.br';
'marcos.rodriques@emater.mg.gov.br'; 'jose.guilherme@desenvolvimento.mg.gov.br';
'andrea.rios@urbano.mg.gov.br'; 'juliano.j.trant@gmail.com'; 'mauro@mpmg.mp.br'; 'irene.frayha@ibama.gov.br';
'romel.costa@dnpm.gov.br'; 'gabpref@pbh.gov.br'; 'comite@aguasdoparaopeba.org.br'; 'costasw@fiemg.com.br';
'paguiar@fiemg.com.br'; 'carlosalberto@faemg.org.br'; 'guilherme@fetaemg.org.br'; 'fetaemg@fetaemg.org.br';
'marco@oxigas.com.br'; 'diretoria@oxigas.com.br'; 'sindiextra@fiemg.com.br'; 'jfcoura@ig.com.br';
'ivania.linhares@crea-mg.org.br'; 'bottrel31@gmail.com'; 'ronaldo@pontoterra.org.br';
'ronaldovasconcellospv@gmail.com'; 'pontoterra@pontoterra.org.br'; 'luiz.c.cruz@una.br'; 'felipefaria@mpmg.gov.br';
'neide@fetaemg.org.br'; 'fabiano.blacnc@grupobmg.com.br'

Assunto: 94ª Reunião Ordinária da URC/RV - AI nº 4.803/2015 SAMARCO

Prezados Conselheiros da URC Rio das Velhas,

Como é de seu conhecimento, no próximo dia 19 será realizada a 94ª Reunião Ordinária da URC Rio das Velhas, sendo que uma das deliberações, conforme a pauta, será sobre a decisão acerca do Auto de Infração nº 4.803/2015 lavrado em face da SAMARCO.

Para que possam ter informações sobre o referido processo, segue manifestação apresentada à SUCFIS após a exposição do parecer único.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Stéfani Pinho
Advogada



Rua Desembargador Jorge Fontana, 50 - 4º andar
Belvedere - Belo Horizonte - MG
CEP 30320-670
Telefax: (55 - 31) 3286-3012
www.mendodesouza.com.br



Livre de vírus. www.avast.com.



DOC. 4



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Secretaria Executiva

**Pauta da 94ª Reunião Ordinária da
Unidade Regional Colegiada Rio das Velhas do
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM.**

Data: 19 de Abril de 2016, às 13h30min.

Local: Rua Espírito Santo, 495, 4º andar/Plenário, Centro, Belo Horizonte/MG.



1. Execução do Hino Nacional Brasileiro.

2. Abertura pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Rio das Velhas, Dr. Nalton Sebastião Moreira da Cruz.

3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos gerais.

4. Exame das Atas da 92ª RO de 15/12/2015. RETIRADA DE PAUTA em 19/02/2016 e da 93ª RE de 19/02/2016.

5. Processo Administrativo para exame da Licença de Operação Corretiva:

5.1 Frigorífico Santa Vitória Ltda. - Abate de animais de médio e grande porte suínos, ovinos, caprinos, bovinos, equinos, bubalinos, industrialização da carne, inclusive desossa, charqueada e preparação de conservas - Contagem/MG - PA/Nº 15835/2006/007/2014 - Classe: 5. Apresentação: Supram CM. **RETORNO DE VISTAS pelos Conselheiros Felipe Faria de Oliveira representante da PGJ e Paula Meireles Aguiar representante da FIEMG.**

6. Processo Administrativo para exame da Defesa do Auto de Infração:

6.1 Samarco Mineração S.A. / Mina do Germano - Barragem de contenção de rejeitos/resíduos - Mariana/MG - PA/CAP Nº 436590/2015 - AI/Nº 4803/2015 - Classe: 6. Apresentação: Subsecretaria de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada - SUCFIS. **RETORNO DE VISTAS pelos Conselheiros Felipe Faria de Oliveira representante da PGJ, Paula Meireles Aguiar representante da FIEMG, Fabiano Blanc Xavier representante do SINDIEXTRA, Neide Mateus Rodrigues representante da FETAEMG e Simone Alvarenga Borja representante do FONASC-CBH.**

7. Processo Administrativo para exame de Revalidação da Licença de Operação:

7.1 SAMA - Santa Marta Siderurgia Ltda. - Siderurgia e elaboração de produtos siderúrgicos com redução de minérios, inclusive ferro-gusa - Sete Lagoas/MG - PA/Nº 00093/1984/011/2011 - Classe: 5. Apresentação: Supram CM. **RETORNO DE BAIXA EM DILIGÊNCIA.**

8. Processos Administrativos para exame da Licença Prévia:

8.1 Vale S.A. - Pilhas de rejeito/estéril, barragem de contenção de rejeitos/resíduos - Itabirito/MG - PA/Nº 00211/1991/058/2011 DNPM 930.593/1988 - Classe: 6. Apresentação: Supram CM. **RETIRADO DE PAUTA em 24/11/2015.**

8.2 Loteamento BH/Morar - Capitão Morar - Loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente residenciais para construção de habitações de interesse social - Belo Horizonte/MG - PA/Nº 18001/2014/001/2014 - Classe: 5. Apresentação: Supram CM.



9. Processo Administrativo para exame da Licença de Instalação:

- 9.1 SDFLC Brasil Indústria e Comércio Ltda. - Fabricação de produtos alimentares, não especificados ou não classificados - Sete Lagoas/MG - PA/Nº 05988/2014/002/2015 - Classe: 5. Apresentação: Supram CM.

10. Processos Administrativos para exame de Revalidação da Licença de Operação:

- 10.1 Samarco Mineração S.A. - Barragem de contenção de rejeitos/resíduos, correias transportadoras - Ouro Preto e Mariana/MG - PA/Nº 00015/1984/091/2012 DNPM 930.706/1982 - Classe: 6. Apresentação: Supram CM.
- 10.2 Intercement Brasil S.A. - Fabricação de cimento, co-processamento de resíduos em forno de clínquer - Pedro Leopoldo/MG - PA/Nº 00015/1978/077/2014 - Classe: 5. Apresentação: Supram CM.

11. Processo Administrativo para exame de Exclusão de Condicionante de Revalidação da Licença de Operação:

- 11.1 Iveco Latin America Ltda. - Fabricação e/ou montagem e/ou teste de motores de combustão - Sete Lagoas/MG - PA/Nº 00333/1997/011/2007 - Classe: 6. Apresentação: Supram CM.

12. Encerramento.

Nalton Sebastião Moreira da Cruz
Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e
Presidente da URC Rio das Velhas.



Governo do Estado de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva



Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

O Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM torna públicas as DECISÕES determinadas pela 94ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Rio das Velhas, realizada no dia 19 de abril de 2016, às 13h30min, na Rua Espírito Santo, 495, 4º andar, Plenário, Centro, Belo Horizonte/MG, a saber:

4. Exame das Atas da 92ª RO de 15/12/2015 e da 93ª RE de 19/02/2016. **APROVADAS.** 5. Processo Administrativo para exame da Licença de Operação Corretiva: 5.1 Frigorífico Santa Vitória Ltda. - Abate de animais de médio e grande porte suínos, ovinos, caprinos, bovinos, equinos, bubalinos, industrialização da carne, inclusive desossa, charqueada e preparação de conservas - Contagem/MG - PA/Nº 15835/2006/007/2014 - Classe: 5. Apresentação: Supram CM. **BAIXADO EM DILIGÊNCIA.** 6. Processo Administrativo para exame da Defesa do Auto de Infração: 6.1 Samarco Mineração S.A. / Mina do Germano - Barragem de contenção de rejeitos/resíduos - Mariana/MG - PA/CAP Nº 436590/2015 - AI/Nº 4803/2015 - Classe: 6. Apresentação: Subsecretaria de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada - SUCFIS. **INDEFERIDA NOS TERMOS DO CONTROLE PROCESSUAL.** 7. Processo Administrativo para exame de Revalidação da Licença de Operação: 7.1 SAMA - Santa Marta Siderurgia Ltda. - Siderurgia e elaboração de produtos siderúrgicos com redução de minérios, inclusive ferro-gusa - Sete Lagoas/MG - PA/Nº 00093/1984/011/2011 - Classe: 5. Apresentação: Supram CM. **PEDIDO DE VISTAS pelos Conselheiros Mauro da Fonseca Ellovitch representante da PGJ e Wagner Soares Costa representante da FIEMG.** 8. Processos Administrativos para exame da Licença Prévia: 8.1 Vale S.A. - Pilhas de rejeito/estéril, barragem de contenção de rejeitos/resíduos - Itabirito/MG - PA/Nº 00211/1991/058/2011 DNPM 930.593/1988 - Classe: 6. Apresentação: Supram CM. **PEDIDO DE VISTAS pelos Conselheiros Mauro da Fonseca Ellovitch representante da PGJ, Simone Alvarenga Borja representante do FONASC-CBH, Sônia Maria Costa Greco representante da SEDE, Ronaldo Vasconcellos Novais representante da Organização Ponto Terra, Wagner Soares Costa representante da FIEMG e Luís Márcio Vianna representante do SINDIEXTRA.** 8.2 Loteamento BH/Morar - Capitão Morar - Loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente residenciais para construção de habitações de interesse social - Belo Horizonte/MG - PA/Nº 18001/2014/001/2014 - Classe: 5. Apresentação: Supram CM. **RETIRADO DE PAUTA.** 9. Processo Administrativo para exame da Licença de Instalação: 9.1 SDFLC Brasil Indústria e Comércio Ltda. - Fabricação de produtos alimentares, não especificados ou não classificados - Sete Lagoas/MG - PA/Nº 05988/2014/002/2015 - Classe: 5. Apresentação: Supram CM. **CONCEDIDA COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 04 (QUATRO) ANOS. Aprovada a inclusão de nova condicionante com a seguinte redação: "Implantar um sistema de filtragem das águas pluviais, de modo a reutilizá-las em atividades secundárias do empreendimento (irrigação de jardins e gramados, vasos sanitários, etc.). Prazo: Até a formalização da LO".** 10. Processos Administrativos para exame de Revalidação da Licença de Operação: 10.1 Samarco Mineração S.A. - Barragem de contenção de rejeitos/resíduos, correias transportadoras - Ouro Preto e Mariana/MG - PA/Nº 00015/1984/091/2012 DNPM 930.706/1982 - Classe: 6. Apresentação: Supram CM. **PEDIDO DE VISTAS pelos Conselheiros Mauro da Fonseca Ellovitch representante da PGJ, Wagner Soares Costa representante da FIEMG, Eduardo Nascimento representante da FETAEMG, Luís Márcio Vianna representante do SINDIEXTRA, Simone Alvarenga Borja representante do FONASC-CBH e Ronaldo Vasconcellos Novais representante da Organização Ponto Terra.** 10.2 Intercement Brasil S.A. - Fabricação de cimento, co-processamento de resíduos em forno de clínquer - Pedro Leopoldo/MG - PA/Nº 00015/1978/077/2014 - Classe: 5. Apresentação: Supram CM. **PEDIDO DE VISTAS pelos Conselheiros Mauro da Fonseca Ellovitch representante da PGJ, Wagner Soares Costa representante da FIEMG e Luís Márcio Vianna representante do SINDIEXTRA.** 11. Processo Administrativo para exame de Exclusão de Condicionante de Revalidação da Licença de Operação: 11.1 Iveco Latin America Ltda. - Fabricação e/ou montagem e/ou teste de motores de combustão -



Governo do Estado de Minas Gerais

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

Secretaria Executiva



Sete Lagoas/MG - PA/Nº 00333/1997/011/2007 - Classe: 6. Apresentação: Supram CM.
INDEFERIDA.

Nalton Sebastião Moreira da Cruz

Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e

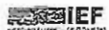
Presidente da URC Rio das Velhas.



DOC. 5



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE
E RECURSOS HÍDRICOS - SISEMA
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



1. AUTO DE INFRAÇÃO: Nº: 167286

Vinculado
ao:

☐ Auto de Fiscalização nº de
☐ Boletim de Ocorrência nº de

Lavrado em Substituição ao AI nº

2. Agenda:

☐ FEAM ☒ IEF ☐ IGAM

3. Órgão Autuante:

☐ FEAM ☐ IGAM ☐ IEF ☒ PMMG
☐ SUPRAM

4. Penalidades Aplicadas: 1- ☐ Advertência 2- ☒ Multa Simples 3- ☐ Multa Diária 4- ☒ Apreensão 5- Embargo: ☒ de Obra ou ☒ de Atividade
6- Suspensão: ☐ de Atividade ☐ de Venda ☐ de Fabricação 7- ☐ Demolição obra 8- ☐ Restritiva Direitos
As penalidades deverão ser descritas no campo 14.

5. Autuado

Nome do Autuado/ Empreendimento

SAMARCO MINERAPRO S/A.

☐ CPF ☒ CNPJ

☐ RG ☐ RGP ☐ Título Eleitoral ☐ CNH-UF ☐ Placa do Veículo ☐ RENAVAM

16.688.888/0003-23

Endereço do Autuado/ Empreendimento (Correspondência)

MIN. DO GERMANO

Nº. Km

5/100

Complemento

Cx Postal 22

Bairro/Logradouro

ZONA RURAL

Município

MARILIA

UF

MG

CEP

3541210-0010

Cx Postal

Fone:

00351519-510 B12

E-mail

6. Atividade

☐ AAF ☒ Licenciamento ☐ DAIA ☐ Outorga ☐ Não há processo ☒ Processo nº 11.18.0409 ZM.

Atividade desenvolvida:

EXPLORAÇÃO DE EUCALIPTO EM ÁREA P. PERMANENTE

Código da Atividade

Porte

Classe

7. Outros
Envolvidos
Responsáveis

Nome do 1º envolvido

☐ CPF ☐ CNPJ

Vínculo com o AI Nº

Nome do 2º envolvido

☐ CPF ☐ CNPJ

Vínculo com o AI Nº

8. Localização da Infração

Endereço da Infração: Rua, Avenida, Rodovia, Fazenda, etc

LOCALIDADE BARRIO GRANDE

Complemento (apartamento, loja,
outros)

Bairro/Logradouro/Distrito/Localidade

BARRIO GRANDE

Município

MARILIA

CEP

3541210-0010

Fone

() - - - - -

Infração em ambiente aquático: ☐ Rio ☐ Córrego ☐ Represa ☐ Reservatório UHE ☐ Pesque-Pague ☐ Criatório ☐ Tanque-rede

☐ Outro

Denominação do local:

Coord.
Geográficas:
Planas: UTM

DATUM

☒ SAD 69 ☐ Córrego Alegre

FUSO

22 23 24

Latitude:

Grau 20 36 06.6

Minuto

Segundo

Longitude:

Grau 43 19 08.3

Minuto

Segundo

X= (6 dígitos)

Y= (7 dígitos)

Referência do Local:

ÁREAS DA SUBSTÂNCIA DE ENERGIA ELÉTRICA DA SAMARCO.

9. Descrição da Infração

1- Explorar mata plantada (Eucalipto) em área de 0,15
(PERU VIRGILIA PINZE) PEÇAS PRÓXIMO DE UMA NASCENTE.
NO PONTO DE COORDENADAS GEOGRÁFICAS INÍCIO S20°26'30.5" W043°19'04.3" E FINAL S20°26'06.6" W043°19'04.3" SEM REPRESENTAR
DAIR JUNTAS AO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE.



CONTINUAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº:

167286



10. Embasamento Legal	Inf.	Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei/ano	Resolução	DN	Port. Nº	Órgão
		I	86	III	305	I	-	44.800/00	14.308/04			

Atenuantes					Agravantes				
Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Aumento

12. Reincidência: ☐ Genérica ☐ Específica ☒ Não foi possível verificar

13. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP	Infração	Porte	Penalidade	Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução	Valor Total
	1		<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	R\$ 1.242,37		R\$ 1.242,37
		<input type="checkbox"/> Advertência <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária				
		<input type="checkbox"/> Advertência <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária				
		<input type="checkbox"/> Advertência <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária				
		<input type="checkbox"/> Advertência <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária				
ERP:		Kg de pescado	Valor ERP por Kg: R\$		Total: R\$	
ERP:		Kg de pescado	Valor ERP por Kg: R\$		Total: R\$	
Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$						
Valor total das multas: R\$ 1.242,37 (um mil duzentas e quarenta e dois reais e trinta e sete centavos)						
No caso de advertência, o autuado possui o prazo de dias para atender as recomendações constantes no campo 14, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$						

14. Demais penalidade/ Recomendações / Observações
Anotação Complementar/ Recomendações/ Observações
Fica APROVEDADO APROXIMADAMENTE 100 (Cem) metros quadrados de LAMPA DE EUCALIPTO.
Fica EMBARAÇADA A PLANTIO DE FLORESTAS DESCRITAS NO CAMPO 9 DA FOLHA 112 DESTA DOCUMENTO NÃO VERIFICADA JUNTO AO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE.

15. Testemunha	
Nome Completo	<input type="checkbox"/> CPF <input type="checkbox"/> CNPJ <input type="checkbox"/> RG
Endereço: Rua, Avenida, etc.	Nº / Km Bairro / Logradouro Município
UF CEP Fone ()	Assinatura

16. Depositário	
Nome Completo	<input type="checkbox"/> CPF <input type="checkbox"/> CNPJ <input type="checkbox"/> RG
Endereço: Rua, Avenida, etc.	Nº / Km Bairro / Logradouro Município
UF CEP Fone ()	Assinatura

O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA O PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA: ☐ PRESIDENTE/FEAM ☐ DIRETOR GERAL/IGAM ☒ DIRETOR GERAL/IEF, NO SEGUINTE ENDEREÇO:

DIRETOR-IEF-Cloroc ADMINISTRATIVO-EDIFÍCIO MINAS-JERONIMO- RODOVIA AMÉRICO GIARDINI, S/Nº - CERRAS VERDES - BOM HORIZONTE - MG - CEP 31.630-900.

(VIDE OUTROS LOCAIS E INSTRUÇÕES DE DEFESA NO VERSO DA FOLHA 1)

Local:	Dia:	Mês:	Ano:	Hora:
MARIANA	09	08	2023	16:50
Servidor (Nome Legível)	Autuado/Empreendimento (Nome Legível)			
Valdeir G. Nascimento	SAMARCO MINERAS S.A.			
Assinatura do servidor	Função/Vínculo com o Autuado			
	FUNDADA DO PROJETO DE RECONSTRUÇÃO - PANGLOSS/AMAR.			



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Subsecretaria de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada
Superintendência de Atendimento e Controle Processual
Diretoria de Autos de Infração e Controle Processual



OFÍCIO 7229/2015 DAICP/SUCFIS/SEMAD

Belo Horizonte, 11 de novembro de 2015.

Ref.: Julgamento de Auto de Infração.

Prezado Senhor (A);

A Subsecretaria de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada, órgão da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, examinou o Processo Administrativo nº 436350/2015, referente ao Auto de Infração nº 167286/2013, e tendo em vista a não apresentação de defesa no prazo legal, decidiu, nos termos do art. 35, §2º do Decreto nº 44.844/2008:

- Manter a penalidade de multa simples aplicada no valor de R\$1.242,37 (um mil duzentos e quarenta e dois reais e trinta e sete centavos), bem como a apreensão de aproximadamente 100 (cem) metros cúbicos de lenha de eucalipto, além do embargo da atividade florestal decorrente da área objeto da autuação.

Lembramos que, nos termos da Legislação Ambiental, V. Sª dispõe do prazo de 20 (vinte) dias, desta decisão Administrativa, para efetuar o pagamento da multa simples, sob pena de encaminhamento do processo para fins de inscrição do valor em dívida ativa.

Após destinação legal do bem apreendido, nos termos do art. 71 do Decreto nº 44.844/08, V. Sa. será comunicada.

Informamos que o prazo acima mencionado será contado do recebimento desta notificação e em não havendo o recolhimento da multa, o referido processo será conduzido para inscrição em dívida ativa do Estado.



Para demais informações, favor entrar em contato com a Diretoria de Autos de Infração e Controle Processual, no telefone (31)3915-1280 ou através do e-mail daicp@meioambiente.mg.gov.br.

Atenciosamente,


Lucyana Moreira Gandra
Gestora Ambiental

Diretoria de Autos de Infração e Controle Processual

À SAMARCO MINERAÇÃO S/A
Mina do Germano, S/N, Caixa Postal 22 – Zona Rural
Mariana/MG - CEP: 35.420-000
CNPJ: 16.628.281/0001-83

 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO ESTADUAL-DAE		VENCIMENTO 11/12/2015		TIPO DE IDENTIFICAÇÃO 1 - INSCRIÇÃO ESTADUAL 2 - INSCRIÇÃO DE PRODUTOR RURAL 3 - CNPJ	
NOME samarco mineração s/a		TIPO 3		NUMERO IDENTIFICAÇÃO 16628281000323	
ENDEREÇO mina do germano,- -		CODIGO MUNICIPIO EM MG			
MUNICIPIO MARIANA		UF MG		TELEFONE	
HISTÓRICO Órgão IEF - Instituto Estadual de Florestas Serviço 13 - Multas - Lei Florestal Parcela: Pagamento Integral Documento no SIAM 1097124/2015					
Sr. Caixa, Este documento deve ser recebido exclusivamente pela leitura do código de barras ou linha digitável 85660000017 3 45220213151 5 21112132193 2 33401950210 6					
AUTENTICAÇÃO				TOTAL 1.745,22	

MO/05 01 11

85660000017 3 45220213151 5 21112132193 2 33401950210 6 					
 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO ESTADUAL-DAE		VENCIMENTO 11/12/2015		TIPO DE IDENTIFICAÇÃO 1 - INSCRIÇÃO ESTADUAL 2 - INSCRIÇÃO DE PRODUTOR RURAL 3 - CNPJ	
NOME samarco mineração s/a		TIPO 3		NUMERO IDENTIFICAÇÃO 16628281000323	
ENDEREÇO mina do germano,- -		CODIGO MUNICIPIO EM MG			
MUNICIPIO MARIANA		UF MG		TELEFONE	
AUTENTICAÇÃO		Nº DOCUMENTO 1321933340195			
		VALOR		1.745,22	
		ACRÉSCIMOS		0,00	
		JUROS/MULTA		0,00	
		TOTAL		1.745,22	

MO/06 01 11



SAMARCO MINERAÇÃO S/A

RUA PARAIBA, 1122, 19º ANDAR - BAIRRO FUNCIONARIOS

BELO HORIZONTE/MG CEP 30130-918

OFICIO DAICP/SEMAD 7229/2015 AUTO DE INFRAÇÃO 167286/2013 DAE



REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY



PESO / WEIGHT (kg)

24

10 0438 0005 5 P2



DIRETORIA DE AUTOS DE INFRAÇÃO E CONTROLE
PROCESSUAL - DAICP

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD

Endereço: Rua Presidente Tancredo Neves
Rodovia Prefeito Américo Gabeiti, S/Nº
Bairro Serra Verde - Edifício Minas - 1º Andar
CEP 31.530-900 - Belo Horizonte - Minas Gerais

Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

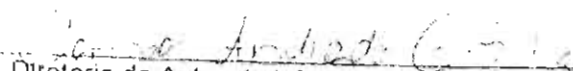


CERTIDÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 436350/2015
AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 167286/2013
AUTUADO: Samarco Mineração S.A.
CNPJ: 16.628.281/0003-23

Certifico o transito em julgado administrativo, em face da não apresentação de defesa/recurso tempestivo ou esgotamento dos recursos disponíveis segundo a legislação aplicável

Belo Horizonte, 10/10/2016


Diretoria de Autos de Infração e Controle Processual
Gláucia Andrade Corrêa da Silva
Gestora Ambiental/DALCP
MSP 1.389.267-4

101 Certifico que **consta** pagamento ou parcelamento do débito resultante do processo em epígrafe

Belo Horizonte, 08/10/2016


Diretoria de Contabilidade, Finanças e Arrecadação



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Subsecretaria de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada
Superintendência de Atendimento e Controle Processual



CERTIDÃO DE MANUTENÇÃO DA PENALIDADE DE APREENSÃO E PERDIMENTO DE BENS

PROCESSO nº: 436350/2015

AI nº: 167286/2013

NOME DO AUTUADO: SAMARCO MINERAÇÃO S/A

Em análise do auto de infração em referência, constatou-se que a penalidade de apreensão de bens deve ser **MANTIDA**, conforme abaixo:

a) Para:

(X) Todos os bens indicados no Auto de Infração;

() Os bens indicados a seguir: _____

b) Motivo da manutenção da penalidade de apreensão:

(X) Ausência de previsão legal expressa de restituição do(s) bem(s) apreendido(s);

() Previsão expressa de perdimento imediato do(s) bem(ns) apreendido(s);

() Bem(ns) de uso comprovadamente ilícito ou sem comprovação de origem;

() Ausência de regularização e/ou existência de débitos perante o órgão ambiental;

() Reincidência constatada no processo administrativo: _____

Belo Horizonte, 12 de janeiro de 2016

Nome do responsável: Clarissa Andrade C. Silva MASP: 1.389.267-4

Assinatura: _____

Clarissa Andrade Corrêa da Silva
Gestora Ambiental/DALCP
MASP 1.389.267-4

Paulo Leonardo Maschta
Diretor de Autos de Infração e
Controle Processual
1396317-8

DECISÃO ADMINISTRATIVA:

Tendo em vista a presente análise, decido pela **MANUTENÇÃO** da penalidade de apreensão dos bens discriminados no item (a), determinando o seu perdimento, nos termos do Art. 71-H do Decreto 44.844/2008, ratificando eventual destinação sumária dos bens, caso ocorrida.

Encaminhe-se ao setor responsável pela destinação legal, para as providências de praxe.

Belo Horizonte, _____

Marília Carvalho de Melo

Subsecretaria de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada.

Paulo Leonardo Maschta
Diretor de Autos de Infração e
Controle Processual



Governo do Estado de Minas Gerais
Sistema Estadual de Meio Ambiente
Secretario de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Subsecretaria de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada
Superintendência de Atendimento e Controle Processual
Diretoria de Autos de Infração e Controle Processual



OFÍCIO Nº 53/2016 DAICP/SUACP/SUCFIS/SEMAD

Belo Horizonte, 19 de janeiro de 2016.

Ref.: Decisão Administrativa – Auto de Infração 167286/2013

Prezado(a) Senhor(a),

A Subsecretaria de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada, em análise do Processo Administrativo n. 436350/2015 referente ao Auto de Infração nº 167286/2013 decidiu, nos termos do art. 71-H do Decreto 44.844/2008, pelo perdimento dos bens apreendidos abaixo descritos:

- Aproximadamente 100m³ (cem metros cúbicos) de lenha de eucalipto

Conforme consta no Auto de Infração, o material acima descrito foi mantido com o próprio Autuado, na qualidade de depositário, razão pela qual V.Sa. deverá mantê-lo adequadamente até que seja formalmente comunicado acerca da destinação legal, devendo abster-se de aliená-lo, cedê-lo a terceiros, doá-lo, inutilizá-lo, destruí-lo ou qualquer outra ação de disposição, sob pena das sanções judiciais cabíveis.

Em caso de dúvida ou necessitando de maiores esclarecimentos, gentileza entrar em contato com a Diretoria de Autos de Infração e Controle Processual, pelo telefone (31)3915-1280 ou e-mail daicp@meioambiente.mg.gov.br.

Atenciosamente,

ORIGINAL ASSINADO

Clarissa Andrade Corrêa da Silva

Gestora Ambiental

Diretoria de Autos de Infração e Controle Processual

Samarco Mineração S/A

Mina do Germano, S/N, Caixa Postal 22 – Zona Rural

Mariana/MG – CEP: 35.420-000

CNPJ: 16.628.281/0001-83



AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

Samarco Mineração S/A

Mina do Germano, S/N, Caixa Postal 22 – Zona Rural

Mariana/MG – CEP: 35.420-000

OF 53/16 AJ 167286/2013 Decisão- Samarco

João C. Silva e Souza
M 9 076 029

28 01 16

RONALDO GUSTO SOLEIRO MARTINS
Agente de Correios
Matrícula: 8.421.407-5
AC MARIANA

26 JAN 2016

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

22



MENDO DE SOUZA



DOC. 6

**Relatório de Ensaios LIMNOS Nº 19115/16**

Revisão 00

Cliente	Samarco Mineração S/A	Telefone	(31)3559.5448
Endereço	Mina Germano S/N, Germano, Mariana-MG, CEP 32420-000	Contato(s)	Paulo Sérgio Machado; Vinicius Loyola
Amostra(s)	Águas	Recepção	04/03/16 17:04

Laboratório de ensaios acreditado pela norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005

O escopo da acreditação pode ser visto em:

<http://www.inmetro.gov.br/laboratorios/rble/docs/CRL0313.pdf>

Amostra	Dique S3				Código	19115/16-02	Coleta em	03/03/16 15:40
Ensaio	Resultado	Unidade	Limite aceitável (L1)	LQ	Método	Data do Ensaio		
Alumínio Dissolvido (ac) (et)	<0,025	mg/L	0,1	0,025	SM-3030 B,D,F/3120	01/04/16		
Arsênio Total (ac) (et)	<0,005	mg/L	0,01	0,005	SM-3114 B	01/04/16		
Cádmio Total (ac) (et)	<0,001	mg/L	0,001	0,001	SM-3030B,D,F/3120	01/04/16		
Chumbo Total (ac) (et)	<0,005	mg/L	0,01	0,005	SM-3030 B, D, F/3113	01/04/16		
Cobre Dissolvido (ac) (et)	<0,005	mg/L	0,009	0,005	SM-3030 B, D, F/3120	01/04/16		
Condutividade Elétrica à 25°C (ac)	114,6	µS/cm	--	0,01	SM-2510 B	03/03/16		
Cromo Total (ac) (et)	<0,025	mg/L	0,05	0,025	SM-3030 B, D, F/3120	01/04/16		
Ferro Dissolvido (ac) (et)	<0,025	mg/L	0,3	0,025	SM-3030 B/3120	01/04/16		
Manganês Total (ac) (et)	0,137	mg/L	0,1	0,025	SM-3030 B, D, F/3111 B	01/04/16		
Materiais Sedimentáveis (Sólidos sedimentáveis) (ac)	0,10	mL/L	--	0,10	SM-2540 F	10/03/16		
Mercurio Total (ac) (et)	<0,0001	mg/L	0,0002	0,0001	SM-3112 B	01/04/16		
Níquel Total (ac) (et)	<0,005	mg/L	0,025	0,005	SM-3030, B, D, F/3120	01/04/16		
Oxigênio Dissolvido (Campo) (ac)	5,65	mg/L	> 5	0,20	SM-4500-O G	03/03/16		
pH in natura à 25°C (campo) (ac)	6,19	--	6,0 - 9,0	0,01	SM-4500 H+	03/03/16		
Sólidos Dissolvidos Totais (ac)	77	mg/L	500	3	SM-2540 C	10/03/16		
Sólidos Suspensos Totais (ac)	<3	mg/L	--	3	SM-2540 D	10/03/16		
Sólidos Totais (ac) (et)	77	mg/L	--	3	SM-2540 B	10/03/16		
Sulfatos (ac) (et)	10,2	mg/L	250	10	SM-4110 B	31/03/16		
Sulfeto Total (ac) (et)	<0,100	mg/L	--	0,100	SM-4500 S-2 G	02/04/16		
Temperatura da Água (campo) (ac)	24,0	°C	--	0,5	SM-2550	03/03/16		
Turbidez (ac)	10,2	NTU	100	0,2	SM-2130	04/03/16		



Relatório de Ensaios LIMNOS Nº 19115/16

Revisão 00

Cliente	Samarco Mineração S/A	Telefone	(31)3559.5448
Endereço	Mina Germano S/N, Germano, Mariana-MG, CEP 32420-000	Contato(s)	Paulo Sérgio Machado; Vinicius Loyola
Amostra(s)	Águas	Recepção	04/03/16 17:04

Legenda

(ac): Ensaio no escopo da acreditação deste laboratório pela norma NBR ISO/IEC 17025:2005, pelo Cgcre sob número CRL 0313, validade 22/09/2016. Os resultados dos ensaios não acreditados saíram em tabelas separadas.

(L1): CONAMA-Resolução Nº 357, de 17 de março de 2005-Limites estabelecidos para águas de classe 2

SM: Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater, 21th. Edition, 2005.

(et): Ensaio Terceirizado.

LQ: Limite de Quantificação.

Observações

Os métodos neste(s) ensaio(s) apresentam-se conformes em relação ao método referenciado. Caso algum ensaio tenha apresentado desvios, adições ou exclusões, estes estarão listados nas observações.

Abrangência

Análises validadas por manutenção dos padrões dentro dos desvios de leitura aceitável. Os resultados têm significado restrito e aplicam-se somente às amostras analisadas.

Reprodução do Relatório

Este relatório somente poderá ser reproduzido em sua totalidade. Reprodução de partes requer aprovação. A Limnos Sanear se isenta de qualquer responsabilidade pela reprodução parcial do mesmo.

Incertezas

A estimativa da incerteza de medição é conhecida e encaminhada se solicitado.

Informações de Coleta

Coleta efetuada pelo cliente.

A descrição do material ensaiado e o plano de amostragem são de inteira responsabilidade do cliente.

A Limnos Sanear não mantém amostra sob custódia após a liberação dos resultados.

Belo Horizonte, 12 de abril de 2016.

Anete Moreira
Gerente Técnica
CRQ-02406728
Responsável Técnico

Carlos Prates Renault
Biólogo
CRB-08742/90
Diretor Técnico

Documento verificado e aprovado por meios eletrônicos



Relatório de Ensaios LIMNOS Nº 19118/16

Revisão 00

Cliente	Samarco Mineração S/A	Telefone	(31)3559.5448
Endereço	Mina Germano S/N, Germano, Mariana-MG, CEP 32420-000	Contato(s)	Paulo Sérgio Machado; Vinicius Loyola
Amostra(s)	Águas	Recepção	08/03/16 17:00

Laboratório de ensaios acreditado pela norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005

O escopo da acreditação pode ser visto em:

<http://www.inmetro.gov.br/laboratorios/rble/docs/CRL0313.pdf>



Amostra	Dique S3				Código	19118/16-02	Coleta em	07/03/16 16:00
Ensaio	Resultado	Unidade	Limite aceitável (L1)	LQ	Método		Data do Ensaio	
Alumínio Dissolvido (ac) (et)	<0,025	mg/L	0,1	0,025	SM-3030 B, D, F/3120		01/04/16	
Arsênio Total (ac) (et)	<0,005	mg/L	0,01	0,005	SM-3114 B		01/04/16	
Cádmio Total (ac) (et)	<0,001	mg/L	0,001	0,001	SM-3030B, D, F/3120		01/04/16	
Chumbo Total (ac) (et)	<0,005	mg/L	0,01	0,005	SM-3030 B, D, F/3113		01/04/16	
Cobre Dissolvido (ac) (et)	<0,005	mg/L	0,009	0,005	SM-3030 B, D, F/3120		01/04/16	
Condutividade Elétrica à 25°C (ac)	102,1	µS/cm	--	0,01	SM-2510 B		07/03/16	
Cromo Total (ac) (et)	<0,025	mg/L	0,05	0,025	SM-3030 B, D, F/3120		01/04/16	
Ferro Dissolvido (ac) (et)	<0,025	mg/L	0,3	0,025	SM-3030 B/3120		01/04/16	
Manganês Total (ac) (et)	0,060	mg/L	0,1	0,025	SM-3030 B, D, F/3111 B		01/04/16	
Materiais Sedimentáveis (Sólidos sedimentáveis) (ac)	<0,10	mL/L	--	0,10	SM-2540 F		15/03/16	
Mercurio Total (ac) (et)	<0,0001	mg/L	0,0002	0,0001	SM-3112 B		01/04/16	
Níquel Total (ac) (et)	<0,005	mg/L	0,025	0,005	SM-3030, B, D, F/3120		01/04/16	
Oxigênio Dissolvido (Campo) (ac)	6,24	mg/L	> 5	0,20	SM-4500-O G		07/03/16	
pH in natura à 25°C (campo) (ac)	5,79	--	6,0 - 9,0	0,01	SM-4500 H+		07/03/16	
Sólidos Dissolvidos Totais (ac)	68	mg/L	500	3	SM-2540 C		15/03/16	
Sólidos Suspensos Totais (ac)	<3	mg/L	--	3	SM-2540 D		15/03/16	
Sólidos Totais (ac) (et)	68	mg/L	--	3	SM-2540 B		15/03/16	
Sulfatos (ac) (et)	<10,0	mg/L	250	10	SM-4110 B		31/03/16	
Sulfeto Total (ac) (et)	<0,100	mg/L	--	0,100	SM-4500 S-2 G		02/04/16	
Temperatura da Água (campo) (ac)	27,4	°C	--	0,5	SM-2550		07/03/16	
Turbidez (ac)	9,5	NTU	100	0,2	SM-2130		07/03/16	



Relatório de Ensaios LIMNOS Nº 19118/16

Revisão 00

Cliente	Samarco Mineração S/A	Telefone	(31)3559.5448
Endereço	Mina Germano S/N, Germano, Mariana-MG, CEP 32420-000	Contato(s)	Paulo Sérgio Machado; Vinicius Loyola
Amostra(s)	Águas	Recepção	08/03/16 17:00

Legenda

(L1): CONAMA-Resolução Nº 357, de 17 de março de 2005-Limites estabelecidos para águas de classe 2

SM: Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater, 21th. Edition, 2005.

(et): Ensaio Terceirizado.

LQ: Limite de Quantificação.

(ac): Ensaio no escopo da acreditação deste laboratório pela norma NBR ISO/IEC 17025:2005, pelo Cgcre sob número CRL 0313, validade 22/09/2016. Os resultados dos ensaios não acreditados sairão em tabelas separadas.

Observações

Os métodos neste(s) ensaio(s) apresentam-se conformes em relação ao método referenciado. Caso algum ensaio tenha apresentado desvios, adições ou exclusões, estes estarão listados nas observações.

Abrangência

Análises validadas por manutenção dos padrões dentro dos desvios de leitura aceitável. Os resultados têm significado restrito e aplicam-se somente às amostras analisadas.

Reprodução do Relatório

Este relatório somente poderá ser reproduzido em sua totalidade. Reprodução de partes requer aprovação. A Limnos Sanear se isenta de qualquer responsabilidade pela reprodução parcial do mesmo.

Incertezas

A estimativa da incerteza de medição é conhecida e encaminhada se solicitado.

Informações de Coleta

Coleta efetuada pelo cliente.

A descrição do material ensaiado e o plano de amostragem são de inteira responsabilidade do cliente.

A Limnos Sanear não mantém amostra sob custódia após a liberação dos resultados.

Belo Horizonte, 12 de abril de 2016.

Anete Moreira
Gerente Técnica
CRQ-02406728
Responsável Técnico

Carlos Prates Renault
Biólogo
CRB-08742/90
Diretor Técnico

Documento verificado e aprovado por meios eletrônico



Relatório de Ensaios LIMNOS Nº 19119/16

Revisão 00

Cliente	Samarco Mineração S/A	Telefone	(31)3559.5448
Endereço	Mina Germano S/N, Germano, Mariana-MG, CEP 32420-000	Contato(s)	Paulo Sérgio Machado; Vinicius Loyola
Amostra(s)	Águas	Recepção	09/03/16 17:03

Laboratório de ensaios acreditado pela norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005

O escopo da acreditação pode ser visto em:

<http://www.inmetro.gov.br/laboratorios/rble/docs/CRL0313.pdf>

Amostra	Dique S3				Código	19119/16-02	Coleta em	08/03/16 15:11
Ensaio	Resultado	Unidade	Limite aceitável (L1)	LQ	Método		Data do Ensaio	
Alumínio Dissolvido (ac)	<0,025	mg/L	0,1	0,025	SM-3030 B,D,F/3120		01/04/16	
Arsênio Total (ac)	<0,005	mg/L	0,01	0,005	SM-3114 B		01/04/16	
Cádmio Total (ac)	<0,025	mg/L	0,001	0,025	SM-3030B,D,F/3120		01/04/16	
Chumbo Total (ac)	<0,005	mg/L	0,01	0,005	SM-3030 B, D,F/3113		01/04/16	
Cobre Dissolvido (ac)	<0,005	mg/L	0,009	0,005	SM-3030 B, D, F/3120		01/04/16	
Condutividade Elétrica à 25°C (ac)	119,7	µS/cm	—	0,01	SM-2510 B		08/03/16	
Cromo Total (ac)	<0,025	mg/L	0,05	0,025	SM-3030 B, D, F/3120		01/04/16	
Ferro Dissolvido (ac)	<0,025	mg/L	0,3	0,025	SM-3030 B/3120		01/04/16	
Manganês Total (ac)	0,104	mg/L	0,1	0,025	SM-3030 B, D, F/3111 B		01/04/16	
Materiais Sedimentáveis (Sólidos sedimentáveis) (ac)	0,20	mL/L	—	0,10	SM-2540 F		15/03/16	
Mercurio Total (ac)	<0,0001	mg/L	0,0002	0,0001	SM-3112 B		01/04/16	
Níquel Total (ac)	<0,005	mg/L	0,025	0,005	SM-3030, B, D, F/3120		01/04/16	
Oxigênio Dissolvido (Campo) (ac)	6,10	mg/L	> 5	0,20	SM-4500-O G		08/03/16	
pH in natura à 25°C (campo) (ac)	5,81	—	6,0 - 9,0	0,01	SM-4500 H+		08/03/16	
Sólidos Dissolvidos Totais (ac)	80	mg/L	500	3	SM-2540 C		15/03/16	
Sólidos Suspensos Totais (ac)	4	mg/L	—	3	SM-2540 D		15/03/16	
Sólidos Totais (ac)	84	mg/L	—	3	SM-2540 B		15/03/16	
Sulfatos (ac)	10,2	mg/L	250	10	SM-4110 B		30/03/16	
Sulfeto Total (ac)	<0,100	mg/L	—	0,100	SM-4500 S-2 G		02/04/16	
Temperatura da Água (campo) (ac)	27,5	°C	—	0,5	SM-2550		08/03/16	
Turbidez (ac)	9,5	NTU	100	0,2	SM-2130		09/03/16	

Relatório de Ensaios LIMNOS N° 19119/16

Revisão 00

Cliente	Samarco Mineração S/A	Telefone	(31)3559.5448
Endereço	Mina Germano S/N, Germano, Mariana-MG, CEP 32420-000	Contato(s)	Paulo Sérgio Machado; Vinicius Loyola
Amostra(s)	Águas	Recepção	09/03/16 17:03

Legenda

(L1): CONAMA-Resolução N° 357, de 17 de março de 2005-Limites estabelecidos para águas de classe 2

(ac): Ensaio no escopo da acreditação deste laboratório pela norma NBR ISO/IEC 17025:2005, pelo Cgcre sob número 0313, validade 22/09/2016. Os resultados dos ensaios não acreditados saíram em tabelas separadas.

SM: Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater, 21th. Edition, 2005.

(et): Ensaio Terceirizado.

LQ: Limite de Quantificação.

**Observações**

Os métodos neste(s) ensaio(s) apresentam-se conformes em relação ao método referenciado. Caso algum ensaio tenha apresentado desvios, adições ou exclusões, estes estarão listados nas observações.

Abrangência

Análises validadas por manutenção dos padrões dentro dos desvios de leitura aceitável. Os resultados têm significado restrito e aplicam-se somente às amostras analisadas.

Reprodução do Relatório

Este relatório somente poderá ser reproduzido em sua totalidade. Reprodução de partes requer aprovação. A Limnos Sanear se isenta de qualquer responsabilidade pela reprodução parcial do mesmo.

Incertezas

A estimativa da incerteza de medição é conhecida e encaminhada se solicitado.

Informações de Coleta

Coleta efetuada pelo cliente.

A descrição do material ensaiado e o plano de amostragem são de inteira responsabilidade do cliente.

A Limnos Sanear não mantém amostra sob custódia após a liberação dos resultados.

Belo Horizonte, 12 de abril de 2016.

Anete Moreira
Gerente Técnica
CRQ-02406728
Responsável Técnico

Carlos Prates Renault
Biólogo
CRB-08742/90
Diretor Técnico

Documento verificado e aprovado por meios eletrônicos



Relatório de Ensaios LIMNOS N° 17268/16-2

Revisão

Cliente	Samarco Mineração S/A	Telefone	(31)3559.5448
Endereço	Mina Germano S/N, Germano, Mariana-MG, CEP 32420-000	Contato(s)	Paulo Sérgio Machado; Vinicius Loyola
Amostra(s)	Águas/ Efluentes	Recepção	15/03/16 12:45

Laboratório de ensaios acreditado pela norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005

O escopo da acreditação pode ser visto em:

<http://www.inmetro.gov.br/laboratorios/rble/docs/CRL0313.pdf>



Amostra	Dique S3				Código	17268/16-02	Coleta em	14/03/16 16:20
Ensaio	Resultado	Unidade	Limite aceitável (L1)	LQ	Método	Data do Ensaio		
Alumínio Dissolvido (ac) (et)	<0,025	mg/L	—	0,025	SM-3030 B,D,F/3120	01/04/16		
Arsênio Total (ac) (et)	<0,005	mg/L	0,5	0,005	SM-3114 B	01/04/16		
Cádmio Total (ac) (et)	<0,001	mg/L	0,2	0,001	SM-3030B,D,F/3120	01/04/16		
Chumbo Total (ac) (et)	<0,005	mg/L	0,5	0,005	SM-3030 B, D, F/3113	01/04/16		
Cobre Dissolvido (ac) (et)	<0,005	mg/L	1,0	0,005	SM-3030 B, D, F/3120	01/04/16		
Condutividade Elétrica à 25°C (ac)	134,6	µS/cm	—	0,01	SM-2510 B	14/03/16		
Cromo Total (ac) (et)	<0,025	mg/L	—	0,025	SM-3030 B, D, F/3120	01/04/16		
Ferro Dissolvido (ac) (et)	0,032	mg/L	15,0	0,025	SM-3030 B/3120	01/04/16		
Manganês Total (ac) (et)	0,127	mg/L	—	0,025	SM-3030 B, D, F/3111 B	01/04/16		
Materiais Sedimentáveis (Sólidos Sedimentáveis) (ac)	2,00	mL/L	(S)	0,10	SM-2540 F	18/03/16		
Mercurio Total (ac) (et)	<0,0001	mg/L	0,01	0,0001	SM-3112 B	01/04/16		
Níquel Total (ac) (et)	<0,005	mg/L	2,0	0,005	SM-3030, B, D, F/3120	01/04/16		
Oxigênio Dissolvido (ac)	5,9	mg/L	—	0,20	SM- 4500-O C	14/03/16		
Sólidos Dissolvidos Totais (ac)	90	mg/L	—	3	SM-2540 C	18/03/16		
Sólidos Suspensos Totais (ac)	3	mg/L	—	3	SM-2540 D	18/03/16		
Sólidos Totais (ac) (et)	93	mg/L	—	3	SM-2540 B	18/03/16		
Sulfatos (ac) (et)	12,1	mg/L	—	10,0	SM-4110 B	31/03/16		
Sulfeto Total (ac) (et)	<0,100	mg/L	1,0	0,100	SM-4500 S-2 G	31/03/16		
Temperatura da Água (campo) (ac)	27,5	°C	—	0,5	SM-2550	14/03/16		
Temperatura do Efluente (Campo) (ac)	23,2	°C	40	0,5	SM-2550	14/03/16		
Turbidez (ac)	9,4	NTU	—	0,2	SM-2130	14/03/16		



Relatório de Ensaios LIMNOS Nº 17268/16-2

Revisão 00

Cliete	Samarco Mineração S/A	Telefone	(31)3559.5448
Endereço	Mina Germano S/N, Germano, Mariana-MG, CEP 32420-000	Contato(s)	Paulo Sérgio Machado; Vinicius Loyola
Amostra(s)	Águas/ Efluentes	Recepção	15/03/16 12:45

Legenda

(L1): Resolução CONAMA Nº 430 (13/05/11) - Limites estabelecidos para lançamento de efluentes

(ac): Ensaio no escopo da acreditação deste laboratório pela norma NBR ISO/IEC 17025:2005, pelo Cgcre sob número CRL 0313, validade 22/09/2016. Os resultados dos ensaios não acreditados sairão em tabelas separadas.

SM: Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater, 21th. Edition, 2005.

(S): 1 mL/L, exceto para lançamento em ambientes lênticos (lagos e lagoas), onde os sólidos sedimentáveis deverão estar virtualmente ausentes.

(et): Ensaio Terceirizado.

LQ: Limite de Quantificação.

Observações

Os métodos neste(s) ensaio(s) apresentam-se conformes em relação ao método referenciado. Caso algum ensaio tenha apresentado desvios, adições ou exclusões, estes estarão listados nas observações.

Abrangência

Análises validadas por manutenção dos padrões dentro dos desvios de leitura aceitável. Os resultados têm significado restrito e aplicam-se somente às amostras analisadas.

Reprodução do Relatório

Este relatório somente poderá ser reproduzido em sua totalidade. Reprodução de partes requer aprovação. A Limnos Sanear se isenta de qualquer responsabilidade pela reprodução parcial do mesmo.

Incertezas

A estimativa da incerteza de medição é conhecida e encaminhada se solicitado.

Informações de Coleta

Amostragem realizada pela Limnos Sanear.

O Plano de amostragem é responsabilidade do interessado.

A Limnos Sanear garante que todas as amostras foram coletadas, preservadas e acondicionadas de acordo com procedimentos internos baseados no método 1060 do Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater (APHA, 2005).

A Limnos Sanear não mantém amostra sob custódia após a liberação dos resultados.

Belo Horizonte, 12 de abril de 2016.

Anete Moreira
Gerente Técnica
CRQ-02406728
Responsável Técnico

Carlos Prates Renault
Biólogo
CRB-08742/90
Diretor Técnico

Documento verificado e aprovado por meios eletrônicos



Relatório de Ensaios LIMNOS Nº 17269/16

Revisão 00

Cliente	Samarco Mineração S/A	Telefone	(31)3559.5448
Endereço	Mina Germano S/N, Germano, Mariana-MG, CEP 32420-000	Contato(s)	Paulo Sérgio Machado; Vinicius Loyola
Amostra(s)	Águas/ Efluentes	Recepção	17/03/16 12:47

Laboratório de ensaios acreditado pela norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005

O escopo da acreditação pode ser visto em:

<http://www.inmetro.gov.br/laboratorios/rble/docs/CRL0313.pdf>



Amostra	Dique S3				Código	17269/16-02	Coleta em	15/03/16 08:30
Ensaio	Resultado	Unidade	Limite aceitável (L1)	LQ	Método		Data do Ensaio	
Alumínio Dissolvido (ac) (et)	<0,025	mg/L	0,1	0,025	SM-3030 B,D,F/3120		01/04/16	
Arsênio Total (ac) (et)	<0,005	mg/L	0,01	0,005	SM-3114 B		01/04/16	
Cádmio Total (ac) (et)	<0,001	mg/L	0,001	0,001	SM-3030B,D,F/3120		01/04/16	
Chumbo Total (ac) (et)	<0,005	mg/L	0,01	0,005	SM-3030 B, D, F/3113		01/04/16	
Cobre Dissolvido (ac) (et)	<0,005	mg/L	0,009	0,005	SM-3030 B, D, F/3120		01/04/16	
Condutividade Elétrica à 25°C (ac)	169,5	µS/cm	—	0,01	SM-2510 B		15/03/16	
Cromo Total (ac) (et)	<0,025	mg/L	0,05	0,025	SM-3030 B, D, F/3120		01/04/16	
Ferro Dissolvido (ac) (et)	0,039	mg/L	0,3	0,025	SM-3030 B/3120		01/04/16	
Manganês Total (ac) (et)	0,102	mg/L	0,1	0,025	SM-3030 B, D, F/3111 B		01/04/16	
Materiais Sedimentáveis (Sólidos sedimentáveis) (ac)	1,00	mL/L	—	0,10	SM-2540 F		19/03/16	
Mercurio Total (ac) (et)	<0,0001	mg/L	0,0002	0,0001	SM-3112 B		01/04/16	
Níquel Total (ac) (et)	<0,005	mg/L	0,025	0,005	SM-3030, B, D, F/3120		01/04/16	
Oxigênio Dissolvido (Campo) (ac)	5,62	mg/L	> 5	0,20	SM-4500-O G		15/03/16	
pH in natura à 25°C (campo) (ac)	6,52	—	6,0 - 9,0	0,01	SM-4500 H+		15/03/16	
Sólidos Dissolvidos Totais (ac)	114	mg/L	500	3	SM-2540 C		19/03/16	
Sólidos Suspensos Totais (ac)	<3	mg/L	—	3	SM-2540 D		19/03/16	
Sólidos Totais (ac) (et)	114	mg/L	—	3	SM-2540 B		19/03/16	
Sulfatos (ac) (et)	<10	mg/L	250	10	SM-4110 B		31/03/16	
Sulfeto Total (ac) (et)	<0,100	mg/L	—	0,100	SM-4500 S-2 G		02/04/16	
Temperatura da Água (campo) (ac)	27,4	°C	—	0,5	SM-2550		15/03/16	
Turbidez (ac)	10,2	NTU	100	0,2	SM-2130		16/03/16	



Relatório de Ensaios LIMNOS N° 17269/16

Revisão 00

Cliente	Samarco Mineração S/A	Telefone	(31)3559.5448
Endereço	Mina Germano S/N, Germano, Mariana-MG, CEP 32420-000	Contato(s)	Paulo Sérgio Machado; Vinicius Loyola
Amostra(s)	Águas/ Efluentes	Recepção	17/03/16 12:47

Legenda

(L1): CONAMA-Resolução N° 357, de 17 de março de 2005-Limites estabelecidos para águas de classe 2

(ac): Ensaio no escopo da acreditação deste laboratório pela norma NBR ISO/IEC 17025:2005, pelo Cgcre sob número CRL 0313, validade 22/09/2016. Os resultados dos ensaios não acreditados sairão em tabelas separadas.

SM: Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater, 21th. Edition, 2005.

(et): Ensaio Terceirizado.

LQ: Limite de Quantificação.

Observações

Os métodos neste(s) ensaio(s) apresentam-se conformes em relação ao método referenciado. Caso algum ensaio tenha apresentado desvios, adições ou exclusões, estes estarão listados nas observações.

Abrangência

Análises validadas por manutenção dos padrões dentro dos desvios de leitura aceitável. Os resultados têm significado restrito e aplicam-se somente às amostras analisadas.

Reprodução do Relatório

Este relatório somente poderá ser reproduzido em sua totalidade. Reprodução de partes requer aprovação. A Limnos Sanear se isenta de qualquer responsabilidade pela reprodução parcial do mesmo.

Incertezas

A estimativa da incerteza de medição é conhecida e encaminhada se solicitado.

Informações de Coleta

Amostragem realizada pela Limnos Sanear.

O Plano de amostragem é responsabilidade do interessado.

A Limnos Sanear garante que todas as amostras foram coletadas, preservadas e acondicionadas de acordo com procedimentos internos baseados no método 1060 do Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater (APHA,2005).

A Limnos Sanear não mantém amostra sob custódia após a liberação dos resultados.

Belo Horizonte, 12 de abril de 2016.

Anete Moreira
Gerente Técnica
CRQ-02406728
Responsável Técnico

Carlos Prates Renault
Biólogo
CRB-08742/90
Diretor Técnico

Documento verificado e aprovado por meios eletrônicos



Relatório de Ensaios LIMNOS Nº 20210/16

Revisão 00

Cliente	Samarco Mineração S/A	Telefone	(31)3559.5448
Endereço	Mina Germano S/N, Germano, Mariana-MG, CEP 32420-000	Contato(s)	Paulo Sérgio Machado; Vinicius Loyola
Amostra(s)	Água/ Efluente	Recepção	22/03/16 10:54

Laboratório de ensaios acreditado pela norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005

O escopo da acreditação pode ser visto em:

<http://www.inmetro.gov.br/laboratorios/rble/docs/CRL0313.pdf>



Amostra	Dique S3				Código	20210/16-01	Coleta em	21/03/16 16:42
Ensaio	Resultado	Unidade	Limite aceitável (L1)	LQ	Método	Data do Ensaio		
Alumínio Dissolvido (ac) (et)	0,063	mg/L	0,1	0,025	SM-3030 B,D,F/3120	06/04/16		
Arsênio Total (ac) (et)	<0,005	mg/L	0,01	0,005	SM-3114 B	06/04/16		
Cádmio Total (ac) (et)	<0,001	mg/L	0,001	0,001	SM-3030B,D,F/3120	06/04/16		
Chumbo Total (ac) (et)	<0,005	mg/L	0,01	0,005	SM-3030 B, D, F/3113	06/04/16		
Cobre Dissolvido (ac) (et)	<0,005	mg/L	0,009	0,005	SM-3030 B, D, F/3120	06/04/16		
Condutividade Elétrica à 25°C (ac)	136,7	µS/cm	--	0,01	SM-2510 B	21/03/16		
Cromo Total (ac) (et)	<0,025	mg/L	0,05	0,025	SM-3030 B, D, F/3120	06/04/16		
Ferro Dissolvido (ac) (et)	0,179	mg/L	0,3	0,02	SM-3030 B/3120	06/04/16		
Manganês Total (ac) (et)	0,247	mg/L	0,1	0,025	SM-3030 B, D, F/3111 B	06/04/16		
Materiais Sedimentáveis (Sólidos sedimentáveis) (ac)	<0,10	mL/L	--	0,10	SM-2540 F	25/03/16		
Mercurio Total (ac) (et)	<0,0001	mg/L	0,0002	0,0001	SM-3112 B	06/04/16		
Níquel Total (ac) (et)	<0,005	mg/L	0,025	0,005	SM-3030, B, D, F/3120	06/04/16		
Oxigênio Dissolvido (Campo) (ac)	5,87	mg/L	> 5	0,20	SM-4500-O G	21/03/16		
pH in natura à 25°C (campo) (ac)	6,49	--	6,0 - 9,0	0,01	SM-4500 H+	21/03/16		
Sólidos Dissolvidos Totais (ac)	92	mg/L	500	3	SM-2540 C	25/03/16		
Sólidos Suspensos Totais (ac)	4,00	mg/L	--	3	SM-2540 D	25/03/16		
Sólidos Totais (ac) (et)	192	mg/L	--	50,0	SM-2540 B	25/03/16		
Sulfatos (ac) (et)	<10,0	mg/L	250	10,0	SM-4110 B	05/04/16		
Sulfeto Total (ac) (et)	<0,100	mg/L	--	0,100	SM-4500 S-2 G	06/04/16		
Temperatura da Água (campo) (ac)	27,4	°C	--	0,5	SM-2550	21/03/16		
Turbidez (ac)	10,6	NTU	100	0,2	SM-2130	22/03/16		



Relatório de Ensaios LIMNOS N° 20210/16

Revisão 00

Cliente	Samarco Mineração S/A	Telefone	(31)3559.5448
Endereço	Mina Germano S/N, Germano, Mariana-MG, CEP 32420-000	Contato(s)	Paulo Sérgio Machado; Vinicius Loyola
Amostra(s)	Água/ Efluente	Recepção	22/03/16 10:54

Legenda

(L1): CONAMA-Resolução N° 357, de 17 de março de 2005-Limites estabelecidos para águas de classe 2

(ac): Ensaio no escopo da acreditação deste laboratório pela norma NBR ISO/IEC 17025:2005, pelo Cgcre sob número CRL 0313, validade 22/09/2016. Os resultados dos ensaios não acreditados sairão em tabelas separadas.

SM: Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater, 21th. Edition, 2005.

R ± U: Resultado do Ensaio (R) e sua respectiva incerteza expandida (U) baseada em uma incerteza padronizada combinada multiplicada por um fator de abrangência k = 2, para um nível de confiança de aproximadamente 95%.

(et): Ensaio Terceirizado.

LQ: Limite de Quantificação.

Observações

Os métodos neste(s) ensaio(s) apresentam-se conformes em relação ao método referenciado. Caso algum ensaio tenha apresentado desvios, adições ou exclusões, estes estarão listados nas observações.

Abrangência

Análises validadas por manutenção dos padrões dentro dos desvios de leitura aceitável. Os resultados têm significado restrito e aplicam-se somente às amostras analisadas.

Reprodução do Relatório

Este relatório somente poderá ser reproduzido em sua totalidade. Reprodução de partes requer aprovação. A Limnos Sanear se isenta de qualquer responsabilidade pela reprodução parcial do mesmo.

Incertezas

A estimativa da incerteza de medição é conhecida e encaminhada se solicitado.

Informações de Coleta

Amostragem realizada pela Limnos Sanear.

O Plano de amostragem é responsabilidade do interessado.

A Limnos Sanear garante que todas as amostras foram coletadas, preservadas e acondicionadas de acordo com procedimentos internos baseados no método 1060 do Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater (APHA,2005).

A Limnos Sanear não mantém amostra sob custódia após a liberação dos resultados.

Belo Horizonte, 12 de abril de 2016.

Anete Moreira
Gerente Técnica
CRQ-02406728
Responsável Técnico

Carlos Prates Renault
Biólogo
CRB-08742/90
Diretor Técnico

Documento verificado e aprovado por meios eletrônicos



Relatório de Ensaios LIMNOS Nº 20211/16

Revisão 00

Cliente	Samarco Mineração S/A	Telefone	(31)3559.5448
Endereço	Mina Germano S/N, Germano, Mariana-MG, CEP 32420-000	Contato(s)	Paulo Sérgio Machado; Vinicius Loyola
Amostra(s)	Água/ Efluente	Recepção	23/03/16 10:55

Laboratório de ensaios acreditado pela norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005

O escopo da acreditação pode ser visto em:

<http://www.inmetro.gov.br/laboratorios/rble/docs/CRL0313.pdf>



Amostra	Dique S3				Código	20211/16-01	Coleta em	22/03/16 15:50
Ensaio	Resultado	Unidade	Limite aceitável (L1)	LQ	Método	Data do Ensaio		
Arsênio Total (ac) (et)	<0,005	mg/L	0,01	0,005	SM-3114 B	06/04/16		
Cádmio Total (ac) (et)	<0,001	mg/L	0,001	0,001	SM-3030B, D, F/3120	06/04/16		
Chumbo Total (ac) (et)	<0,005	mg/L	0,01	0,005	SM-3030 B, D, F/3113	06/04/16		
Condutividade Elétrica à 25°C (ac)	99,2	µS/cm	—	0,01	SM-2510 B	23/03/16		
Cromo Total (ac) (et)	<0,025	mg/L	0,05	0,025	SM-3030 B, D, F/3120	06/04/16		
Ferro Dissolvido (ac) (et)	0,051	mg/L	0,3	0,025	SM-3030 B/3120	05/04/16		
Manganês Total (ac) (et)	0,170	mg/L	0,1	0,025	SM-3030 B, D, F/3111 B	05/04/16		
Materiais Sedimentáveis (Sólidos sedimentáveis) (ac)	<0,10	mL/L	—	0,10	SM-2540 F	29/03/16		
Mercurio Total (ac) (et)	<0,0001	mg/L	0,0002	0,0001	SM-3112 B	05/04/16		
Níquel Total (ac) (et)	<0,005	mg/L	0,025	0,005	SM-3030, B, D, F/3120	05/04/16		
Oxigênio Dissolvido (Campo) (ac)	5,98	mg/L	> 5	0,20	SM-4500-O G	22/03/16		
pH in natura à 25°C (campo) (ac)	6,24	—	6,0 - 9,0	0,01	SM-4500 H+	22/03/16		
Sólidos Dissolvidos Totais (ac)	67	mg/L	500	3	SM-2540 C	29/03/16		
Sólidos Suspensos Totais (ac)	<3	mg/L	—	3	SM-2540 D	29/03/16		
Sólidos Totais (ac)	67,0	mg/L	—	3	SM-2540 B	29/03/16		
Sulfatos (ac) (et)	<10,0	mg/L	250	10,0	SM-4110 B	05/04/16		
Sulfeto Total (ac) (et)	<0,100	mg/L	—	0,100	SM-4500 S-2 G	02/04/16		
Temperatura da Água (campo) (ac)	27,9	°C	—	0,5	SM-2550	22/03/16		
Turbidez (ac)	12,5	NTU	100	0,2	SM-2130	23/03/16		



Relatório de Ensaios LIMNOS Nº 20211/16

Revisão 00

Cliente	Samarco Mineração S/A	Telefone	(31)3559.5448
Endereço	Mina Germano S/N, Germano, Mariana-MG, CEP 32420-000	Contato(s)	Paulo Sérgio Machado; Vinicius Loyola
Amostra(s)	Água/ Efluente	Recepção	23/03/16 10:55

Legenda

(L1): CONAMA-Resolução Nº 357, de 17 de março de 2005-Limites estabelecidos para águas de classe 2

(ac): Ensaio no escopo da acreditação deste laboratório pela norma NBR ISO/IEC 17025:2005, pelo Cgcre sob número CRL 0313, validade 22/09/2016. Os resultados dos ensaios não acreditados saíram em tabelas separadas.

SM: Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater, 21th. Edition, 2005.

R ± U: Resultado do Ensaio (R) e sua respectiva incerteza expandida (U) baseada em uma incerteza padronizada combinada multiplicada por um fator de abrangência k = 2, para um nível de confiança de aproximadamente 95%.

(et): Ensaio Terceirizado.

LQ: Limite de Quantificação.

Observações

Os métodos neste(s) ensaio(s) apresentam-se conformes em relação ao método referenciado. Caso algum ensaio tenha apresentado desvios, adições ou exclusões, estes estarão listados nas observações.

Abrangência

Análises validadas por manutenção dos padrões dentro dos desvios de leitura aceitável. Os resultados têm significado restrito e aplicam-se somente às amostras analisadas.

Reprodução do Relatório

Este relatório somente poderá ser reproduzido em sua totalidade. Reprodução de partes requer aprovação. A Limnos Sanear se isenta de qualquer responsabilidade pela reprodução parcial do mesmo.

Incertezas

A estimativa da incerteza de medição é conhecida e encaminhada se solicitado.

Informações de Coleta

Amostragem realizada pela Limnos Sanear.

O Plano de amostragem é responsabilidade do interessado.

A Limnos Sanear garante que todas as amostras foram coletadas, preservadas e acondicionadas de acordo com procedimentos internos baseados no método 1060 do Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater (APHA, 2005).

A Limnos Sanear não mantém amostra sob custódia após a liberação dos resultados.

Belo Horizonte, 12 de abril de 2016.

Anete Moreira
Gerente Técnica
CRQ-02406728
Responsável Técnico

Carlos Prates Renault
Biólogo
CRB-08742/90
Diretor Técnico

Documento verificado e aprovado por meios eletrônicos

2016
ABRIL

PARECER TÉCNICO



SAMARGO MINERAÇÃO S.A.

**ANÁLISE TÉCNICA DAS AÇÕES EMERGENCIAIS PARA REFORÇO
DAS ESTRUTURAS REMANESCENTES E CONTENÇÃO DOS
REJEITOS QUE SE DEPOSITARAM NO VALE A JUSANTE DA
BARRAGEM DO FUNDÃO**



VAZ DE MELLO CONSULTORIA EM AVALIAÇÕES E PERÍCIAS

Rua Gonçalves Dias, nº. 1181 - 9º andar - Funcionários - BH/MG

Cep: 30140-091 - Tel - (31) 3226 5066 Fax: (31) 3222 7306 - www.vmc-eng.br - vazdemello@vmc-eng.br



ÍNDICE

- 1. INTRODUÇÃO E OBJETIVO**
- 2. O FLUXO D'ÁGUA CONSTANTE EM FUNÇÃO DA PRÓPRIA
HIDROGRAFIA LOCAL**
- 3. AS INICIATIVAS JÁ TOMADAS, A SUA COMPLEXIDADE E OS
RESULTADOS JÁ OBTIDOS**
- 4. EQUIPE TÉCNICA DE CONSULTORES ENVOLVIDA E A BUSCA
DAS MELHORES E MAIS SEGURAS SOLUÇÕES TÉCNICAS**
- 5. COMENTÁRIOS RELATIVOS AO ESBOÇO DO DIQUE
PROVISÓRIO DE SEGURANÇA (França Ribeiro Consultoria), E
UM PRAZO INEXEQUÍVEL PARA A OBRA**
- 6. CONSIDERAÇÕES RELATIVAS A FOTO DO CANAL
EXTRAVASOR DE SANTARÉM**
- 7. ADIÇÃO DOS REAGENTES E OS RESULTADOS**
- 8. ALGUMAS DIFICULDADES ENCONTRADAS**
- 9. CONCLUSÃO**
- 10. ENCERRAMENTO**

2 – O FLUXO D'ÁGUA CONSTANTE EM FUNÇÃO DA PRÓPRIA HIDROGRAFIA LOCAL



Características da localização:

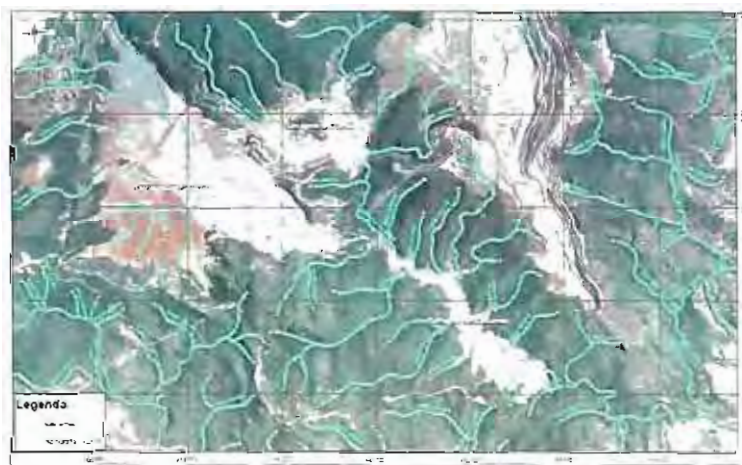
Bacia Hidrográfica: Rio Doce

Curso D'água a montante: Córrego Fundão

Curso D'água a Jusante: Córrego Santarém

A Figura a seguir apresenta a rede hidrográfica elaborada pelo IGAM, Instituto Mineiro de Gestão de Águas, para a região da Barragem de Fundão. Conforme este mapeamento, a região de ocupação das barragens é cortada por dois cursos d'água principais, denominados Córregos de Fundão e de Santarém, bem como seus afluentes.

Todo efluente gerado pelo fluxo hídrico das nascentes da região (material remanescente) é carreado na área das barragens de forma natural, como ocorre em qualquer outra bacia hidrográfica. Ou seja, não é possível cessar o fluxo de água existente nestes vales e que se concentram no córrego Santarém até o desague no Rio Gualaxo. O objetivo das ações emergenciais é conter o sólido através de sedimentação e tratamento com floculantes de forma a verter água limpa com turbidez dentro dos parâmetros de norma. **Sempre haverá fluxo d'água em função da própria hidrografia da região (cursos d'água e nascentes).**



Rede Hidrográfica Barragem Fundão / Santarém.

3 – AS INICIATIVAS JÁ TOMADAS, A SUA COMPLEXIDADE E OS RESULTADOS JÁ OBTIDOS



A Samarco vem executando um conjunto de ações para o controle do fluxo e melhoria da qualidade da água descartada nos corpos hídricos provenientes da região da barragem do Fundão. Estão em andamento as obras de reforços das estruturas remanescentes com o objetivo de garantir a integridade das mesmas e das estruturas à jusante.

Este conjunto de ações está dividido entre:

1. Reduzir e controlar a contribuição de água à montante e no vale das barragens de Germano e Fundão provenientes de drenagem (perene ou intermitente) e das chuvas na região;

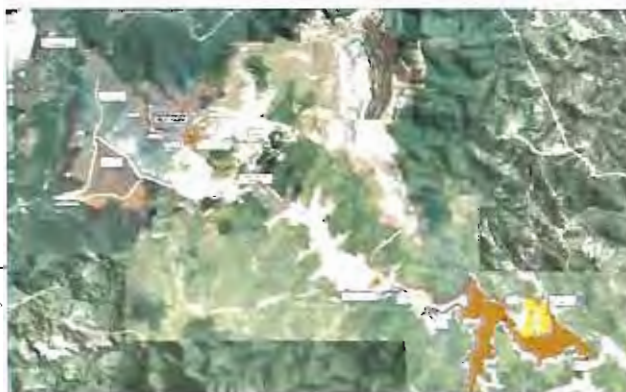


2. Reforço das estruturas remanescentes;

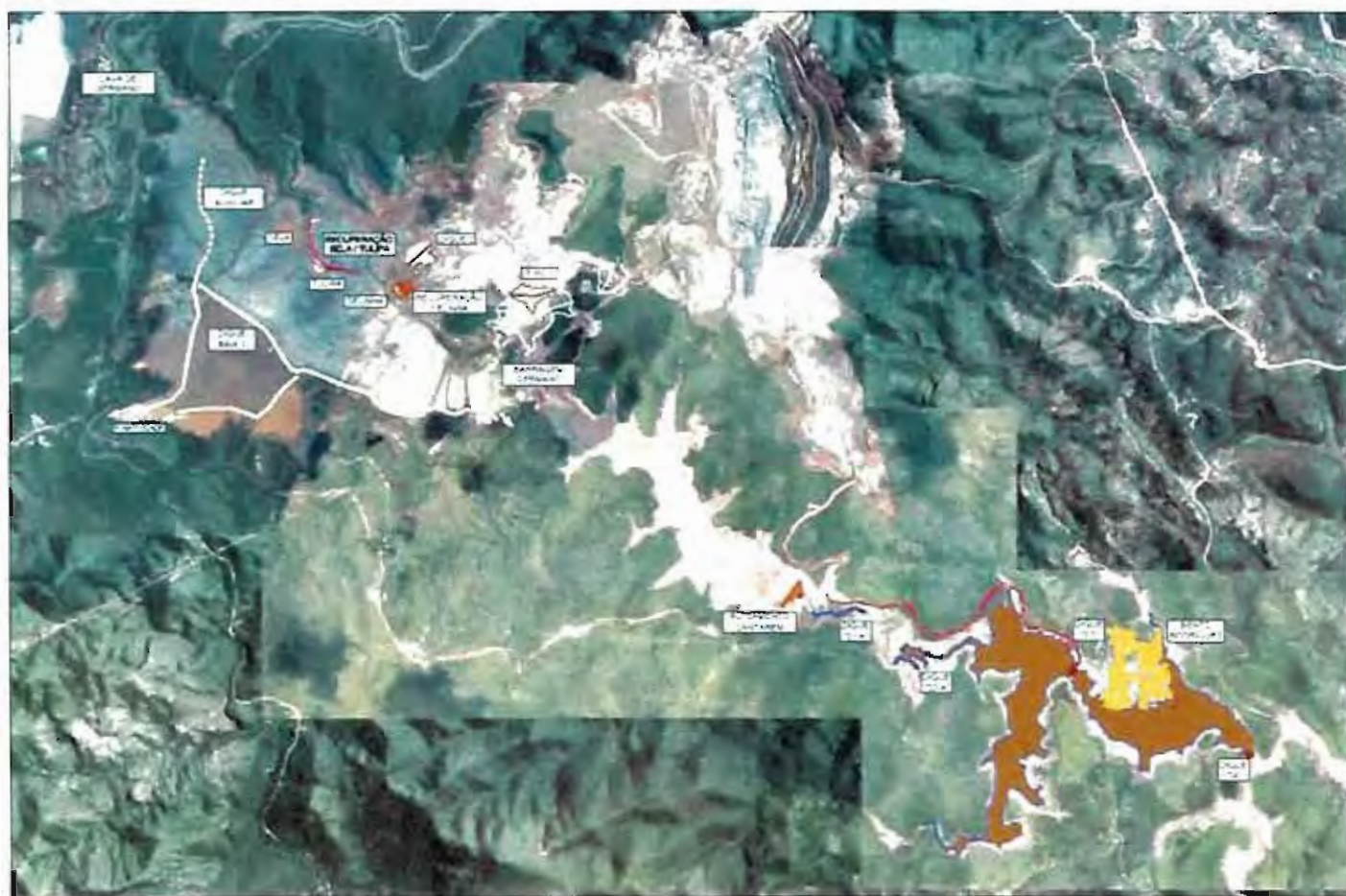


REFORÇO DE SANTARÉM

3. Implantação de dispositivos de contenção de rejeito/lama e água, para tratamento e sedimentação de sólidos.



A figura a seguir indica a localização das ações que estão sendo tomadas pela Samarco para reforço das estruturas remanescentes, construção dos diques de contenção de sedimentos e também a locação de alguns estudos que estão sendo desenvolvidos, ainda em fase conceitual, para contenção de sedimentos a médio e longo prazos.



Visão geral das ações em andamento

3.1 – DETALHAMENTO DAS AÇÕES

Apresentamos a seguir as explicações relativas às ações que estão sendo tomadas pela Samarco, com o objetivo de conter o carreamento de sedimentos provenientes da região da barragem de Fundão.

3.1.1 – MEDIDAS JÁ IMPLANTADAS PARA REDUÇÃO E CONTROLE DE ÁGUA À MONTANTE E NO VALE DAS BARRAGENS DE GERMANO E FUNDÃO

Para reduzir e controlar a contribuição de água à montante e no vale das barragens de Germano e Fundão provenientes de drenagem e das chuvas na região, foram adotadas as seguintes medidas:



As locações dos bombeamentos estão indicadas nos pontos vermelhos da figura acima.

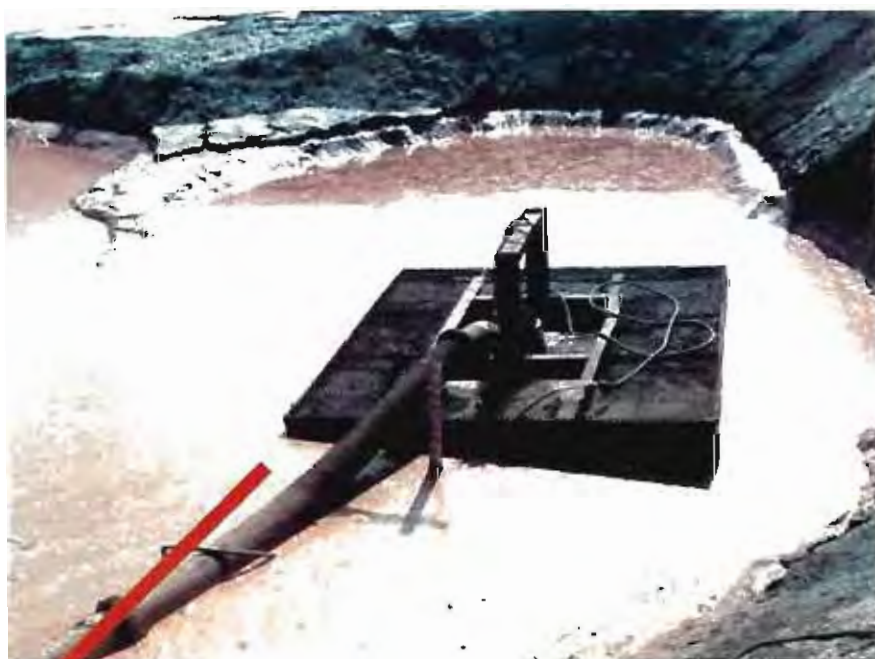
Bombeamento para retirada da água do reservatório da Baía 3, com uma vazão aproximada de 2000 m³/h utilizando 3 bombas (Flyght 600 m³/h, Higura de 400 m³/h e uma Motobomba CD300 1000 m³/h locada da empresa Xylem). Esta água é direcionada através de duas tubulações de 18" e 16" e lançada a montante da Barragem de Santarém (1600 m³/h) e outra tubulação que direciona um volume aproximado de (400 m³/h) para tratamento no concentrador 2.





Bombeamento da água de chuva armazenada no reservatório da cava de Germano utilizando duas bombas e direcionando o fluxo de até 1000 m³/h para o concentrador 2, onde a água é tratada e direcionada para o Rio Piracicaba, podendo também ser direcionada para o ponto 1.

a.



Bombeamento da água retida no reservatório próximo ao dique da Sela com uma vazão aproximada de 40 m³/h e direcionada para o reservatório do dique auxiliar. Do dique auxiliar, segue o mesmo fluxo já apresentado.



Bombeamento de água na entrada da Sela e Tulipa com vazão aproximada de 1800 m³/h e direcionada a jusante da Barragem de Germano, através de uma bomba Flyght (600 m³/h) e um conjunto motobomba Itubombas (1200 m³/h)



3.1.2 – REFORÇO DAS ESTRUTURAS REMANESCENTES

3.1.2.1 – DIQUE DA SELINHA

O dique de selinha foi comprometido com o deslocamento dos sedimentos a partir do rompimento da barragem do Fundão, sua geometria foi comprometida e constatada a necessidade de implantação de uma berna de reforço construída na porção inferior do maciço, conforme imagem a seguir.



As obras de reforço do dique da Selinha foram concluídas em 28/12/15 e foram executadas pela Integral Engenharia.

3.1.2.2 – DIQUE SELA

O Dique Sela possui comprimento de 426 metros e a crista encontra-se na Elevação 917,50m, com altura no eixo de 36 metros e diferença pé-crista de 67 metros.



Situação atual do Dique da Sela



O dique inicial da Sela partiu da cota 886,0 m com crista na cota 890,0 m, em seção homogênea de aterro compactado, filtro vertical e tapete drenante. Novos alteamentos foram feitos até a cota 899,0 m. Em 2008, o alteamento até a cota 910,0 m foi feito em seção mista com aterro argiloso compactado no paramento de montante, filtro vertical e enrocamento (denominado “blocos sujos”) no espaldar de jusante.

Em 2010 o dique foi alteado para a cota 913,0 m. Este alteamento manteve a seção mista, com enrocamento de blocos sujos e face montante de solo argiloso.

O ultimo alteamento foi feito com rejeito reforçado e envelopado a montante por geomembrana e a jusante por geotêxtil, e atingiu a cota 917,50 m.

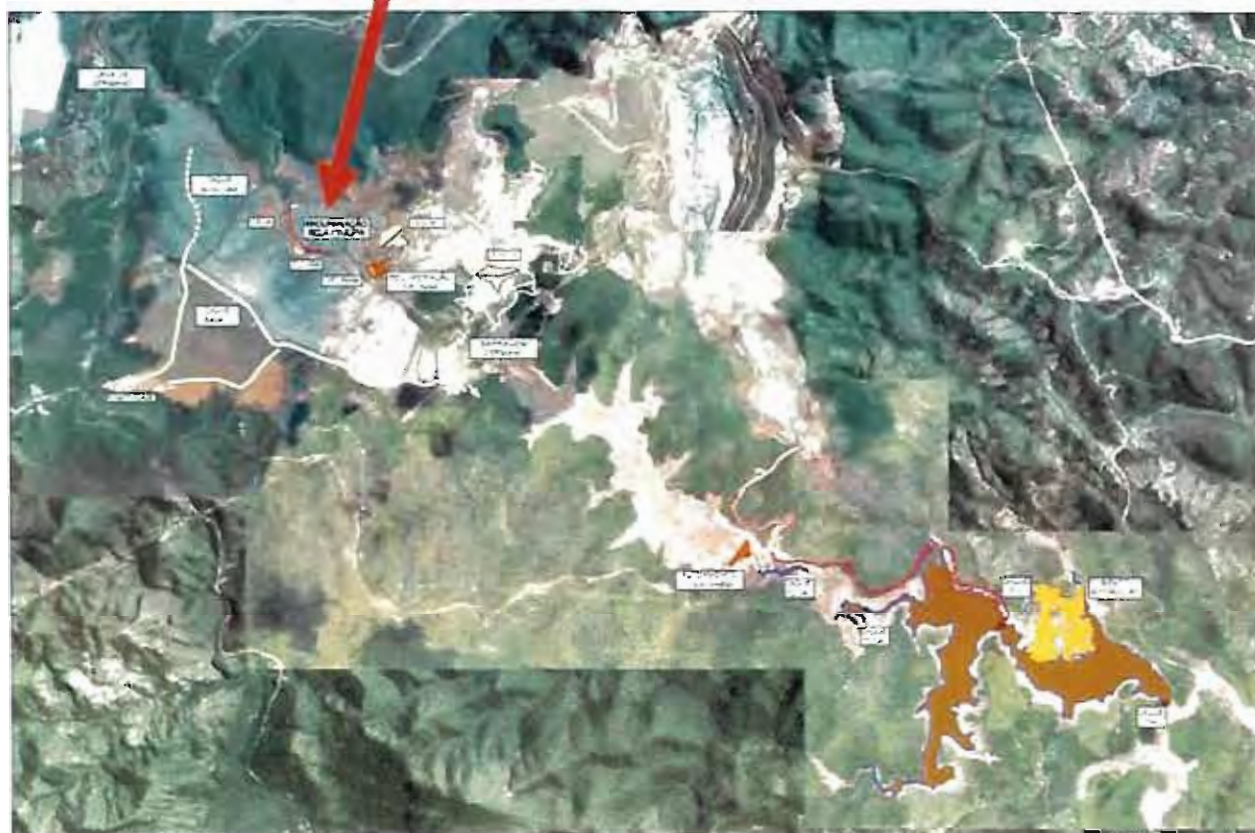
Por ora, com base nas análises preliminares, não se detectou a necessidade de reforço do Dique Sela. Porém, se houver necessidade, a Samarco informou que será feito um reforço localizado e de pequeno porte na região do pé.

3.1.2.3 – DIQUE TULIPA

O Dique Tulipa possui comprimento de 370 metros e a crista encontra-se na Elevação 917,50m, com altura no eixo de 23 metros e diferença pré-crista de 70 metros.



Vista do Dique da Tulipa

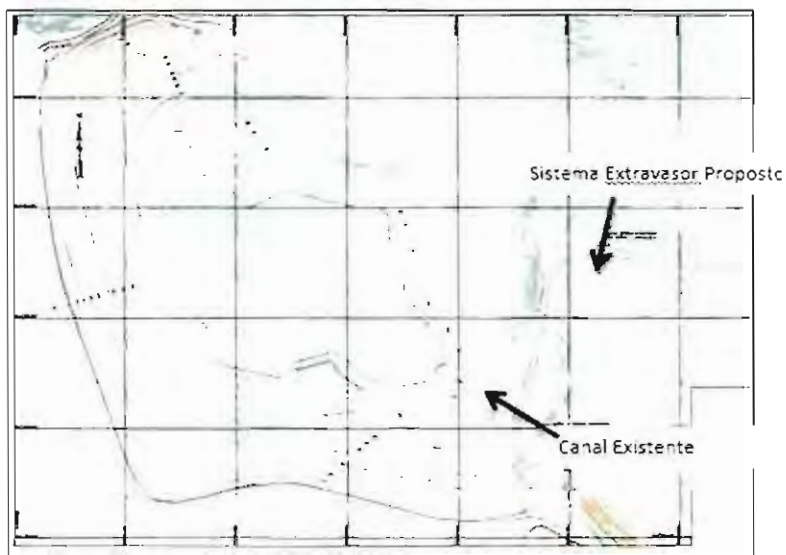


Segundo a Samarco, inicialmente será executado um reforço da ombreira comum e das seções críticas do dique da Tulipa constituído de bancadas construídas com blocos de mina. O maciço partirá da ombreira comum da Sela-Tulipa e se prolongará até fechar no final das trincas que aparecem de ambos os lados das seções adjacentes de Tulipa.

No segundo momento, conforme Informações da Samarco, será implantado o projeto a ser desenvolvido pela BVP Engenharia que prevê a estabilização do material à jusante dos diques.

Também, segundo a Samarco, está previsto um novo sistema extravasor a direita do existente, que deverá ser implantado no período de seca de 2016.

A seguir o arranjo geral do projeto de estabilização dos diques da Sela e Tulipa



Fonte: Samarco

3.1.2.4 – DESVIO DE DRENAGEM DO VERTEDOIRO DE TULIPA

Esta atividade compreendeu a execução de canal de drenagem com o objetivo de reduzir o aporte de águas superficiais ao vertedouro existente na ombreira direita do Dique da Tulipa.

Entende-se que sua execução tem função dupla, quais sejam:

- Reduzir o potencial erosivo nos rejeitos remanescentes no reservatório de Fundão (cerca de $13 \times 10^6 \text{ m}^3$), eliminando os problemas de mobilização dos mesmos e carreamento para jusante;
- Permitir os trabalhos de construção das novas estruturas na região do Dique 2 e Eixo 1, além de conferir maior segurança aos mesmos no próximo período chuvoso (2016-2017).



Desvio do canal vertedouro do dique da Tulipa

3.1.2.5 – BARRAGEM DO GERMANO



O fluxo de rejeitos do vale do Fundão, pós-acidente, galgou o espigão entre os vales do Fundão e do Germano e erodiu superficialmente o talude de jusante do dique de partida da barragem do Germano. Nesse contexto, será necessário implantar uma berma de reforço à jusante do dique de partida e recompor as erosões provocadas pela passagem dos rejeitos.

As estruturas de drenagem superficial na região da ombreira esquerda do dique de partida foram danificadas ou obstruídas com a passagem da lama. Inicialmente foram limpas e reparadas de forma emergencial para evitar a erosão das ombreiras e do maciço. Estas estruturas, segundo informações da Samarco, serão reconstruídas definitivamente após o período chuvoso.

Além disso, conforme informações da Samarco, o dreno de fundo será prolongado de forma a possibilitar a construção de um reforço na região do dique de partida. Ainda conforme a Samarco, será construído um dique de enrocamento a jusante da saída da drenagem interna

para proteger a mesma contra o fluxo de material fino que possa causar a colmatação desta estrutura.



Reforço do dique de partida

A Samarco executou algumas ações de melhoria no monitoramento, além de limpeza e dragagem da região do pé da barragem principal de Germano, são elas:

- Instalação de piezômetros
- Implementação de ensecadeira para execução das obras
- Dragagem da lama depositada a jusante do dique de partida
- Operação de retirada de material com escavadeira
- Prolongamento do dreno de fundo

Até o momento já foram desenvolvidas as engenharias e a melhoria do acesso ao pé da barragem. As obras estão sendo realizadas pela Integral Engenharia.

A recuperação do pé de Germano foi projetada pela VOGBR e será constituída da desobstrução e prolongamento do dreno de fundo, utilizando-se pedra de mão como elemento drenante e reforço à jusante do dique de partida, além de camadas de transição nos contatos com parte das ombreiras e talude de jusante do dique.

3.1.2.6 – REFORÇO DA BARRAGEM DE SANTARÉM

A atual Barragem de Santarém resistiu à passagem de todo o fluxo de rejeitos liberado pelo esvaziamento da barragem do Fundão. Entretanto, seu maciço foi erodido na região da crista e da linha de offset direito (linha de contato entre o maciço e o terreno natural na margem direita) e seu vertedouro teve o trecho em degraus, bem como sua bacia de dissipação impactados.



Foi necessário estabilizar os danos erosivos no offset direito, recuperar a região do pé da barragem, onde ficava o dreno de pé, reforçar o maciço de jusante e protegê-lo da ação erosiva do fluxo de água e lama. Também foi necessário recuperar a crista da barragem, de modo a restituir a sua geometria antes do evento com a barragem do Fundão.

As obras de reforço de Santarém **foram concluídas em FEVEREIRO/16**. Foi executado o prolongamento da drenagem interna, a construção do aterro de reforço e a recomposição da crista na região próxima à ombreira direita. As obras de reforço emergencial foram executadas pela Integral Engenharia e estão com 100% de avanço.



Visão geral das obras. Avanço acumulado de 100%.

Atualmente a Samarco está implantando um canal de desvio pela lateral direita do extravasor existente com o intuito de desviar o fluxo da calha atual. A construção deste canal de desvio viabilizará os reparos na região erodida a jusante do canal existente.



Implantação do canal extravasor temporário

3.1.2.6.1 – NOVA BARRAGEM SANTARÉM - ELEVÇÃO 770 M

Considerando a conveniência do reforço da estrutura atual e a opção de alteamento para laminação de cheias e clarificação do fluxo foi concebida uma alternativa com elevação da crista até a cota 770m e um vertedouro em torre. Este vertedouro operacional operará com rebaixamento do nível do reservatório sempre que a clarificação da água alcançar turbidez tal que o reservatório possa ser deplecionado de modo a manter o nível de água na El. 762m.

Além disso, considerando a magnitude elevada das vazões de cheias em Santarém será necessário um vertedouro principal, de superfície, que servirá também para a condição de emergência e de abandono.

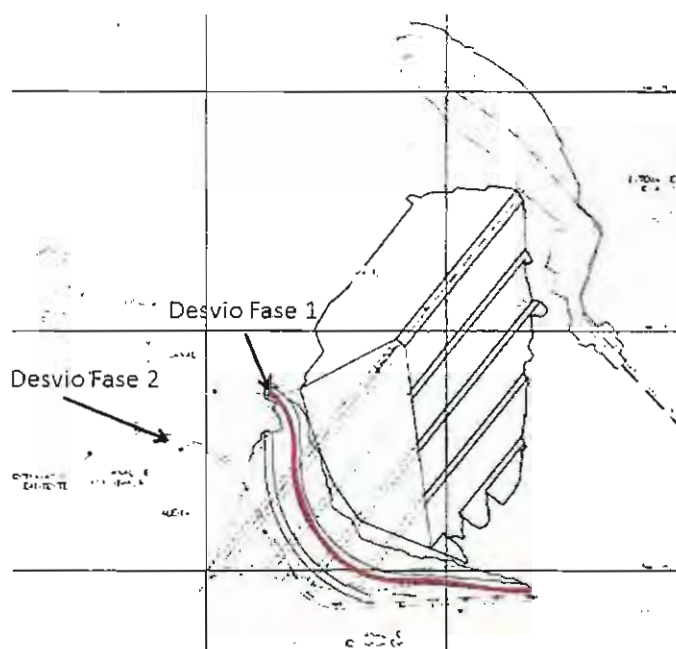
A Tabela a seguir apresenta os volumes de armazenamento obtidos com a crista na El. 770m e considerando como volume útil do reservatório a partir da El. 753m como topo dos rejeitos.

COTA	ÁREA	VOLUME	VOLUME ACUMULADO
754,00	428.433,03	348.938,39	348.938,38
755,00	529.494,65	478.072,85	827.011,24
756,00	624.608,92	576.397,45	1.403.408,69
757,00	682.493,26	653.337,37	2.056.746,06
758,00	735.886,86	709.022,51	2.765.768,57
759,00	766.982,52	751.381,07	3.517.149,64
760,00	794.118,27	780.511,09	4.297.660,73
761,00	822.906,99	806.468,91	5.106.130,64
762,00	851.893,54	837.358,46	5.943.489,09
763,00	880.442,52	866.128,82	6.809.617,92
764,00	909.095,99	894.731,02	7.704.348,94
765,00	938.587,06	923.802,30	8.628.151,24
766,00	968.232,69	953.371,46	9.581.522,70
767,00	998.752,31	983.453,04	10.564.975,74
768,00	1.028.837,61	1.013.757,76	11.578.733,50
769,00	1.059.435,64	1.044.099,26	12.622.832,76
770,00	1.091.070,28	1.075.214,18	13.698.046,94

Fonte:
Samarco

Capacidade Cota-Volume do reservatório da barragem com crista na El. 770m e soleira do extravasor principal na Elev. 766m – Stoplogs fechados do vertedouro operacional

A Figura a seguir corresponde ao layout preliminar dessa alternativa.



Fonte: Samarco

Layout preliminar da barragem alteada na El. 770m e dos extravasores operacional (ombreira direita) e principal (ombreira esquerda).

Especificamente para a Alternativa da Nova Barragem de Santarém na elevação 770m, são previstas duas estruturas do sistema extravasor, operando de forma complementar:

- Extravasor operacional, com o objetivo de possibilitar a clarificação do efluente, sem impor à drenagem interna da Barragem de Germano uma condição de remanso superior à historicamente ocorrida. Para tanto, este extravasor será capaz de manter o nível operativo do reservatório entre a El. 758 m e El. 766m, por meio da operação de “stop-logs”. O volume contido entre as referidas elevações pode, ainda, ser visto como um volume de espera para a eventualidade de novos deslocamentos de lama provenientes de Fundão.
- Extravasor de emergência, com o objetivo de atender com segurança aos eventos de trânsito de cheias associados à Cheia Máxima Provável (CMP), com soleira posicionada na elevação 766,00 m.

I – DA SÍNTESE DA AUTUAÇÃO

1. Cuida-se de Auto de Infração lavrado pela Subsecretaria de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada – SUCFIS (atual Subsecretaria de Fiscalização Ambiental), em face da **SAMARCO**, em 13.11.2015, indexado ao Auto de Fiscalização nº 68.513/2015, emitido em complementação ao Auto de Fiscalização nº 38.963/2015, com fulcro na descrição a seguir reproduzida:

"causar poluição e degradação ambiental resultando em dano aos recursos hídricos, prejudicando a saúde, a segurança e o bem estar da população, devido ao rompimento das barragens do complexo da Mina do Germano, no município de Mariana/MG, próximo à comunidade de Bento Rodrigues, em 05/11/2015; os rejeitos minerários dispostos nas referidas barragens foram carreados para o corpo hídrico, promovendo o comprometimento da qualidade e regime dos recursos hídricos de diversos corpos de água, como o Rio Gualaxo do Norte, Rio do Carmo e Rio Doce, comprometendo, assim, o abastecimento público de água de alguns municípios, dentre eles o município de Governador Valadares/MG, suspenso por tempo indeterminado. Ainda em razão do rompimento das barragens, sérios danos à saúde e à vida humana, foram observados, tendo ocorrido, até 12/11/2015, conforme dados repassados pela Defesa Civil, 06 (seis) óbitos confirmados, vítimas do ocorrido, bem como 26 (vinte e seis) pessoas estão desaparecidas pelo mesmo fato. Assevera-se também o fato do rompimento das barragens ter comprometido a maior parte das propriedades do Distrito de Bento Rodrigues, e parte das propriedades da Paracatu de Baixo, fato este que levou à retirada dos moradores sobreviventes da área atingida, haja vista o comprometimento integral de suas residências. Ressaltamos que desde o rompimento das barragens, a sociedade empresária autuada vem colaborando com o órgão ambiental na busca de soluções para os problemas ocasionados".

2. Embasada a autuação no art. 64 e no Código de Infração nº 122 do Anexo I a que se refere o art. 83, todos do Decreto nº 44.844/2008, cominou-se multa simples, cujo valor foi definido com base na suposta reincidência genérica e na aplicação de agravantes, perfazendo o importe de R\$112.690.376,32 (cento e doze milhões, seiscentos e noventa mil, trezentos e setenta e seis reais e trinta e dois centavos).

3. Ante a ciência da lavratura do Auto de Infração em 18.11.2015, através do OFÍCIO DAICP/SUACP/SUCFIS/SEMAD Nº 7328/2015, e considerando que não houve expediente nas repartições públicas estaduais sediadas em Belo Horizonte nos dias 07/12/2015 e 08/12/2015, a **SAMARCO** ofereceu defesa administrativa, tempestiva e



MENDO DE SOUZA



devidamente instruída, conforme artigos 33 e 34 do Decreto nº 44.844/2008 e art. 59 da Lei nº 14.184/2002, protocolizada junto ao órgão ambiental em 09.12.2015.

4. Em 03.02.2016, a Diretoria de Autos de Infração e Controle Processual, emitiu o Parecer Único nº 001/2016, recomendando a manutenção da penalidade de multa no valor de R\$112.690.376,32 (cento e doze milhões, seiscentos e noventa mil, trezentos e setenta e seis reais e trinta e dois centavos), que foi levado a conhecimento da empresa quando da divulgação da inclusão do processo na pauta de discussão da 93ª Reunião Extraordinária da URC Rio das Velhas.

5. Conforme se verifica de publicação extraída do IOF MG de 13.02.2016, o processo foi pautado para exame da defesa do Auto de Infração na 93ª Reunião Extraordinária da URC Rio das Velhas, realizada em 19.02.2016, oportunidade em que foi objeto de pedido de vista conjunta pelos Conselheiros representantes da PGJ, FIEMG, SINDIEXTRA, FETAEMG e FONASC-CBH (doc. 2).

6. Salienta-se que, diante do referido pedido de vista conjunta e com fins a elucidar os pontos que foram objeto de defesa, bem como outras questões controversas que permearam a autuação, a empresa protocolizou manifestação junto ao órgão ambiental em 16.03.2016, que também foi remetida aos Conselheiros acima mencionados (doc. 3).

7. O retorno de vista dos autos foi pautado na 94ª Reunião Ordinária da URC Rio das Velhas, realizada em 19.04.2016, que, após deliberação dos Conselheiros, determinou a manutenção da multa tal qual definida quando da autuação, com base no Parecer Único nº 001/2016, emitido pela SUCFIS em 03.02.2016 (doc. 4).

8. A decisão da 94ª Reunião Ordinária da URC Rio das Velhas foi publicada no IOF MG de 21.04.2016, e prontamente a empresa diligenciou junto à DAICP para obtenção de vista e cópia dos autos, pretendendo o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa. Registra-se que apenas em 04.05.2016 o processo foi disponibilizado por tal Diretoria para acesso da empresa.

Handwritten signature

9. Diante do breve exposto, a **SAMARCO**, inconformada com a decisão administrativa proferida pela 94ª Reunião Ordinária da URC Rio das Velhas, nos termos do Parecer Único emitido pela SUCFIS, oferece o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, tempestivo e devidamente instruído, conforme artigos 43 e 44 do Decreto nº 44.844/2008 e art. 41 do Decreto 46.668/2014.

10. Salienta-se que, nos termos do disposto no art. 41 do Decreto nº 46.668/2014, o **RECURSO** deve ser remetido à autoridade que proferiu a decisão pela confirmação da multa, a qual, se não promover a reconsideração no prazo de 05 dias, deverá encaminhá-la à autoridade superior competente para decidir.

II – SOBRE OS PONTOS SUSCITADOS EM SEDE DE DEFESA E A NECESSIDADE DE REVISÃO DA DECISÃO ADMINISTRATIVA – EVIDÊNCIAS QUANTO À INCORREÇÃO DO PARECER ÚNICO Nº 001/2016

11. Para que seja possível aclarar as razões do inconformismo da empresa quanto à decisão proferida na 94ª Reunião Ordinária da URC Rio das Velhas, será necessário, de início, lançar luzes sobre o posicionamento exarado pela equipe SUCFIS através do Parecer Único nº 001/2016, que subsidiou a manifestação dos Conselheiros na oportunidade do Colegiado da URC Rio das Velhas.

12. De tal modo, passa-se à análise de cada um dos pontos aventados em sede de defesa, e da respectiva manifestação da SUCFIS, com fins a demonstrar a incorreção dos fundamentos que embasaram a decisão proferida, e, por conseguinte, a necessidade de sua revisão. Senão vejamos:

II – A) DAS REGRAS DE COMPETÊNCIA ESPECÍFICAS PARA AUTUAÇÃO NO CASO EM EXAME – DA IMPOSSIBILIDADE DE NEGAR-SE APLICAÇÃO À PREVISÃO EXPRESSA DA NORMA REGENTE

13. Primeiramente, rememora-se que foi aventada em sede de defesa a nulidade do Auto de Infração nº 4803/2015, com fulcro na existência de vício quanto à autoridade responsável por sua lavratura, considerando a previsão expressa e específica da norma regente.

14. Quanto a este ponto, o reconhecimento da nulidade do Auto de Infração foi pleiteado com base no fato de que a autuação ora objurgada consubstanciou-se no art. 64 do Decreto nº 44.844/2008, que versa sobre os termos para a fixação da multa simples em determinadas hipóteses de infrações classificadas como de natureza gravíssima, e assim preceitua:

"Art. 64 - As multas simples cominadas às infrações gravíssimas previstas neste Decreto terão seu valor fixado entre o mínimo de R\$20.000.000,00 (vinte milhões e reais) e o máximo de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), se a infração for cometida por empreendimento ou atividade de grande porte e causar dano ou perigo de dano à saúde pública, ao bem-estar da população ou aos recursos econômicos do Estado".

15. Nota-se que o Decreto nº 44.844/2008, diante desta hipótese de exceção à regra geral, vinculou a competência para a lavratura de autos de infração nos casos do art. 64 a autoridades específicas, que foram devidamente nominadas no diploma normativo. É o que estabelece o art. 31, §1º, ao dispor que *"na hipótese prevista no art. 64, são competentes para lavar o auto de infração os Superintendentes Regionais de Meio Ambiente, o Presidente da FEAM, o Diretor-Geral do IEF ou o Diretor-Geral do IGAM, conforme o caso"* [grifo nosso].

16. Entrementes, no caso em exame, o Auto de Infração nº 4803/2015 foi lavrado pelo Sr. Marcelo da Fonseca – MASP 1148708-9, à época Subsecretário de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada da SEMAD, autoridade que não está elencada no referido art. 31, §1º, do Decreto nº 44.844/2008 como sendo competente para lavar Autos de Infração na hipótese excepcional do art. 64.

17. Diante de tais alegações, aqui reproduzidas em apertada síntese, a SUCFIS manifestou-se através de Parecer Único, sugerindo a manutenção da multa tal qual cominada quando da autuação, sob a alegação de que o dirigente da Subsecretaria



MENDO DE SOUZA



teria competência para lavrar o Auto de Infração na hipótese do art. 64 do Decreto nº 44.844/2008.

18. Observa-se que o equivocado posicionamento da SUCFIS foi emitido com base no disposto no art. 43, IX, do Decreto nº 45.824/2011, que estabelece que compete à SUCFIS, dentre outras questões, “aplicar as sanções administrativas nos termos dos arts. 31, §1º e 64 do Decreto nº 44844/2008”, bem como mediante a justificativa de que àqueles órgãos cujas autoridades foram nominadas como competentes para o exercício do encargo privativo no art. 31, §1º, não mais existiriam as atribuições de fiscalização, mas tão somente de apoio à fiscalização da SUCFIS. É o que reflete o trecho abaixo extraído do Parecer Único em comento:

“Antes da vigência da Lei Delegada nº 180/2011, os autos de infração lavrados em razão do descumprimento da legislação ambiental em vigor eram processados no IEF, no IGAM e na FEAM, de acordo com as suas respectivas atribuições. (...) Após a vigência da Lei Delegada nº 180/2011, houve a centralização das atividades de fiscalização ambiental na SUCFIS, cabendo à FEAM, ao IEF e ao IGAM apenas o apoio à SEMAD no processo de fiscalização e na aplicação de sanções” [grifo nosso].

19. Impende esclarecer, contudo, que não se pode confundir a competência para “processamento de defesas”, com aquela específica para “lavrar autos de infração”. O fato de que processamento dos procedimentos de autuação tenha passado a se concentrar na SUCFIS com o advento da Lei Delegada nº 180/2011, em nada altera a o regramento vigente quanto à competência para lavrar autos de infração, notadamente quando a norma é expressa para hipóteses de exceção à regra geral.

20. Da mesma forma, as condutas de “lavrar Auto de Infração” e “aplicar sanção administrativa” também não se confundem. Ora, além do disposto no art. 31 do Decreto nº 44.844/2008, nos termos do qual a aplicação das penas constitui apenas um dos requisitos essenciais do instrumento de autuação - ao qual o mesmo não se resume -, a diferença entre as ações em comento também decorre de simples interpretação gramatical. Não se pode presumir, pois, que tais ações se confundem.

21. Saliencia-se, complementarmente, que o art. 31, §1º, do Decreto nº 44.844/2008 não vincula a lavratura de Autos de Infração na hipótese do art. 64 à SUPRAM, à

FEAM, ao IEF ou ao IGAM, de maneira geral, mas ao dirigente de cada um desses órgãos/entidades, ou seja, a autoridades específicas. Por outro lado, nota-se que o art. 43, IX, do Decreto nº 45.824/2011 trata das competências da SUCFIS, e não necessariamente do seu dirigente máximo.

22. Ora, não parece razoável presumir que a SUCFIS, de forma ampla e genérica, simplesmente tenha passado a ser responsável por atribuição específica e expressamente prevista para os dirigentes da SUPRAM, da FEAM, do IEF e do IGAM. Tanto não parece razoável, como não é este o sentido insculpido na norma.

23. Nota-se que ao atribuir à SUCFIS a competência para aplicar a penalidade, o texto normativo aponta a sua realização NOS TERMOS do art. 31, §1º, e do art. 64. Ou seja, não se está retirando das autoridades específicas do art. 31, §1º, a competência para lavrar o Auto de Infração nessas hipóteses, como quer indicar o parecer único da SUCFIS, na medida em que extrai a possibilidade dessas autoridades autuarem, mas apenas servirem de mero apoio.

24. Considerando o vocábulo “*nos termos*”, há de se entender que o legislador fora explícito ao manter a competência privativa àquelas autoridades específicas, não a transferindo a terceiros. Ou seja, de acordo com art. 43, IX, do Decreto nº 45.824/2011, compete à SUCFIS a aplicação de pena naqueles procedimentos decorrentes de Auto de Infração lavrado pelas autoridades previstas no art. 31, §1º, do Decreto nº 44.844/2008.

25. Ora, se a intenção da norma quando da alteração da estrutura do SISEMA fosse que as atribuições constantes do art. 31, §1º, do Decreto nº 44.844/2008 passassem a ser exercidas, exclusivamente, pela autoridade representante da SUCFIS, tal qual sugere o Parecer Único, esta determinação haveria que ser clara e inequívoca. Para tanto, complementarmente à revogação do dispositivo em comento, outra redação haveria que ter sido conferida ao art. 43, IX, do Decreto nº 45.824/2011, para atribuição do caráter restritivo, como, por exemplo: “*competete exclusivamente ao Subsecretário de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada lavrar o auto de infração e aplicar multas PREVISTAS no art. 31, §1º e 64 do Decreto 44.844/2008*”.



MENDO DE SOUZA



26. Evidente, pois, que o emprego das locuções “*aplicar sanção*” e “*nos termos*” no art. 43, IX, do Decreto nº 45.824/2011, que dispõe sobre competências da SUCFIS, de forma ampla, não admite o entendimento de que competiria ao respectivo Subsecretário, em substituição às autoridades específicas expressamente listadas no art.31, §1º, do Decreto nº 44.844/2008, lavar Autos de Infração na hipótese excepcional do art. 64.

27. Complementarmente, ainda com fulcro no trecho alhures reproduzido, salienta-se que antes da Lei Delegada nº 180/2011, os autos de infração também eram lavrados e processados nas SUPRAMs, sendo equivocada a afirmação constante do Parecer Único da SUCFIS de que “*ao tempo da entrada em vigor do Decreto nº 44.844/2008 não havia entrado em vigência a Lei nº 180/2011, razão pelas qual as atividades de fiscalização ambiental eram restritas à FEAM, ao IEF e ao IGAM*” [grifo nosso].

28. Além de não terem sido contempladas as SUPRAMs no Parecer Único nº 001/2016, cujo dirigente máximo está elencado no rol do art. 31, §1º, do Decreto nº 44.844/2008 como competente para lavar Auto de Infração na hipótese do art. 64, salienta-se que o Decreto nº 45.824/2011 assegura a tais Regionais a competência para atuar nas atividades de controle e fiscalização, bem como aplicar penalidades, conforme se depreende da leitura de seu art. 38, XI, XII e XIII:

“Art. 38 - As Superintendências Regionais de Regularização Ambiental têm por finalidade propor o planejamento e executar as atividades relativas à política estadual de proteção do meio ambiente e de gerenciamento dos recursos hídricos na respectiva área de abrangência territorial, competindo-lhes:

(...)

XI - atuar em conjunto com as demais instituições do SISEMA e em articulação com a PMMG e a União na execução das atividades de controle e fiscalização ambiental referentes ao uso dos recursos ambientais do Estado, de acordo com diretrizes emanadas da Subsecretaria de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada;

XII – fiscalizar e aplicar penalidades por descumprimento às obrigações relativas à regularização ambiental, em especial quanto às condicionantes e demais exigências previstas em atos autorizativos;



MENDO DE SOUZA



XIII - julgar defesas nos processos de imposição de penalidades aplicadas pelos servidores credenciados lotados na Superintendência”

29. Assim, não há sentido na conclusão que se depreende do Parecer Único apresentado pela SUCFIS, de que com o advento da Lei Delegada nº 180/2011 a SUCFIS teria assumido exclusivamente as atividades de fiscalização e que caberia aos demais órgãos e entidades do SISEMA apenas o apoio a tal trabalho daquela Subsecretaria.

30. Impende destacar, ainda, que o posicionamento da SUCFIS pautou-se também no fato de que na versão da norma disponível no sítio eletrônico da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, consta, ao final da redação do art. 31, §1º, do Decreto nº 44.844/2008, a seguinte locução: “*vide art. 43 do Decreto nº 45.824/2011*”.

31. Ora, obviamente, a oração “*vide art. 43 do Decreto nº 45.824/2011*”, não pode ser confundida com uma revogação ou alteração da redação do dispositivo. Rememora-se que a articulação das normas é regida por princípios e regras específicos, de modo que o “*vide*” não se confunde com uma disposição normativa.

32. Assim, tal qual o sentido do termo, o “*vide*” sugere, obviamente, a leitura de outro dispositivo para complementar a inteligência do artigo em questão, e não substituí-lo ou torná-lo sem efeito – entendimento diverso seria confrontante às regras de técnica legislativa, e certamente ocasionaria violação ao princípio da segurança jurídica.

33. Nessa toada, a sugestão de leitura do art. 43 do Decreto nº 45.824/2011 ao final do art. 31, §1º, do Decreto nº 44.844/2008, conforme disponível no sítio eletrônico da Assembleia Legislativa, apenas e tão somente consagra a previsão do art. 199, §3º, da Lei Delegada nº 180/2011, vigente à época, nos termos do qual “*a SEMAD exercerá suas competências em articulação com as entidades a ela vinculadas, na forma estabelecida em regulamento*” [grifo nosso].



MENDO DE SOUZA



34. Observa-se que este sentido da atuação conjunta dos órgãos e entidades no âmbito do SISEMA também está expresso na atual Lei nº 21.972/2016, cujo art. 7º preceitua o seguinte:

"o exercício do poder de polícia administrativa para fins de fiscalização, de aplicação de sanções administrativas, de cobrança e de arrecadação de tributos, multas e outras receitas, será compartilhado entre a Semad, a Feam, o IEF e o Igam, admitida a sua delegação à PMMG".

35. O que se intenta demonstrar, sobretudo, é que, ainda que as atividades de fiscalização possam ter sido, em regra geral, centralizadas na SUCFIS com o advento da Lei Delegada nº 180/2011, as normas aplicáveis à matéria devem ser interpretadas mediante uma análise sistêmica do ordenamento e considerando os critérios de especialidade vigentes.

36. Por tais razões, e tendo em vista todos os fundamentos já aventados, o que se poderia imaginar, no máximo, seria a permissão da atuação conjunta da SUCFIS com qualquer das autoridades previstas no art. 31, §1º, para fins de exercício da competência específica em questão. De qualquer forma, não há substrato normativo hábil a embasar a afirmação de que houve atribuição de nova competência para lavar, de forma exclusiva, Auto de Infração no caso do art. 64 do Decreto nº 44.844/2008, tampouco de que às autoridades indicadas no art. 31, §1º, não mais compete a lavratura do Auto de Infração na hipótese do art. 64.

37. Assim, a interpretação que se deve conferir à norma diante dos dispositivos aqui suscitados é de que, lavrado o Auto de Infração na hipótese do art. 64 do Decreto nº 44.844/2008, por autoridade prevista no art. 31, §1º, a autuação será processada na SUCFIS, e não na casa a qual estaria vinculado o dirigente responsável pela autuação.

38. Complementarmente, considerando a aplicação de penas como elemento que compõe o Auto de Infração, poderia a SUCFIS atuar em conjunto com as autoridades expressamente previstas no art. 31, §1º, do Decreto nº 44.844/2008 quando da lavratura do Auto em tal hipótese.



MENDO DE SOUZA



39. Especificamente considerando a situação em análise, em que o Auto de Infração foi lavrado em virtude do incidente ocasionado pelo rompimento da Barragem de Fundão, objeto do licenciamento identificado sob o nº PA COPAM 00015/1984/095/2013, que tramitou na SUPRAM CM e culminou na REV LO nº 168/2013, concedida pela URC Rio das Velhas em reunião do dia 29/10/2013, por óbvio que, com fulcro na disposição expressa do art. 31, §1º, do Decreto nº 44.844/2008, a lavratura do Auto de Infração com base no art. 64 seria competência específica do Superintendente da SUPRAM CM, de modo que o respectivo processo tramitaria na SUCFIS. Não se afasta, repisa-se, a possibilidade de a lavratura do Auto de Infração ser promovida em conjunto pelo Superintendente Regional e pela SUCFIS, inexistindo, contudo, embasamento para que o representante da segunda simplesmente substitua o primeiro e o faça exclusivamente.

40. Não há, pois, fundamento jurídico para, tal qual pretende o posicionamento da SUCFIS exarado através do Parecer Único, negar-se aplicação ao dispositivo e simplesmente afastar as competências específicas nele previstas. Ora, em nenhum momento a norma indicou que a competência atribuída à SUCFIS pelo art. art. 43, IX, do Decreto nº 45.824/2011 substituiria a competência de autoridades específicas prevista no art. 31, §1º, do Decreto nº 44.844/2008, o que não pode ser presumido.

41. Apenas para fins de registro, rememora-se, inclusive, que o modelo de Auto de Infração atualmente utilizado pelo SISEMA dispõe de campo específico para a indicação do órgão responsável pela sua lavratura, trazendo, dentre outros, a FEAM, o IGAM e o IEF como opções de preenchimento.

42. De tal modo, assentir com o entendimento do Parecer Único da SUCFIS tal qual exarado representaria negar validade a diversas autuações emitidas após a Lei Delegada nº 180/2011 que identificam a FEAM, o IGAM ou o IEF como órgão responsável pela lavratura, o que acarretará os mais diversos desdobramentos.

43. Por todo o exposto, considerando que a decisão pela manutenção da penalidade de multa decorrente do Auto de Infração nº 4803/2015 pautou-se no Parecer Único nº 001/2016 emitido pela SUCFIS, cuja fundamentação para afastar a suscitada nulidade

11



MENDO DE SOUZA



do instrumento, por impropriedade quanto à autoridade responsável pela lavratura, não dispõe de respaldo normativo e, como tal, não pode prosperar, impõe-se promover a revisão da decisão administrativa proferida na 94ª URC Rio das Velhas, para reconhecer a nulidade da autuação tal qual promovida, com sua imediata desconstituição e definitivo arquivamento.

***II – B) DOS VÍCIOS QUANTO À APURAÇÃO DE REINCIDÊNCIA GENÉRICA
– DA EXISTÊNCIA DE ERRO PROCEDIMENTAL E DA IMPOSSIBILIDADE DE
CONSIDERAR-SE O AUTO DE INFRAÇÃO Nº 167286/2013 COMO
PARADIGMA PARA DEFINIÇÃO DO VALOR DA MULTA***

44. Além dos fatos e fundamentos acima aduzidos, suficientes para ensejar a desconstituição do procedimento ora objurgado, foi aventado em sede de defesa que a presente autuação culminou na aplicação de multa simples cujo valor base foi fixado sem evidências dos critérios que levaram a tal conclusão.

45. Isto porque o agente autuante, quando da lavratura do Auto de Infração, descreveu em campo específico do instrumento de autuação que a fixação da multa no valor máximo da faixa se deu *“devido ao cometimento anterior, pela autuada, de infração gravíssima, com decisão administrativa definitiva, código 305, Anexo III, conforme preconiza o art. IV do Decreto nº 44.844/2008”*.

46. Nota-se que da descrição acima reproduzida não é possível inferir qual suposto *“cometimento de infração”* teria embasado a constatação de reincidência, tampouco quando se deu a decisão administrativa definitiva que fora considerada para tanto.

47. Ao lado disso, ainda com fulcro no trecho extraído do Auto de Infração acima reproduzido, não é possível depreender a qual dispositivo o agente autuante se referiu ao mencionar que a aplicação do valor no máximo da faixa por suposta reincidência se deu *“conforme preconiza o art. IV do Decreto nº 44.844/2008”*, restando patente o vício na indicação da fundamentação legal para tanto.

4

48. Diante de tais alegações, aqui sumariamente reprisadas, a SUCFIS informou, quando do Parecer Único nº 001/206, que a indicação de reincidência no caso em exame teria se dado com fulcro no Auto de Infração nº 167286/2013.

49. Rememora-se que o Parecer Único em questão foi levado a conhecimento da empresa quando da publicação da pauta da 93ª Reunião Extraordinária da URC Rio das Velhas, ou seja, após o decurso do prazo para apresentação de defesa face à autuação.

50. Ocorre que na oportunidade da 94ª Reunião Ordinária da URC Rio das Velhas, que decidiu pela manutenção da multa simples de acordo com o Parecer Único da SUCFIS, foi apenas suscitado por representante do órgão ambiental que a simples indicação da existência de reincidência genérica, independentemente da identificação do Auto de Infração que se estaria considerando como paradigma, seria suficiente para atender aos preceitos normativos e, como tal, subsidiar a valoração da multa.

51. Ora, conhecer do procedimento que teria sido considerado pela Administração Pública para embasar a constatação de reincidência, e, por conseguinte, para subsidiar o cálculo da multa a ser aplicada quando da autuação, é direito essencial do administrado para o exercício da ampla defesa e do contraditório. Entender de modo contrário, como ocorrido no presente caso, impõe ao administrado defender às cegas, como em um processo kafkiano, sem mesmo saber sobre o que está sendo acusado, o não se pode admitir.

52. Rememora-se que os princípios da ampla defesa e do contraditório possuem base no dever delegado ao Estado de facultar à parte contrária a possibilidade de efetuar a mais completa defesa quanto à imputação que lhe foi realizada, o que certamente não se verifica no caso em exame quanto a este ponto.

53. Nesta senda, salienta-se, de acordo com o próprio Decreto nº 44.844/2008, que a revisão do instrumento de autuação integra a análise de conformidade quanto aos critérios previstos no Capítulo VIII desta norma regulamentar, intitulado "*das penalidades e infrações administrativas*":

“Art. 81. Lavrado o auto de infração, o mesmo será revisto pela autoridade competente, para a verificação da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, e dos demais critérios estabelecidos neste Capítulo.

Parágrafo único. Integra a revisão prevista do caput a observância da existência de reincidência que, eventualmente, não tenha sido constatada, pelo agente autuante, no momento da lavratura do auto de infração”.

54. Por sua vez, o dispositivo a este subsequente, preceitua que *“na hipótese prevista no art. 81 de alteração no auto de infração pela autoridade competente o infrator será notificado da mesma sendo-lhe reaberto o prazo para defesa”*. Ou seja, promovendo a autoridade competente a revisão de algum critério no instrumento de autuação concernente à fixação do valor da multa, como dados concernentes à apuração de reincidência, a reabertura do prazo para a defesa seria imprescindível para assegurar o devido processo legal.

55. Rememora-se que a fixação do valor da multa com base em reincidência depende de critérios e requisitos específicos, o que deve ser levado ao conhecimento do administrado em tempo e modo hábil a se oportunizar a defesa quanto à imputação tal qual pretendida.

56. Em se tratando, pois, a revelação quanto ao Auto de Infração paradigma para se aplicar a reincidência de informação nova e que afeta de forma direta os direitos de ampla defesa e contraditório do administrado, o trâmite adequado deveria implicar, necessariamente, a reabertura do prazo para defesa antes da efetiva decisão do Colegiado, o que não se verificou no caso em exame e, como tal, macula de vício o procedimento em sua completude.

57. Além da demonstrada existência de erro no procedimento tal qual adotado, o que é suficiente para motivar sua desconstituição, impende salientar que não há, no caso em exame, embasamento jurídico para se valorar a multa decorrente do Auto de Infração nº 4803/2015 a partir do Auto de Infração nº 167286/2013 (doc. 5).

58. Isto porque o art. 66 do Decreto nº 44.844/2008, ao dispor sobre os critérios de reincidência, preceitua que *“para fins da fixação do valor da multa a que se referem os*

arts. 60, 61, 62, 64 e 70 deverão ser levados em consideração os antecedentes do infrator, do empreendimento ou instalação relacionados à infração" [grifo nosso].

59. Impende esclarecer que o complexo de mineração de Germano integra uma série de estruturas envolvidas no processo produtivo de minério de ferro, de modo que para se considerar alguma decisão administrativa anterior para fins de reincidência em se tratando de autuação decorrente do incidente ocasionado pelo rompimento da Barragem de Fundão, haveria tal decisão de se relacionar, especificamente, com esta estrutura, com esta suposta infração.

60. Tal conclusão decorre da leitura do referido art. 66, que, conforme sobredito, estabelece que para fins de fixação do valor da multa e apuração de critérios de reincidência deveriam ser considerados os antecedentes do infrator relacionados ao objeto da presente autuação, os antecedentes do empreendimento relacionados ao objeto da presente autuação ou os antecedentes da instalação relacionados ao objeto da presente autuação.

61. Ocorre que o Auto de Infração nº 167286/2013, utilizado para embasar a reincidência no caso em exame, relaciona-se, especificamente, com o *PA COPAM 06345/2005/002/2009 - LI nº 0409 ZM da Linha de Transmissão e Subestação de Energia Elétrica da Samarco*, não havendo substrato normativo hábil a possibilitar que tal autuação seja considerada para fins de reincidência no caso em análise, vez que não se relaciona com o empreendimento objeto da autuação contemplado no processo concernente ao Auto de Infração nº 4803/2016.

62. Rememora-se que o Auto de Infração nº 4803/2015 teve por objeto os resultados decorrentes do incidente ocasionado pelo rompimento da Barragem de Fundão, tutelada pelo *PA COPAM 00015/1984/095/2013*.

63. Por óbvio que a intervenção em APP no bojo da LI da Linha de Transmissão e Subestação de Energia Elétrica da empresa, abarcada pelo *PA COPAM 06345/2005/002/2009*, em nada se relaciona com o objeto da autuação ora objurgada.

64. Mesmo que eventualmente fosse possível admitir outro entendimento, o que se aventa exclusivamente por hipótese, insta destacar algumas peculiaridades concernentes ao procedimento de autuação vinculado ao Auto de Infração nº 167286/2013.

65. Primeiramente, ressalta-se que a empresa somente foi cientificada da manutenção da penalidade de multa simples e apreensão de bens decorrente do Auto de Infração nº 167286/2013 em data posterior à concretização da suposta conduta infracional que se intenta imputar através do Auto de Infração nº 4803/2016 (vide doc. 5).

66. Observa-se que, ainda que a não apresentação de defesa importe a aplicação definitiva da penalidade, não se afasta a imprescindível necessidade de que a autoridade competente promova a revisão do instrumento de autuação, tal qual previsto no art. 81 do Decreto nº 44.844/2008, de modo que, somente após a verificação da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, e demais critérios aplicáveis, o administrado é cientificado da confirmação ou não da penalidade, recebendo, se for o caso, o respectivo DAE para pagamento.

67. Rememora-se que o processo administrativo rege-se pelo princípio da publicidade, de modo que a divulgação oficial dos atos administrativos é necessária para que os mesmos produzam seus efeitos.

68. Além disso, impende ressaltar que, nos termos do art. 66, IV, do Decreto nº 44.844/2008, "*se houver cometimento anterior de infração gravíssima, com decisão administrativa definitiva, o valor-base da multa será fixado no valor máximo da faixa*". Entretanto, além do fato de que quando do incidente ocasionado pelo rompimento da Barragem de Fundão a empresa ainda não havia sido cientificada da manutenção das penalidades referentes ao Auto de Infração nº 167286/2013, sequer consta do bojo do suposto processo paradigma a necessária "decisão administrativa" propriamente dita pela confirmação da multa, abarcando aqueles preceitos do art. 81 do Decreto nº 44.844/2008, o que também impede que tal procedimento seja considerado para fins de reincidência.

69. Complementarmente, observa-se que, quitado o débito referente ao Auto de Infração nº 167286/2013, em 03.12.2015, foi emitida a certidão de trânsito em julgado administrativo, datada de 08.01.2016, posteriormente à qual foram realizados outros atos administrativos no bojo do processo em questão, dentre os quais uma decisão pela manutenção da penalidade de apreensão e perdimento de bens, esta última datada de 12.01.2016, sobre a qual a empresa foi notificada através do Ofício nº 53/2016, recebido em 26.01.2016, para manter os bens adequadamente até que seja formalmente comunicada da destinação legal, abstendo-se de dispor dos mesmos (vide doc. 5).

70. Ora, a decisão posterior, que estabeleceu novas obrigações ao administrado, certamente retirou os efeitos daquela certidão anterior, sob pena de absoluta afronta ao devido processo legal.

71. Nessa esteira, destaca-se que para fins de reincidência há de ser definitivo o trânsito em julgado, isto é, sem a possibilidade de modificação nem mesmo de ratificação pela autoridade. Assim, face à inexistência de decisão final que ponha termo ao processo, e considerando que o mesmo ainda está em aberto, também quanto a este ponto não há possibilidade de o Auto de Infração nº 167286/2013 embasar reincidência no caso em exame.

72. Uma vez que a correta aplicação das penas compõe os requisitos essenciais do Auto de Infração, tal qual previsto no art. 31 do Decreto nº 44.844/2008 e no art. 25 do Decreto nº 46.668/2014, o erro quanto à definição do valor base utilizado para fins de cálculo da multa, decorrente do vício quanto à constatação de reincidência genérica, compromete o instrumento de autuação, que, como tal, não pode prosperar.

73. Por todo o exposto, considerando que restou ausente no Auto de Infração nº 4803/2015 a indicação de qual seria processo paradigma que teria sido considerado para fins de reincidência e fixação do valor da multa, o que somente foi levado ao conhecimento da empresa após o decurso do prazo para a defesa, sem que lhe fosse reaberto o prazo para manifestação, impõe-se a revisão da decisão administrativa proferida na 94ª URC Rio das Velhas, para reconhecer a nulidade do procedimento em

sua completude, por absoluta afronta ao devido processo legal e às disposições expressas da norma regulamentar,

74. Em sede de eventualidade, caso, fundamentadamente, se entenda em sentido diverso e subsista o procedimento de autuação em exame, que seja promovida a revisão da decisão administrativa proferida na 94ª URC Rio das Velhas para adequação do rito então adotado, promovendo-se a reabertura do prazo para a defesa com relação à identificação do Auto de Infração 167286/2013 como paradigma utilizado para fins de reincidência genérica e fixação do valor da multa.

75. Ainda em sede de eventualidade, caso, fundamentadamente, não se promova a desconstituição ou revisão do procedimento administrativo, que seja reconhecida a impossibilidade de considerar o Auto de Infração nº 167286/2013 como paradigma para fins de reincidência e fixação do valor da multa, em razão (i) do disposto no art. 66, "caput", do Decreto nº 44.844/2008, uma vez que em nada se relaciona com o objeto da autuação ora objurgada, (ii) de que quando do incidente ocasionado pelo rompimento da Barragem de Fundão a empresa ainda não havia sido cientificada da manutenção das penalidades referentes ao Auto de Infração nº 167286/2013, (iii) de que não consta do processo paradigma a necessária "decisão administrativa" propriamente dita pela confirmação da multa, (iv) de que não há decisão final que ponha termo ao processo paradigma, que ainda está em aberto.

76. Por fim, apenas na remota hipótese de, motivadamente, ser mantida a pretensão punitiva do Estado através do Auto de Infração nº 4803/2015, que seja retificado o valor base definido para fins de cálculo da multa, aplicando-se o valor correspondente a não constatação de reincidência genérica, haja vista os vícios quanto à consideração do Auto de Infração nº 167286/2013 como processo paradigma no que tange à autuação ora objurgada.

SUCFIS PARA AFASTAR OS ASPECTOS SUSCITADOS EM SEDE DE DEFESA

77. Foi aventado em sede de defesa que o Auto de Infração nº 4803/2015 padece de grave e indistigável defeito também quanto às regras de responsabilidade administrativa, notadamente considerando a necessária observância ao princípio da culpabilidade para fins de cominação de multa no âmbito de procedimento sancionador desta natureza.

78. Isto porque, em regra, no direito pátrio, a apuração de responsabilidade implica a vinculação de determinado resultado à prática ou contribuição do agente para a consecução de uma conduta tida por antijurídica, de modo que não se pode admitir a fixação de responsabilidade objetiva por via interpretativa.

79. Quando, no entanto, a intenção da norma é excepcionar o regime geral de responsabilidade, ela o faz expressamente, afastando de forma categórica a necessidade de verificação de dolo ou culpa como elementos identificadores da vontade do agente e geradores de responsabilidade. É o caso, por exemplo, do art. 14, §1º, da Lei nº 6938/1981, quanto ao dever de reparar ou indenizar civilmente os danos causados ao meio ambiente.

80. Nota-se que a reparação civil ambiental, prevista no §1º acima mencionado, pode abranger todos os poluidores, mesmo aqueles que não tenham contribuído diretamente com sua conduta para a ocorrência do dano.

81. No caso da esfera administrativa ambiental, diferentemente da esfera civil consagrada no mencionado art. 14, §1º, da Lei 6938/1981, além de inexistir expressa ressalva no ordenamento, o caráter subjetivo da responsabilidade deve ser reconhecido, tendo em vista que a sua consagração vai além da letra da norma, sendo objeto de manifestações doutrinárias e dos tribunais, consoante já amplamente demonstrado na oportunidade da defesa.

82. Ocorre que, sobre o assunto, manifestou-se a SUCFIS, na oportunidade do Parecer Único, nos seguintes termos:

“em que pese o entendimento exposto pela autuada, não existe dúvida a respeito da aplicação da Teoria da Responsabilidade Objetiva no Direito Ambiental. Embora a autuada sustente que o art. 14, §1º, da Lei nº 9.605/1981 refere-se exclusivamente à responsabilidade civil e que, portanto, a Teoria da Responsabilidade Objetiva no Direito Ambiental seria aplicada tão somente à esfera civil, não se pode olvidar que o caput do aludido art. 14 faz remissão à aplicação de penalidades em razão do descumprimento da legislação ambiental vigente, o que certamente nos faz concluir que o art. 14, §1º, é aplicado à esfera administrativa” [grifo nosso].

83. Entrementes, conforme já esclarecido, não se pode admitir a afirmação genérica de que “*não existe dúvida a respeito da aplicação da Teoria da Responsabilidade Objetiva no Direito Ambiental*”, especialmente considerando as três esferas de responsabilidade constitucionalmente previstas (penal, administrativa e civil), e suas particularidades.

84. Além disso, especificamente quanto ao disposto no art. 14, §1º, da Lei 6938/1981, cumpre reconhecer que não decorre da premissa aventada pela SUCFIS a conclusão então sugerida pelo órgão ambiental quando do Parecer Único em comento. Isto porque, conforme as regras de técnica legislativa, a disposição insculpida em parágrafos presta-se a explicar, restringir ou modificar o *caput*, de modo a constituir o perfeito entendimento do dispositivo.

85. Assim, do fato de não se exigir a constatação de culpa para a condenação ao pagamento de indenização ou à reparação do dano, institutos que não constam da seara administrativa como penalidade decorrente de Auto de Infração, não poderá decorrer a conclusão de que também não se exige a comprovação de culpa para a imposição de multa ou outras sanções previstas no artigo.

86. Por ser exceção à regra geral, a identificação da responsabilidade objetiva deverá sempre restar expressa, e não se permite a sua interpretação extensiva, como ocorre no Parecer Único.



MENDO DE SOUZA



87. Observa-se, ainda, que a indicação no documento de que *"já haviam sido identificadas falhas em inspeção periódica"* como justificativa para a responsabilidade, na verdade apenas evidencia que a empresa sempre esteve vigilante quanto ao desenvolvimento de suas atividades, promovendo inspeções em sua unidade.

88. A jurisprudência recente do Colendo Superior Tribunal de Justiça vem pacificando o entendimento de que a responsabilização na esfera administrativa é subjetiva, ou seja, exige conduta dolosa ou culposa por parte do agente para ser aplicada:

"AMBIENTAL. RECURSO ESPECIAL. MULTA APLICADA ADMINISTRATIVAMENTE EM RAZÃO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL. EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA EM FACE DO ADQUIRENTE DA PROPRIEDADE. ILEGITIMIDADE PASSIVA. MULTA COMO PENALIDADE ADMINISTRATIVA, DIFERENTE DA OBRIGAÇÃO CIVIL DE REPARAR O DANO. (...)

6. O ponto controverso nestes autos, contudo, é outro. Discute-se, aqui, a possibilidade de que terceiro responda por sanção aplicada por infração ambiental.

7. A questão, portanto, não se cinge ao plano da responsabilidade civil, mas da responsabilidade administrativa por dano ambiental.

8. Pelo princípio da intranscendência das penas (art. 5º, inc. XLV, CR88), aplicável não só ao âmbito penal, mas também a todo o Direito Sancionador, não é possível ajuizar execução fiscal em face do recorrente para cobrar multa aplicada em face de condutas imputáveis a seu pai.

9. Isso porque a aplicação de penalidades administrativas não obedece à lógica da responsabilidade objetiva da esfera cível (para reparação dos danos causados), mas deve obedecer à sistemática da teoria da culpabilidade, ou seja, a conduta deve ser cometida pelo alegado transgressor, com demonstração de seu elemento subjetivo, e com demonstração do nexo causal entre a conduta e o dano.

10. A diferença entre os dois âmbitos de punição e suas consequências fica bem estampada da leitura do art. 14, § 1º, da Lei n. 6.938/81, segundo o qual "[s]em obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo [entre elas, frise-se, a multa], é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade".

11. O art. 14, caput, também é claro: "[s]em prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores: [...]".

12. Em resumo: a aplicação e a execução das penas limitam-se aos transgressores; a reparação ambiental, de cunho civil, a seu turno, pode abranger todos os poluidores, a quem a própria legislação define como "a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental" (art. 3º, inc. V, do mesmo diploma normativo).

13. Note-se que nem seria necessária toda a construção doutrinária e jurisprudencial no sentido de que a obrigação civil de reparar o dano ambiental é do tipo *propter rem*, porque, na verdade, a própria lei já define como poluidor todo aquele que seja responsável pela degradação ambiental - e aquele que, adquirindo a propriedade, não reverte o dano ambiental, ainda que não causado por ele, já seria um responsável indireto por degradação ambiental (poluidor, pois). 14. Mas fato é que o uso do vocábulo "transgressores" no caput do art. 14, comparado à utilização da palavra "poluidor" no § 1º do mesmo dispositivo, deixa a entender aquilo que já se podia inferir da vigência do princípio da intranscendência das penas: a responsabilidade civil por dano ambiental é subjetivamente mais abrangente do que as responsabilidades administrativa e penal, não admitindo estas últimas que terceiros respondam a título objetivo por ofensa ambientais praticadas por outrem.

15. Recurso especial provido." [grifo nosso].¹

89. Complementarmente, também foi aventada em sede defesa a necessidade de revisão do valor da multa, especialmente com fulcro nos princípios da finalidade e da razoabilidade, considerando outros fatos relacionados ao caso concreto, como a regularidade da operação do empreendimento, sua conformidade com a legislação aplicável e com as determinações deste órgão ambiental, que realizava com frequência inspeções no local.

90. A despeito do esposado, a manifestação da SUCFIS contida no Parecer Único nº 001/2016 foi no sentido de que "os valores foram fixados de acordo com a tipificação das infrações e de acordo com a sua gravidade" e de que "foram observados critérios estritamente objetivos estabelecidos pelo art. 27, do Decreto nº 44.844/2008, sem olvidar que os critérios de índole subjetiva do referido art. 27 são causas agravantes e atenuantes da multa".

91. Quanto a este ponto, impende esclarecer que os critérios previstos no art. 27 podem ter relação com aqueles elencados no art. 68, mas com eles não se confundem.

¹ STJ, 2ª T, REsp 1251697/PR, Rel. Min. Mauro Campbell, j. 12.4.2012, v.u.;



Nessa esteira, o art. 27 deve ser aplicado para se definir a efetiva aplicação de penalidade e o valor base de eventual multa, dentro dos limites da faixa correspondente, ao passo que o art. 68 incide cumulativamente até o limite de 50% do mínimo e do máximo da faixa, de acordo com percentuais específicos.

92. Impende destacar, inclusive, que quando da autuação foi aplicada a agravante do art. 68, II, 'a', para aumentar a multa em 30%, sem se considerar que cumulativamente a outros aspectos listados no dispositivo para se majorar a multa de acordo com tal percentual, foram elencados os motivos da infração.

93. Ora, se as causas do ocorrido ainda estão em apuração, não podem ser presumidamente vinculadas a uma suposta conduta da empresa, eis que inexistente o necessário nexo de causalidade. Observa-se que "*os motivos*" também compõem os critérios listados no art. 27 para fins de definição da aplicação de penalidade e do valor base da multa.

94. Ainda quanto ao art. 27, verifica-se que os antecedentes relacionados à suposta infração também não foram observados, especialmente considerando que à época do ocorrido a empresa estava tutelada pelos atos autorizativos necessários à operação da Barragem de Fundão, e que nas fiscalizações deste órgão ambiental não foram constatados óbices ao seu funcionamento. Mais uma vez, há que se distinguir o complexo minerário da **SAMARCO**, como um todo, dos antecedentes relacionados ao objeto do Auto de Infração nº 4803/2015.

95. Quanto à colaboração do infrator com os órgãos ambientais, trata-se de questão que, além de configurar atenuante, deveria também ter sido considerada para fins de aplicação de pena e fixação do valor base da multa, uma vez que compõe o art. 27. Da mesma forma, as medidas que vem sendo adotadas pela empresa para a correção dos danos causados, amplamente aduzidas em sede de defesa e adiante pormenorizadas em tópico específico, não podem ser desconsideradas.

96. E por tais razões, o que se intenta demonstrar é que a aplicação da multa no máximo previsto para a faixa correspondente parece transparecer uma vinculação exclusiva à magnitude dos resultados do incidente, independente de outros fatores

relacionados ao caso concreto que também deveriam influir na aplicação de pena, estando, pois, em dissonância com os critérios para fixação do valor da multa previstos na norma aplicável.

97. De tal modo, o que se verifica no caso em exame é que a empresa, apesar de seus compromissos com as comunidades afetadas, a população e o meio ambiente, está sendo apenas tal qual um agente que opera na ilegalidade e clandestinidade, que promove danos ambientais intencionais, que não contribui para a correção desses danos, e que não colabora com os órgãos ambientais, o que é um contrassenso e uma injustiça.

98. Considerando esse contexto, e o fato de que as causas do acidente ainda estão sendo apuradas, o que se intenta demonstrar é que, por um lado, não se pode admitir que subsista autuação pautada apenas e tão somente no resultado decorrente do incidente, independente da existência de uma ação ou omissão, de nexos causal entre eventual conduta e o resultado, de *animus* do agente em praticar determinado ato. Por essa razão impõe-se promover a revisão da decisão administrativa proferida na 94ª URC Rio das Velhas.

99. Apenas na eventualidade de subsistir o procedimento de autuação decorrente do Auto de Infração nº 4803/216, eis que não houve cometimento de infração administrativa com culpa ou dolo, que seja promovida a revisão da decisão proferida na 94ª Reunião Ordinária da URC Rio das Velhas, para que, com fulcro nos princípios e critérios regentes do processo administrativo sancionador, seja revisto o montante cominado a título de multa.

II – D) SOBRE A NECESSIDADE DE INCIDIREM ATENUANTES SOBRE O VALOR DA MULTA – DA IMPOSSIBILIDADE DE AFASTAR-SE A APLICAÇÃO DA NORMA E CONSIDERAR-SE APENAS AS PROPORÇÕES DO EVENTO

100. Além dos pontos já destacados, e apenas considerando a hipótese de, fundamentadamente, subsistir o Auto de Infração nº 4803/2015, salienta-se que foi demonstrada em sede de defesa a necessidade de incidirem outras atenuantes sobre o valor base da multa.

101. Sobre o pedido de reconhecimento da atenuante prevista no art. 68, I, 'a', do Decreto nº 44.844/2008, a SUCFIS foi categórica ao sugerir a sua não incidência sob o seguinte fundamento:

"em que pese todo o esforço da autuada em sanar a degradação ambiental ocorrida, até a presente oportunidade, o dano ambiental não foi reparado ou mesmo houve uma mitigação satisfatória da degradação, pois as consequências do ocorrido (ainda) são devastadoras, alcançando até mesmo outros estados da federação, não havendo que se falar, portanto, em efetividade das medidas adotadas" [grifo nosso].

102. Ocorre que o posicionamento acima foi exarado sem que fossem considerados quaisquer dos resultados decorrentes das providências promovidas pela empresa, desde o momento do incidente até a presente data, tais como os trabalhos de apoio ao resgate de pessoas, atendimento a moradores e comunidades afetadas, monitoramento de estruturas e de águas, contenção de rejeitos, resgate de fauna, ictiofauna e animais domésticos, com seu respectivo tratamento, recuperação de recursos hídricos e de áreas degradadas, amplamente abordados em sede de defesa.

103. Rememora-se que, nos momentos imediatamente subsequentes ao incidente, a empresa prontamente contribuiu com os trabalhos de resgate. As pessoas com ferimentos foram encaminhadas a hospitais de Mariana e de Municípios da região, e os desabrigados foram provisoriamente alocados no ginásio da cidade, onde equipes foram preparadas para prestar os auxílios necessários.

104. Além de pessoal qualificado, dentre médicos e psicólogos, a empresa imediatamente disponibilizou helicópteros e distribuiu para kits de emergência para assegurar o bem estar básico dessas famílias, contendo colchões, lençóis, toalhas, cobertores e materiais de higiene, bem como disponibilizou alimentação e água potável.

X



MENDO DE SOUZA



105. Salienta-se que as famílias que perderam suas residências em decorrência do incidente já estão instaladas em casas ou acomodações provisórias, escolhidas por elas, sendo certo que também vem sendo promovidas, com a devida imediatidade e participação da sociedade, as ações necessárias à reconstrução do novo Bento Rodrigues, o que demanda diversas etapas.

106. Não se pode olvidar que, além dessas medidas específicas, houve acordo para o pagamento de indenizações às famílias que lamentavelmente perderam algum parente em decorrência do incidente, bem como para as famílias desabrigadas e que tiveram qualquer forma de deslocamento econômico em virtude do ocorrido.

107. Salienta-se, ainda, que cartões de auxílio financeiro foram entregues a famílias das comunidades de Mariana, Barra Longa e Rio Doce, bem como a pescadores e ribeirinhos ao longo do Rio Doce, em Minas Gerais e no Espírito Santo, contemplando o pagamento de um salário mínimo para cada pessoa do núcleo familiar que tenha perdido renda por atividade laborativa em decorrência do incidente, acrescido de um adicional de 20% do salário mínimo para cada um dos dependentes e cesta básica.

108. Ainda com relação às comunidades mais afetadas pelo incidente, destaca-se que a empresa imediatamente deu início aos trabalhos de limpeza de casas e abertura de vias, além da reconstrução de residências, de pontes e acessos, bem como ações para mitigar os impactos ambientais gerados, disponibilizando-se a auxiliar as prefeituras e comunidades em eventuais ocorrências.

109. De tal modo, acessos foram restaurados, liberando o tráfego onde antes haviam pontes danificadas, sendo que há diversas casas e estabelecimentos comerciais com reforma finalizada ou em andamento. Especificamente com relação às propriedades rurais, registra-se que, dentre outras atividades, foi providenciado trabalho de equipes compostas por zootecnistas, engenheiros

agrônomos e técnicos agrícolas, para fazer a análise de solo, preparo e correção do terreno com o uso de calcário e adubos, plantio e capina.

110. Importante destacar que, até o momento, a empresa promoveu a revegetação de 795 hectares ao longo dos Rios Doce, Carmo e Gualaxo, de modo a promover a melhoria das condições do solo e possibilitar ações futuras para sua recuperação, minimização de dispersão de poeira e auxílio na contenção de sedimentos para os cursos d'água.

111. Com relação aos recursos hídricos, rememora-se que foi autorizada pelo IBAMA, em caráter emergencial, a aplicação de floculantes/coagulantes dentro de condições e concentrações recomendadas por especialistas em reunião realizada com representantes da **SAMARCO**, da ANA, ICMBIO, SEMAD, FEAM, CEDEC, UFMG, RECMA/UERJ e Alypsia, como pretensão de contenção dos rejeitos. Tal procedimento, por cautela, fora postergado pelas autoridades ambientais estaduais, o que foi pleiteado na mesma reunião, sendo os resultados dos testes devidamente apresentados à SEMAD.

112. As ações promovidas pela empresa viabilizaram o reestabelecimento do abastecimento de água em todas as cidades impactadas pela passagem da pluma de turbidez, sendo que, até então, houve auxílio aos moradores atingidos através da disponibilização de caminhões pipas e do acompanhamento da situação das ETAs dos Municípios afetados.

113. Além disso, há o acompanhamento diário de turbidez e outras análises no Rio Doce, cujos resultados atuais indicam que a qualidade da água se encontra em padrões similares aos observados em 2010. Salienta-se que, através de sonar, o monitoramento no Rio Doce permitiu a identificação de cardumes, evidenciando a presença de fauna no curso d'água.

114. Com relação aos animais, recorda-se que, de imediato, foram promovidas ações de monitoramento e resgate em toda a região atingida, sendo os espécimes contabilizados e objeto de atendimento especializado ou destinação específica. Salienta-se que mais de 6.900 animais já foram assistidos pela empresa, estando sob



MENDO DE SOUZA



seus cuidados 1.178 de grande porte, sendo que foram distribuídas toneladas de insumos a animais de Barra Longa, Pedras, Barretos, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Camargos, Ponte do Gama, Campinas, Mariana, Bento Rodrigues e Águas Claras.

115. Por fim, impende rememorar que, desde os momentos imediatamente subsequentes ao incidente, foram tomadas medidas adicionais de monitoramento de segurança nas estruturas afetadas do Complexo de Germano, com a finalidade de aumentar o respectivo grau de segurança, mitigar efeitos decorrentes do rompimento e prevenir eventos futuros. Destaca-se que todas as ações nesse sentido vêm sendo pormenorizadamente reportadas às autoridades competentes, inclusive ao órgão ambiental estadual.

116. Em decorrência de tais ações promovidas pela empresa, tem-se que hoje as estruturas das Barragens de Germano e Santarém estão estáveis, de modo que foram concluídas obras de reforço estrutural e a construção de 3 diques de contenção para evitar o carreamento de materiais para os rios Carmo, Gualaxo e Doce. Salienta-se que outras contenções definitivas estão sendo construídas nesse período de seca.

117. Complementarmente, rememora-se que é realizado nas estruturas em comento monitoramento em tempo real, por meio de radar, escaneamento a laser, câmeras, medidores de nível d'água, acelerômetros. Além disso, foi concluído o Novo Plano de Ação Emergencial de Barragem de Mineração, incluindo a instalação de sirenes ao longo das comunidades de Mariana e Barra Longa, sendo importante salientar que foram realizados simulados assistidos de emergência na região, conduzidos pela Defesa Civil estadual e municipal.

118. Destaca-se que as proporções do incidente ocasionado pelo rompimento da Barragem de Fundão, cujas causas estão em apuração, não podem ser o único aspecto determinante no bojo do procedimento administrativo sancionador, uma vez que não afasta a incidência da norma aplicável.

119. Entendimento em sentido diverso não reflete a inteligência do art. 68, I, 'a' do Decreto nº 44.844/2008, que assim dispõe:

"Art. 68. Sobre o valor-base da multa serão aplicadas circunstâncias atenuantes e agravantes, conforme o que se segue:

I - atenuantes:

a) a efetividade das medidas adotadas pelo infrator para a correção dos danos causados ao meio ambiente e recursos hídricos, incluídas medidas de reparação ou de limitação da degradação causada, se realizadas de modo imediato, hipóteses em que ocorrerá a redução da multa em trinta por cento" [grifo nosso].

120. Ora, de acordo com o dispositivo acima colacionado, o compromisso da empresa com a população, as comunidades e o meio ambiente, refletido na adoção imediata de diversas medidas de reparação e limitação de degradação, há que ser devidamente considerado para fins de valoração da pena.

121. Nesta senda, destaca-se que as ações **imediatamente** promovidas desde o incidente até a presente data pela **SAMARCO** possibilitaram, por exemplo, o seguinte balanço de ações atualizado até 10.05.2016: *"todas as famílias que perderam suas residências já estão instaladas em casas ou acomodações provisórias escolhidas por elas"; "famílias de Bento Rodrigues já escolheram o local para reconstrução da comunidade, sendo também identificadas possíveis áreas para o distrito de Paracatu de Baixo", "todos os alunos das comunidades atingidas na região de Mariana e Barra Longa concluíram o ano letivo de 2015 e iniciaram o ano letivo de 2016 em dia, conforme o calendário escolar previsto"; "795 hectares de área revegetada ao longo dos rios Doce, Carmo e Gualaxo", protegendo as margens e evitando que sedimentos sejam carreados para o leito dos rios; a realização de "monitoramento da qualidade da água em 113 pontos ao longo do rio Doce e nas áreas marinhas próximas à foz – 29 pontos no mar e 84 pontos no rio Doce"; "sete pontes danificadas foram reconstruídas em 90 dias, sendo uma a cada 15 dias, e o acesso às comunidades foi plenamente reestabelecido"; a entrega de "6.173 cartões de auxílio financeiro emergencial aos impactados"; "as barragens estão estáveis, com monitoramento em tempo real".*

122. Observa-se que as ações aqui mencionadas a título de exemplo, e outras promovidas pela empresa em atenção aos impactos do evento sobre a população, as

comunidades e o meio ambiente, também estão disponíveis no sítio eletrônico da **SAMARCO** (<http://www.samarco.com/>), com destaque para o dossiê completo com detalhamento de ações promovidas.

123. Especificamente com relação à estrutura da Barragem de Fundão, objeto de debates na oportunidade da 94ª Reunião Ordinária da URC Rio das Velhas no que tange à divulgação de notícias pela mídia de que estaria ocorrendo o vazamento de rejeito e consequente vertimento para os corpos d'água, impende tecer alguns esclarecimentos.

124. A questão é tratada em Ação Civil Pública específica, no bojo da qual já foram apresentados documentos que atestam a eficiência das estruturas de contenção de sedimentos desenvolvidas pela empresa. Conforme se verifica dos registros anexos (doc. 6), o efluente vertido no Dique S3 é objeto de monitoramento constante, mediante avaliação de turbidimetria e análises físico-químicas, cujos resultados estão em consonância com os parâmetros aplicáveis, inclusive considerando as características de amostras anteriores ao incidente.

125. Ainda com relação a este ponto, impende rememorar que a região das barragens em questão é cortada por dois cursos d'água principais, denominados Córregos de Fundão e de Santarém, bem como seus afluentes. Destaca-se que todo efluente gerado pelo fluxo hídrico das nascentes da região (material remanescente) é carregado na área das barragens de forma natural, como ocorre em qualquer outra bacia hidrográfica. Ou seja, não é possível cessar o fluxo de água existente nesses vales e que se concentram no Córrego Santarém até o desague no Rio Gualaxo. O objetivo, pois, das ações emergenciais acima sucintamente mencionadas, e que vêm sendo promovidas a contento, é conter o carregamento de sólido através de sedimentação e tratamento, de forma a verter água dentro dos parâmetros normativos vigentes. Repisa-se, pois, que sempre haverá fluxo em razão da hidrografia da região, sendo certo que as informações veiculadas pela mídia, muitas vezes não decorrem de manifestação técnica, e podem subverter a realidade dos fatos (vide. doc. 6).

126. Esclarecido este ponto, não se pode olvidar também do acordo firmado entre **SAMARCO**, Vale e BHP Billiton e a União, IBAMA, ICMBIO, ANA, DNPM, FUNAI, o Estado de Minas Gerais, IEF, IGAM, FEAM, e o Estado do Espírito Santo, IEMA, IDAF e AGERH, que define a criação de uma Fundação de direito privado que será responsável pela elaboração e gestão de programas de recuperação social, ambiental e econômica das regiões atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão. O acordo representa a união de esforços entre o poder público e o setor privado na defesa dos interesses da sociedade e contempla, dentre outras, ações concernentes à reparação das condições socioeconômicas, medidas de compensação aos pescadores e produtores, bem como para estimular recursos para as cidades atingidas e a retomada de atividades econômicas. Salienta-se que, até que a Fundação esteja plenamente constituída, a **SAMARCO** continua promovendo diretamente a execução de todos os projetos emergenciais em andamento.

127. Ressalta-se que todas essas ações, que contemplam a comprovação da efetividade das medidas prontamente adotadas pela empresa para a correção de danos ocasionados pelo evento e seus desdobramentos, incluídas as medidas de reparação ou de limitação da degradação ambiental, são amplamente abordadas nas apresentações semanais promovidas pela empresa às autoridades públicas, dentre as quais representantes deste órgão ambiental (doc. 7 - DVD com as apresentações semanais).

128. Rememora-se que desde a ocorrência do incidente em questão a **SAMARCO** vem recebendo representantes dos órgãos ambientais e promovendo encontros com os mesmos, envidando seus maiores e melhores esforços para prestar todas as informações requisitadas e promover as medidas necessárias e cabíveis sob o prisma social, econômico e ambiental.

129. Por tais razões, impõe-se reconhecer que a fundamentação utilizada no Parecer Único emitido pela SUCFIS para afastar o reconhecimento da atenuante prevista no art. 68, I, 'a', do Decreto nº 44.844/2008, não dispõe de embasamento legal, mas parece refletir uma atuação parcial diante do caso em exame, pautada exclusivamente nas proporções do evento e seus resultados, o que não pode ser a única variável

considerada para fins de valoração de pena, tampouco suficiente para se negar aplicação da norma expressa.

130. Repisa-se, também quanto a este ponto, que não há sentido em apenar-se a empresa tal qual um agente que, diante de incidente ocorrido em seu empreendimento, não adota quaisquer medidas de reparação ou limitação, em absoluto descompromisso com a população, as comunidades e o meio ambiente.

131. De tal modo, impõe-se promover a revisão da decisão administrativa proferida na 94ª URC Rio das Velhas, para reconhecer a aplicação no caso em exame da atenuante prevista no art. 68, I, 'a' do Decreto nº 44.844/2008.

132. Na oportunidade da defesa também foi pleiteado o reconhecimento da atenuante prevista no art. 68, I, 'b' do Decreto nº 44.844/2008, específica para os casos em que há *"comunicação imediata do dano ou perigo à autoridade ambiental hipótese em que ocorrerá a redução da multa quinze por cento"*.

133. Diante de tal pedido, a SUCFIS manifestou-se no sentido de que não foi configurada a atenuante em questão, sob o simples argumento de que *"a comunicação do acidente ambiental ao NEA só ocorreu 2 (duas) horas após o rompimento da barragem"*.

134. Rememora-se que o incidente ocasionado pelo rompimento da Barragem de Fundão ocorreu *aproximadamente* às 15:30h do dia 05.11.2015, não sendo possível precisar um horário exato em que o evento se iniciou. Tal qual descrito no Auto de Fiscalização nº 38963/2015, *"o NEA foi comunicado do acidente no mesmo dia às 17h23min pelo Gerente Geral de Meio Ambiente e Licenciamento da Samarco Mineração, Sr. Marcio Isaias Perdigão Mendes"*, e, na mesma data, os técnicos do Núcleo compareceram ao local.

135. Considerando o relato constante do Auto de Fiscalização nº 38963/2015, impende, inicialmente, afastar o argumento sugerido por representantes da SUCFIS e aventado por um dos conselheiros quando da 94ª Reunião Ordinária da URC Rio das Velhas, de que o incidente teria sido levado ao conhecimento do órgão ambiental

através de notícias veiculadas na mídia anteriormente à comunicação promovida pela empresa.

136. Ainda que tal situação correspondesse à realidade, o que não se admite, impende salientar que a existência de alguma notícia sobre o assunto divulgada anteriormente a tal comunicação, não afasta, por si só, o aspecto imediato da comunicação tal qual promovida.

137. Isto porque, o Decreto nº 44.844/2008 e a legislação correlata não se ocuparam de definir aquilo que é de fato “*imediato*”, cabendo, para fins de tal apuração, a análise de critérios relacionados essencialmente à finalidade da norma, ao princípio da razoabilidade, e também à tutela propriamente dita do meio ambiente.

138. Ora, o que efetivamente se pretende com a *comunicação de acidente* é, por exemplo, o acionamento das autoridades para que possam auxiliar na verificação das consequências e riscos ambientais existentes, permitindo a determinação de ações a serem realizadas pelo empreendedor e demais interessados também com o intuito de restringir danos ambientais e reduzir riscos, não deixando às escuras a ocorrência do evento.

139. Cabe lembrar que a presença do NEA no local ainda na tarde do ocorrido resultou, inclusive, na determinação de imediata suspensão das atividades do complexo minerário de Germano, tal qual previsto no já mencionado Auto de Fiscalização nº 3863/2015, o que demonstra o atendimento aos fins precípuos a que se destina a comunicação prevista no art. 90, I, do Decreto nº 44.844/2008:

“Art. 90. Fica a pessoa física ou jurídica responsável por empreendimento que provocar acidente com dano ambiental obrigada a:

I - comunicar imediatamente o acidente à Superintendência Regional de Meio Ambiente da SEMAD ou à FEAM ou ao IEF ou ao IGAM, solicitando registro da data e horário da comunicação, para fins de futura comprovação;”

140. Isto porque, a previsão da “*imediatez*”, como orientação de ação do responsável pelo empreendimento e também como hipótese de atenuante, tem o intuito, conforme mencionado, de garantir que a empresa irá promover a comunicação



do ocorrido às autoridades em tempo hábil para se assegurar a adoção de procedimentos necessários e cabíveis, visando, especialmente, permitir o exercício dos trabalhos de fiscalização e ações correlatas.

141. Para fins de elucidação da inteligência da norma, destaca-se o art. 30 do Decreto nº 44.844/2008, nos termos do qual “*realizada a fiscalização, será lavrado de imediato o auto de fiscalização ou boletim de ocorrência*”, sendo certo que, conforme se depreende de diversos procedimentos em trâmite neste órgão ambiental que essa “*imediatez*” não resta necessariamente comprometida quando, por exemplo, o fiscal responsável emite o documento em alguns instantes (ou mesmo dias) depois da efetivada a fiscalização, a depender da situação específica a que se refere.

142. Tal qual explica De Plácido e Silva, por “*efeito imediato entende-se o que vem logo em que o ato se pratica*”, de modo que “*o advérbio imediatamente exprime bem a significação do que vem em seguimento, com a necessária presteza e brevidade, tão logo se tenha feito o que lhe antecede*”². Evidente, pois, a importância do sentido da norma para se apurar qual a necessária “*presteza e brevidade*” em cada caso concreto.

143. Salienta-se que a negativa quanto ao reconhecimento da incidência da atenuante prevista no art. 68, I, ‘b’, do Decreto nº 44.844/2008 diante dos fatos que permeiam a autuação ora objurgada, haveria que contemplar, indubitavelmente, a indicação dos fundamentos que levaram o órgão ambiental a entender que a comunicação tal qual promovida não foi imediata, ou seja, (i) qual seria o horário limite para se fazer uma comunicação imediata, (ii) quais os prejuízos decorrentes da comunicação tal qual promovida, (iii) por que tal comunicação não foi considerada imediata, dentre outras informações hábeis a compor a motivação do ato administrativo, especialmente tendo em vista tratar-se de conceito subjetivo, cujo significado depende de cada situação em particular. Isto, contudo, não foi promovido pelo órgão ambiental, que simplesmente presumiu não se tratar de conduta “*imediatez*”, a despeito do efetivo de que a comunicação tal qual promovida atendeu efetivamente à finalidade da norma, o que reflete um contrassenso.

² Silva, De Plácido E. Vocabulário Jurídico / atualizadores: Nagib Slaibi Filho e Gláucia Carvalho – Rio de Janeiro, 2004. P. 700;



MENDO DE SOUZA



144. Por tais razões, impõe-se reconhecer que a fundamentação utilizada no Parecer Único emitido pela SUCFIS para afastar o reconhecimento da atenuante prevista no art. 68, I, 'b', do Decreto nº 44.844/2008, não é suficiente, e, novamente, parece refletir uma atuação parcial diante do caso em exame, pautada exclusivamente nas proporções do evento e de seus resultados, o que não pode ser a única variável considerada para fins de valoração de pena, tampouco suficiente para se negar aplicação da norma expressa. Por tal razão, impõe-se promover a revisão da decisão administrativa proferida na 94ª Reunião Ordinária da URC Rio das Velhas quanto a este ponto.

145. Por fim, quanto ao pedido de redução de 30% do valor da multa por se tratar de empresa detentora do certificado ISO 14.001:2014 para o Sistema de Gestão Ambiental da Mina do Germano quando da autuação, a SUCFIS entendeu, com fulcro no art. 224 do Código Civil, que não restou configurada a atenuante prevista no art. 68, I, 'j' do Decreto nº 44.844/2008, exclusivamente sob o fundamento de que o certificado anexo à defesa está redigido em língua estrangeira.

146. Ocorre que o documento acostado aos autos tem a pretensão de fazer prova e não de se requerer o registro de algo, como transparece ter sido o entendimento do Parecer Único.

147. Ora para tal fim probatório não se deve utilizar analogias com artigos do Código Civil, mas sim das regras de nas normas processuais. Sendo assim, é preciso interpretá-lo em conformidade com o art. 151, I, do Código de Processo Civil, que assim preceitua: *"O juiz nomeará intérprete toda vez que o repute necessário para: I - analisar documento de entendimento duvidoso, redigido em língua estrangeira" [grifo nosso].*

148. No mesmo sentido o art. 236 do Código de Processo Penal, ao estabelecer que *"os documentos em língua estrangeira, sem prejuízo de sua juntada imediata, serão, se necessário, traduzidos por tradutor público, ou, na falta, por pessoa idônea nomeada pela autoridade" [grifo nosso].*

est



MENDO DE SOUZA



149. Assim, conclui-se que a tradução juramentada de documentos em idioma estrangeiro não é obrigatória para a eficácia e a validade da prova, de modo que a literalidade da norma determina expressamente que a tradução de documentos em língua estrangeira terá lugar, SE NECESSÁRIO, a critério da autoridade julgadora.

150. Complementarmente, não se pode olvidar que, em outras oportunidades, o mesmo Certificado de SGA em questão foi apresentado ao mesmo órgão ambiental, da mesma maneira, e utilizado como subsídio para concessão do benefício do acréscimo 1 (um) ano no prazo de validade de LOs ou AAFs, em consonância com o que preceitua a DN COPAM nº 121/2008.

151. É o caso, por exemplo, da LO nº 695 – PA 015/1984/049/2005, cuja validade se estendeu de 25.10.2011 para 25.10.2012, da LO 265 – PA 015/1984/040/2004, cuja validade da LO se estendeu de 17.09.2011 para 17.09.2012, da LO 178 – PA 015/1984/063/2007, cuja validade da LO se estendeu de 27.07.2013 para 27.07.2014, da LO 282 – PA 015/1984/085/2011, cuja validade da LO se estendeu de 05.12.2017 para 05.12.2018, da LO 257 – PA 015/1984/064/2007, cuja validade se estendeu de 03.11.2013 para 03.11.2014, da LO 63 – PA 015/1984/074/2010, cuja validade se estendeu de 05.04.2014 para 05.04.2015, da LO 70 – PA 015/1984/073/2009, cuja validade se estendeu de 05.04.2016 para 05.04.2017, da AAF 01792/2010 – PA 015/1984/075/2010, cuja validade se estendeu de 02.06.2014 para 02.06.2015, da AAF 3961/2010 – PA 15350/2010/001/2010, cuja validade se estendeu de 16.11.2014 para 16.11.2015, da AAF 04193/2011 – PA 015/1984/086/2011, cuja validade se estendeu de 06.10.2015 para 06.10.2016, da AAF 03937/2011 – PA 14020/2011/001/2011, cuja validade se estendeu de 22.09.2015 para 22.09.2016 e da AAF 00126/2012 – PA 21670/2010/001/2012, cuja validade se estendeu de 11.01.2016 para 11.01.2017.

152. Evidente, pois, que, em tais casos, o idioma estrangeiro não foi um óbice à compreensão do documento e para o reconhecimento do direito com a prorrogação do prazo de validade de atos autorizativos por mais um ano.

153. Assim, não há sentido que agora, que o documento possui apenas um viés probatório, não venha o mesmo documento ser admitido.

nt

154. Considerando que a SEMAD já permitiu e garantiu direito a partir do documento em língua estrangeira em questão, a recusa da SUCFIS quanto ao recebimento da prova apresentada em sede de defesa reflete um contrassenso, uma afronta à máxima do “*venire contra factum proprium*” e ao princípio da confiança, e demonstra um claro tratamento casuístico e de exceção quanto ao tema no presente procedimento.

155. Além disso, em se tratando de dado registrado na própria repartição pública, caberia à SUCFIS, com fincas a dirimir eventuais dúvidas acerca do teor do documento, diligenciar no exercício do dever de instrução atribuído à Administração Pública, conforme preceituam os arts. 25 e 26 da Lei nº 14.184/2002, e, se fosse o caso, requerer ao autuado a apresentação da sua tradução, o que não ocorreu em momento algum.

156. Salienta-se que, pretendendo afastar qualquer questionamento sobre a matéria, foi colacionado aos autos, na oportunidade do memorial apresentado antes do julgamento da defesa, a cópia da tradução juramentada do certificado ISO 14.001:2014 para o Sistema de Gestão Ambiental da Mina do Germano (doc. 8).

157. A despeito de tudo isso, a decisão da 94ª Reunião Ordinária da URC Rio das Velhas foi proferida nos termos do Parecer Único emitido pela SUCFIS, que, repisa-se, não pode, em nenhuma hipótese, prosperar quanto a este ponto.

158. Por tais razões, impõe-se reconhecer que não assiste razão à fundamentação utilizada no Parecer Único emitido pela SUCFIS para afastar o reconhecimento da atenuante prevista no art. 68, I, ‘j’, do Decreto nº 44.844/2008, razão pela qual impõe-se promover a revisão da decisão administrativa proferida na 94ª Reunião Ordinária da URC Rio das Velhas quanto a este ponto.

II – E) SOBRE A ASSINATURA DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA COM FULCRO NO ART. 49, III e §2º, DO DECRETO Nº 44.844/2008 – DA PROPOSTA

159. Em sede de defesa foi formulado pedido para que fosse oportunizada a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC a que se refere ao art. 49, III, do Decreto nº 44.844/2008, estabelecendo-se prazos, condições e medidas específicas para reparar o dano ambiental, corrigir ou cessar a poluição ou degradação, reduzindo-se a multa em até 50%.

160. Sobre o assunto, manifestou-se a SUCFIS no seguinte sentido:

"Para a concessão do aludido Termo de Ajustamento de Conduta, entretanto, seria necessária a apresentação de proposta por parte da autuada, a ser avaliada pelo órgão ambiental competente. Considerando que a autuada não apresentou proposta para o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta, opinamos pela não concessão do referido termo nesta oportunidade".

161. Contudo, essa não deve ser a interpretação do dispositivo em questão, uma vez que ele não traz em sua redação qualquer vinculação à apresentação de proposta das medidas a serem executadas no prazo previsto para a apresentação da Defesa Administrativa. Confira-se:

"Art. 49. As multas poderão ter sua exigibilidade suspensa nos seguintes casos:

(...)

III - assinatura do termo de ajustamento de conduta, quando houver aplicação da penalidade de multa, exclusivamente ou cumulada com penalidades distintas das de suspensão ou de embargo".

162. Assim, o pedido formulado em sede de Defesa Administrativa deve provocar a discussão e o alinhamento entre o órgão ambiental e a empresa autuada a fim de haver a composição por meio de TAC, definindo, em tais tratativas, as melhores medidas a serem executadas pela autuada.

163. Portanto, considerando que a Samarco já vem promovendo e promoverá diversas ações no âmbito do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta ("TTAC"), celebrado nos autos da Ação Civil Pública nº 0069758-61.2015.4.01.3400, em trâmite perante a 12ª Vara Federal da Comarca de Belo Horizonte/MG, homologado judicialmente em sessão conciliatória realizada no Tribunal Regional Federal da 1ª

Região ("TRF1") no dia 05.05.2016, tais medidas devem estar alinhadas também com os programas de recuperação ambiental lá apresentados.

164. Lembrando que, nos termos do art. 49, §3º, do Decreto nº 44.844/2008, o TAC em questão deve ser firmado no prazo previsto para recolhimento da multa, que, com a apresentação do presente recurso administrativo, estender-se-á até a emissão de DAE após a decisão administrativa definitiva do órgão ambiental, caso mantida a autuação.

II - F) NECESSIDADE DE ACLARAR A DECISÃO DA URC - SOBRE A ASSINATURA DE TERMO DE COMPROMISSO COM FULCRO NO ART. 63 DO DECRETO Nº 44.84/2008 – DA IMPOSSIBILIDADE DE SE AFASTAR O PEDIDO COM BASE EM FUNDAMENTAÇÃO QUE NÃO DISPÕE DE RESPALDO LEGAL

165. Em sede de defesa, também houve pedido para que fosse oportunizada a assinatura do Termo de Compromisso a que se refere o art. 63 do Decreto nº 44.844/2008, viabilizando a conversão até 50% da multa em medidas de controle específicas.

166. Sobre o pedido, a SUCFIS, com fulcro nos arts. 47 e 63, I, do Decreto nº 44.844/2008, manifestou-se no seguinte sentido:

"Não foi demonstrado até a presente oportunidade que houve a reparação do dano ambiental ocasionado, razão pela qual recomendamos que não seja acolhido o pedido de assinatura de Termo de Compromisso entre a autuada e o órgão ambiental para a suspensão da exigibilidade da multa no percentual de até 50%".

167. Destaca-se que, nos termos do art. 63 do Decreto nº 44.844/2008, a comprovação de reparação do dano ambiental e da adoção das medidas de controle ambiental exigidas são requisitos para a conversão de parte do valor da multa, e não necessariamente para que seja firmado o Termo de Compromisso em si.

168. Observa-se, que dentre os requisitos do art. 63 está, inclusive, a assinatura do próprio Termo de Compromisso em questão, evidenciando o sentido da norma. Ora, não se poderia exigir como requisito para a assinatura do Termo, a própria assinatura, sendo certo que os requisitos listados no dispositivo há que serem avaliados para fins de apuração da possibilidade ou não de conversão contemplada no Termo.

169. Assim, oportunizando-se sua assinatura do Termo de Compromisso previsto no art. 63, há duas possibilidades: (i) conversão imediata de parte do valor da multa em medidas de reparação, caso se comprove, já no pedido, a reparação do dano e a adoção de medidas de controle e demais requisitos; ou (ii) suspensão da exigibilidade de até 50% do valor da multa e, caso se comprove que as medidas de controle então estabelecidas foram cumpridas a contento, e que foram preenchidos os demais requisitos, promove-se então a conversão de forma proporcional.

170. Impende esclarecer que o termo de compromisso a que se refere o art. 47 do Decreto nº 44.844/2008, utilizado pela SUCFIS para subsidiar seu posicionamento, não necessariamente se confunde com aquele previsto no art. 63 do mesmo regramento. Observa-se, conforme referidos dispositivos, que o primeiro deles refere-se exclusivamente ao efeito suspensivo da defesa ou recurso, havendo que ser requerido no respectivo prazo de apresentação da defesa ou recurso, ao passo que o segundo refere-se à conversão de parte da multa em medidas de controle, e deve ser requerido antes que o débito resultante da multa seja inscrito em dívida ativa. Pode ser, contudo, conforme sobredito, que, para efeitos do Termo de Compromisso do art. 63, seja suspensa a exigibilidade de parte do valor da multa até que se comprove fazer jus à conversão, conforme atendimento às medidas de controle nos prazos e condições então previstos.

171. Dessa forma, não se pode admitir a sugestão da SUCFIS para que não seja acolhido o pedido de assinatura de Termo de Compromisso apenas "*por não ter sido demonstrada a reparação do dano ambiental causado em razão do incidente*", uma vez que se trata de questão a ser analisada após a assinatura do referido Termo e com o intuito de se dirimir acerca da conversão de valores.

172. Além disso, destaca-se que a empresa, desde a data do incidente, vem envidando seus maiores e melhores esforços para a reparação dos desdobramentos do incidente, como já aventado na presente peça. De tal modo, as medidas específicas a serem estabelecidas através do solicitado Termo de Compromisso, também voltadas à reparação dos efeitos do incidente, deverão ser consideradas, a partir de uma análise global, para apurar-se o percentual de conversão da multa.

173. Apenas para fins de registro, salienta-se que a suspensão da exigibilidade de parte do valor da multa com fulcro no art. 49, §2º, do Decreto nº 44.844/2008 em nada prejudica a conversão do montante remanescente mediante o Termo de Compromisso em comento, conforme assegura o art. 63, II, do Decreto nº 44.844/2008.

174. Por tal razão, impõe-se promover a revisão da decisão proferida na 94ª Reunião Ordinária da URC Rio das Velhas quanto a este ponto, visto que proferida “*nos termos*” do Parecer Único emitido pela SUCFIS, cuja manifestação acerca do pedido para que fosse oportunizada a assinatura do Termo de Compromisso previsto no art. 63 do Decreto nº 44.844/2008 decorre de interpretação equivocada do regramento vigente, e, como tal, não pode subsistir.

175. Ao lado disso, conforme declarado por Conselheiro da URC, preocupado com o encaminhamento dos valores de recolhimento de multa ao caixa único dos cofres públicos estaduais e suas nefastas consequências, houve, na 94ª reunião da URC Rio das Velhas, a proposta de repasse da integralidade do montante da multa aplicada para programas de reparação ou recuperação de ambientes degradados no Estado de Minas Gerais.

176. Não houve qualquer objeção à proposta, que obteve algumas adesões de outros Conselheiros que, partilhando da mesma preocupação, também manifestaram a necessidade de destinação final específica do resultado do recolhimento da eventual multa aplicada no presente processo, caso se mantenha a condenação, vinculando-a a uma destinação que tenha, de fato, resultados positivos ao meio ambiente.

177. Todavia, em que pese a proposta feita, não houve a indicação de como seria processada a destinação de tal uso, sobre quem deveria procedê-la – se seria

diretamente pelo autuado, através de meios a permitirem a fiscalização pelas autoridades públicas ambientais, ou se essa destinação ficaria a cargo exclusivamente do Estado que, admitindo a vinculação feita pela URC, abriria uma espécie de fundo com o valor, efetuando-se a destinação do montante diretamente, sendo submetido aos controles normais do Tribunal de Contas.

178. É preciso, portanto, em paralelo ao debate quanto à conversão de parcela de eventual multa a ser aplicada no presente caso, aclarar-se em relação à proposta feita por Conselheiro da URC Rio das Velhas, na oportunidade da primeira decisão proferida pelo Colegiado nos presentes autos, quanto ao repasse integral do valor da multa para programas e projetos de recuperação ambiental, e como deveria ser procedida tal determinação do conselho.

III – SOBRE A NULIDADE DO AUTO DE INFRAÇÃO CONSIDERANDO ASPECTOS SUPERVENIENTES À ÉPOCA DA APRESENTAÇÃO DE DEFESA – DA VEDAÇÃO AO NON BIS IN IDEM

179. Paralelamente aos fatos e fundamentos alhures aduzidos, hábeis a ensejar a revisão da decisão administrativa proferida na 94ª Reunião Extraordinária da URC Rio das Velhas, impõe-se reconhecer, *ad argumentandum tantum*, que, desde a época da apresentação da defesa em face do Auto de Infração nº 48013/2015, outros procedimentos de autuação foram deflagrados pelas autoridades ambientais em absoluta desatenção à regra que repele a dupla punição pelo mesmo fato.

180. Trata-se de regra assente no direito brasileiro, que não admite flexibilização, visto tratar-se de solução que prestigia o princípio segundo o qual “*bona fides non patitur, tu bis idem exi gatur*”, ou seja, “*a boa-fé não consente que se exija duas vezes a mesma coisa*”.

181. Interligado aos princípios da legalidade, da tipicidade, da proporcionalidade e do devido processo legal, o *non bis in idem* enuncia a ideia pela qual seria descabida a concomitância punitiva quando referente a uma mesma esfera de responsabilidade,

sem prejuízo da cumulação entre as sanções penal, administrativa e civil, previstas no art. 225, 3º, da Constituição da República. Nos dizeres do grande jurista José Cretella Júnior:

*"A regra jurídica 'não se aplicam duas sanções pelo mesmo fato', em virtude da qual ninguém pode ser processado e punido duas vezes pela mesma infração, encontra plena aplicação em matéria penal e em matéria administrativa, considerando-se ambos os campos como absolutamente distintos, isto é, o funcionário público que comete determinada falta ou crime não pode sofrer duas penas disciplinares e duas criminais, o que não significa que não possa sofrer, acumuladamente, pena disciplinar e pena criminal, respondendo também a dois processos distintos."*³

182. Enquanto preceito de delimitação do âmbito de incidência da norma administrativa sancionadora, o principal efeito do princípio do *non bis in idem* é o de impedir que uma mesma ação ou omissão infracional, praticada pelo mesmo agente, conduza, indistintamente, a múltiplas penalidades.

183. No entanto, na hipótese em exame, verifica-se a atuação da Administração Pública em dissonância com a vedação ao princípio do *non bis in idem* sob algumas perspectivas, senão vejamos:

184. Rememora-se que o Auto de Infração nº 4803/2015 foi lavrado pela SUCFIS em decorrência do incidente ocasionado pelo rompimento da Barragem de Fundão por *"causar poluição e degradação ambiental resultando em dano aos recursos hídricos, prejudicando a saúde, a segurança e o bem estar da população, devido ao rompimento das barragens do complexo da Mina do Germano (...)"*.

185. Quando da lavratura do Auto de Infração nº 4803/2015, a multa foi aplicada com base no art. 64 do Decreto nº 44.844/2008, novamente reproduzido para fins de elucidação:

"Art. 64. As multas simples cominadas às infrações gravíssimas previstas neste Decreto terão seu valor fixado entre o mínimo de R\$20.000.000,00 (vinte milhões e reais) e o máximo de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), se a infração for cometida por empreendimento ou atividade de grande

³ CRETELLA JÚNIOR, José. *Direito administrativo brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 759.



porte e causar dano ou perigo de dano à saúde pública, ao bem-estar da população ou aos recursos econômicos do Estado" [grifo nosso].

186. A multa prevista no Auto de Infração nº 4803/2015 foi ainda majorada, com fulcro nas agravantes indicadas no art. 68, II, 'a', 'b', 'c' e 'i', que assim dispõe:

"Art. 68. Sobre o valor-base da multa serão aplicadas circunstâncias atenuantes e agravantes, conforme o que se segue:

II - agravantes:

a) maior gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos e suas consequências para a saúde pública, para o meio ambiente e para os recursos hídricos, inclusive interrupção do abastecimento público, hipótese que ocorrerá aumento da multa em trinta por cento;

b) danos ou perigo de dano à saúde humana, hipótese que ocorrerá aumento da multa em trinta por cento;

c) danos sobre a propriedade alheia, hipótese que ocorrerá aumento da multa em trinta por cento;

i) poluição que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes de área ou região, hipótese que ocorrerá aumento da multa em trinta por cento;"

187. Em decorrência dos desdobramentos concernentes ao incidente ocasionado pelo rompimento da Barragem de Fundão, foram, após a lavratura do Auto de Infração nº 4803/2016 no âmbito do SISEMA, deflagrados outros procedimentos de autuação por parte das autoridades administrativas ambientais, a exemplo dos abaixo indicados (doc. 9).

188. O **Auto de Infração nº 1783/2016** foi lavrado em face da empresa também pela SUCFIS, em 09.03.2016, com fulcro no seguinte resultado ocasionado pelo incidente: "provocar a morte de peixes no córrego Santarém, rio Gualaxo do Norte, rio do Carmo e rio Doce, pela alteração na qualidade da água ou redução do índice de oxigenação" [grifo nosso].

189. Nota-se que a multa decorrente de tal autuação foi calculada considerando, dentre outros aspectos, as agravantes previstas no art. 68, II, 'a', 'c' e 'i' do Decreto nº 44.844/2008.

190. Ora, considerando que a alteração da qualidade hídrica ou redução do índice de oxigenação em questão decorre única e exclusivamente do incidente ocasionado pelo

nt

rompimento da Barragem de Fundão, e que os efeitos do incidente sobre os recursos hídricos, às espécies animais, aos ecossistemas e habitats foram contemplados no Auto de Infração nº 4803/2015 para fins de valoração da multa, inexistente substrato para que ambas as autuações coexistam.

191. Destaca-se que, neste caso, a múltipla punição em decorrência do mesmo objeto também se verifica sob a ótica da incidência das mesmas agravantes nas duas autuações.

192. Por sua vez, o **Auto de Infração nº 6829/2016** foi lavrado pela SGRAI em decorrência do incidente, em 09.03.2016, cuja descrição da infração pautou-se na reprodução vaga e genérica do tipo infracional previsto no Código de Infração nº 122 do Anexo I do Decreto nº 44.844/2008, que também embasou a lavratura do Auto de Infração nº 4803/2015.

193. Considerando que das informações contidas no Auto de Fiscalização ao qual fora indexada tal autuação não decorre conclusão de qual seria a conduta específica que se estaria apenando, tem-se que a autuação tal qual promovida parece embasar-se única e exclusivamente nos resultados ocasionados pelo incidente, que, contudo, já estão contemplados no Auto de Infração nº 4803/2015.

194. A mesma situação se verifica com relação ao **Auto de Infração nº 11396/2016**, lavrado em face da empresa pela FEAM, em 01.03.2016, que também embasou-se na reprodução vaga e genérica da previsão do Código de Infração nº 122 para deflagrar procedimento de autuação em decorrência do incidente.

195. Lado outro, o **Auto de Infração nº 9544/2016** foi lavrado pelo IEF em face da empresa em 19.01.2016, em decorrência do incidente, e pautou-se no Auto de Fiscalização nº 161497/2015.

196. Observa-se que o instrumento de fiscalização em comento, que se refere ao Município de Marilândia, compõe-se de quesitos propostos pela SUCFIS e pelo MPMG, sendo que a autuação foi lavrada com fulcro na seguinte informação ali registrada: "O agente causou dano direto ou indireto às Unidades de Conservação ou às zonas de





MENDO DE SOUZA



amortecimento no trecho vistoriado? Sim, através da mortandade de peixes e despejo de rejeito de minério de ferro no Rio Doce." [grifo nosso].

197. Considerando que a lavratura do Auto de Infração 9544/2016 pautou-se exclusivamente na mortandade de peixes em decorrência do incidente ocasionado pelo rompimento da Barragem de Fundão, mais uma vez o que se verifica é uma autuação cujo objeto se confunde com aquele abarcado pelo Auto de Infração nº 4803/2015.

198. Já o **Auto de Infração nº 11397/2016** foi lavrado pela FEAM em 04.03.2016, também considerando os efeitos do incidente, e com fulcro na descrição a seguir reproduzida: *"contribuir para que a qualidade das águas seja inferior aos padrões estabelecidos. Conforme resultados apresentados no relatório de ensaio limnos nº 0546/16ª – SIGED 00021614 1501 2016"*.

199. Novamente, nota-se a autuação com fulcro na redução da qualidade hídrica decorrente do incidente e seus desdobramentos, também contemplada no Auto de Infração nº 4803/2015.

200. Ressalta-se que na esfera federal⁴ também foram identificados procedimentos de autuação cujo objeto se confunde com o Auto de Infração nº 4803/2015. Sob este aspecto, salienta-se que, independentemente dos debates acerca da competência para o exercício do poder de polícia no caso em exame, impõe-se reconhecer a impossibilidade de coexistirem procedimentos que violam a regra do *non bis in idem* (doc. 10).

201. Verifica-se, pois, a existência de sucessivas autuações consubstanciadas no mesmo substrato fático que culminou na lavratura do Auto de Infração nº 4803/2015. Em qualquer das hipóteses, subsistindo a pretensão punitiva no caso em análise, haveria que se optar por uma ou outra autuação, valendo-se, especialmente, do critério da especialidade.

⁴ Foram lavrados pela IBAMA os seguintes Autos de Infração que possuem a mesma identificação com aspectos previstos no Auto de Infração do presente procedimentos 19-E, 21-E, 24-E, 9082392 E, 9082395 E e 9091685 E;

202. É o que dispõe o art. 39 do Decreto nº 99.274/1990, que regulamenta a Lei 6.938/1981, aqui aplicável subsidiariamente: *“quando a mesma infração for objeto de punição em mais de um dispositivo deste decreto, prevalecerá o enquadramento no item mais específico em relação ao mais genérico”*.

203. Ratificando a interpretação de que não é permitido haver dois atos sancionatórios sobre o mesmo fato gerador, o artigo 41 do referido Decreto, determina que *“a imposição de penalidades pecuniárias, por infrações à legislação ambiental, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, **excluirá a exigência de multas federais, na mesma hipótese de incidência**”* [grifo nosso].

204. Importante observar que esse modelo interpretativo não sofre qualquer embaraço decorrente da norma consagrada no art. 16, § 1º da Lei nº 7.772/1980, segundo o qual *“se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, serão-lhe aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas”*.

205. É que o dispositivo acima indicado tutela a hipótese do chamado concurso material ou real de infrações, que ocorre quando o agente pratica várias ações ou omissões ilícitas (*ex diversis factis*), sujeitando-se a tantas punições quantas forem as condutas infracionais cometidas⁵. Ou seja: quando há mais de um comportamento punível, todos eles mereceriam ser apenados cumulativamente com a respectiva sanção, o que não se aplica, em absoluto, ao caso vertente, em que se está apenando sucessivas vezes, pelos motivos a seguir reproduzidos, que culminaram na definição de multa no importe de R\$112.690.376,32 (cento e doze milhões, seiscentos e noventa mil, trezentos e setenta e seis reais e trinta e dois centavos) através do Auto de Infração nº 4803/2016.

“causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural, ou que prejudique a saúde, a segurança, e o bem estar da população”.

“maior gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos e suas consequências para a saúde pública, para o meio ambiente e para os recursos hídricos, inclusive interrupção do abastecimento público”;

⁵ Cf. NORONHA, E. Magalhães. *Direito penal: introdução e parte geral*. 26. ed. V. 1. São Paulo: Saraiva, 1989. p. 258.



"danos ou perigo de dano à saúde humana";
"danos sobre a propriedade alheia";
"poluição que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes de
área ou região;"

206. Destaca-se que a aplicação das agravantes previstas no art. 68, II, 'a', 'b', 'c' e 'i' fez com que fossem contempladas na autuação proveniente do Auto de Infração nº 4803/2015 diversos desdobramentos do incidente, inexistindo fundamento para que, cada um deles, seja, separadamente, objeto de sucessivas autuações.

207. Salienda-se que a jurisprudência é assente quanto à matéria, a exemplo do julgado abaixo colacionado:

"AMBIENTAL. DOIS AUTOS DE INFRAÇÃO. IBAMA. MOTIVO ÚNICO. IMPOSSIBILIDADE. BIS IN IDEM. REMESSA OFICIAL E APELAÇÃO NÃO PROVIDAS. 1. Embora tenha o IBAMA esclarecido que a segunda autuação visou apenas a complementação da multa inicialmente imposta e não quitada, os documentos acostados não corroboram tais afirmações. 2. Descabe a lavratura de dois autos de infração em decorrência do mesmo motivo, sob pena de violar-se a vedação de bis in idem. 3. Apelação e remessa oficial não providas"⁶. [grifo nosso].

208. Complementarmente, salienta-se que as ações promovidas pela empresa com fins a minimizar os danos à saúde pública e ao meio ambiente, incluídas medidas de reparação e limitação da degradação decorrente do evento, vem sendo desenvolvidas mediante transparente interlocução com as autoridades competentes, dentre as quais os representantes deste órgão ambiental, inexistindo, em nenhuma hipótese, substrato fático ou normativo para motivar autuação com fulcro nos fatores já contemplados pelo auto de Infração nº 4803/2015.

209. Ante o exposto, apenas na eventualidade de, a despeito dos fatos e fundamentos concernentes à validade do Parecer Único que embasou a decisão da 94ª Reunião Ordinária da URC Rio das Velhas, motivadamente subsistir a autuação proveniente do Auto de Infração nº 4803/2015, impõe-se reconhecer a impossibilidade de coexistirem todos os demais procedimentos administrativos de autuação que tenham relação com os resultados do evento ocorrido em 05.11.2015, principalmente

⁶ Apelação em Mandado de Segurança nº 200030000025375, TRF1, 5ª Turma, Relatora Juíza Federal Mônica Neves Aguiar da Silva.

aqueles acima citados, havendo a Administração Pública que optar por aquele que deve prevalecer em detrimento de outros, devendo cancelar os demais.

210. Entendimento em sentido contrário faria com que a **SAMARCO** fosse condenada a multas administrativas em valores absolutamente superiores ao limite previsto na norma, com fulcro em um mesmo fato, o que, em hipótese alguma, se pode admitir.

211. Certamente não foi este o cenário que o legislador visualizou ao definir uma monta máxima no bojo do procedimento administrativo sancionador desta natureza.

IV – CONCLUSÃO

212. Por todo o exposto, requer a **SAMARCO** seja o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** recebido, conhecido e devidamente apreciado, uma vez que demonstrados os requisitos legais de admissibilidade, e analisados seus fundamentos para que ao final:

a) considerando que a decisão pela manutenção da penalidade de multa decorrente do Auto de Infração nº 4803/2015 pautou-se no Parecer Único nº 001/2016 emitido pela SUCFIS, que seja promovida a revisão dessa decisão administrativa proferida na 94ª URC Rio das Velhas para:

a.1) - reconhecer a nulidade da autuação tal qual promovida, com sua imediata desconstituição e definitivo arquivamento, vez que não houve fundamento para afastar a suscitada nulidade do instrumento por impropriedade quanto à autoridade responsável pela lavratura, a qual não dispõe de respaldo normativo para tanto;

a.2) - reconhecer a nulidade do procedimento em sua completude, por absoluta afronta ao devido processo legal e às disposições expressas da norma regulamentar quanto à indicação de qual seria processo paradigma que teria sido considerado para fins de reincidência e fixação do valor da multa, o que

somente foi levado ao conhecimento da empresa após o decurso do prazo para a defesa, sem que lhe fosse reaberto o prazo para manifestação;

a.2.1) em sede de eventualidade, caso, fundamentadamente, se entenda em sentido diverso e subsista o procedimento de autuação em exame, que seja promovida a revisão da decisão administrativa para adequação do rito então adotado, promovendo-se a reabertura do prazo para a defesa com relação à identificação do Auto de Infração 167286/2013 como paradigma utilizado para fins de reincidência genérica e fixação do valor da multa;

a.2.2) ainda em sede de eventualidade, que seja reconhecida a impossibilidade de considerar o Auto de Infração nº 167286/2013 como paradigma para fins de reincidência e fixação do valor da multa concernente ao Auto de Infração nº 4803/2015, seja considerando (i) o disposto no art. 66, "caput", do Decreto nº 44.844/2008, uma vez que em nada se relaciona com o objeto da autuação ora objurgada, (ii) que quando do incidente ocasionado pelo rompimento da Barragem de Fundão a empresa ainda não havia sido cientificada da manutenção das penalidades referentes ao Auto de Infração nº 167286/2013, (iii) que não consta do processo paradigma a necessária "*decisão administrativa*" propriamente dita pela confirmação da multa, (iv) que não há decisão final que ponha termo ao processo paradigma, que ainda está em aberto;

a.2.3) na eventualidade de, fundamentadamente, ser mantida a pretensão punitiva do Estado através do Auto de Infração nº 4803/2015, que seja retificado o valor base definido para fins de cálculo da multa, aplicando-se o valor correspondente a não constatação de reincidência genérica, haja vista os vícios quanto à consideração do Auto de Infração nº 167286/2013 como processo paradigma no que tange a autuação ora objurgada;

a.3) reconhecer a nulidade do procedimento em sua completude, considerando o contexto que permeia o incidente ocasionado pelo rompimento da Barragem de Fundão, e o fato de que as causas do acidente ainda estão sendo apuradas,

pautando-se a autuação apenas e tão somente no resultado decorrente do incidente, independentemente da existência de uma ação ou omissão, de nexo causal entre eventual conduta e o resultado, de animus do agente em praticar determinado ato, o que não poderá prosperar;

- a.3.1) ainda na eventualidade de subsistir o procedimento de autuação decorrente do Auto de Infração nº 4803/216, que seja promovida a revisão da decisão proferida na 94ª Reunião Ordinária da URC Rio das Velhas, para que, com fulcro nos princípios e critérios regentes do processo administrativo sancionador, seja revisto o montante cominado a título de multa;
- b) na eventualidade de subsistir o procedimento de autuação decorrente do Auto de Infração nº 4803/216, reconhecer a aplicação de atenuantes sobre o valor da multa, principalmente considerando o equívoco da fundamentação utilizada no Parecer Único emitido pela SUCFIS para afastar o reconhecimento das atenuantes previstas no art. 68, I, 'a', 'b' e 'j', do Decreto nº 44.844/2008, a qual não dispõe de embasamento legal, e parece refletir uma atuação parcial diante do caso em exame;
- c) em sede de eventualidade, seja oportunizada a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, conforme requerido na Defesa Administrativa, nos termos do art. 49, III, do Decreto nº 44.844/2008, estabelecendo-se prazos, condições e medidas específicas para reparar o dano ambiental, corrigir ou cessar a poluição ou degradação, em consonância com os programas apresentados no TTAC, reduzindo-se a multa proveniente do Auto de Infração nº 4803/2015 em até 50%;
- d) em sede de eventualidade, seja oportunizada a assinatura do Termo de Compromisso a que se refere o art. 63 do Decreto nº 44.844/2008, visto que os fundamentos aventados pela SUCFIS para negar tal pedido em sede de defesa decorre de interpretação equivocada do regramento vigente, e, como tal, não pode subsistir;

- e) em sede de eventualidade quanto à manutenção da aplicação de penalidade decorrente do Auto de Infração nº 4803/2015, seja esclarecida a forma proposta para a vinculação da integralidade de seu resultado a programas e projetos de recuperação e reparação de ambientes degradados no Estado de Minas Gerais;
- f) na eventualidade de subsistir a pretensão punitiva da Administração Pública através do Auto de Infração nº 4803/2015, que seja reconhecida a impossibilidade de coexistirem todos os demais procedimentos administrativos de autuação que possuem vinculação com os resultados do evento de 05.11.2015, notadamente aqueles já citados da presente peça, e que sejam adotadas as medidas cabíveis quanto aos procedimentos a serem arquivados, sob pena de absoluta afronta ao *non bis in idem*.

213. Reitera-se o protesto pela juntada de outros documentos até que o processo seja remetido à conclusão da autoridade julgadora, tal qual preceitua o art. 34, §4º, do Decreto nº 44.844/2008.

214. Indica-se o seguinte endereço para fins de recebimento de notificações, intimações e comunicações: Rua Paraíba, nº 1.122, 19º andar, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, CEP 30.130-918 (A/C Sr. Luís Alberto Silva Aguiar).

Termos em que,
Pede deferimento.

Belo Horizonte, 18 de maio de 2015.

P.p. Marcelo Mendo de Souza
OAB/MG nº 45.952

P.p. Joaquim Martins da Silva Filho
OAB/MG nº 16.076

P.p. Maurício Pellegrino de Souza
OAB/MG nº 89.834


P.p. Paula Azevedo de Castro
OAB/MG nº 100.483


P.p. Laura Altoé Ferreira
OAB/MG nº 142.566




DOC. 1

SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento, **LAURA ALTOÉ FERREIRA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 142.566, com escritório em Belo Horizonte/MG, na Rua Desembargador Jorge Fontana, nº 50, Belvedere, CEP 30320-670, substabelece, com reserva, a **JOAQUIM MARTINS DA SILVA FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 16.076; **PAULA AZEVEDO DE CASTRO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 100.483; **LUDMILA STEPHANIE OLIVEIRA PIOVESANA DA SILVA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 137.624; **ANA CAROLINA VALLADARES BELISÁRIO**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 134.640; **DANIEL MENDES SOUZA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/MG nº 156.560; **STÉFANI MACHADO CAMPOS DE PINHO**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº 157.598; todos integrantes da sociedade **MENDO DE SOUZA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, localizada na Rua Desembargador Jorge Fontana, 50 - 4º andar, Belvedere – Belo Horizonte/MG - CEP 30.320-670, bem como: **LETÍCIA SAPORI DUARTE**, brasileira, solteira, estagiária acadêmica, portadora da CI nº 17.167.894; **PEDRO HENRIQUE MOURÃO DE SOUZA**, brasileiro, solteiro, estagiário acadêmico, portador da CI nº MG 16.324.430 e **FERNANDA FREITAS AMARIZ SOUZA**, brasileira, solteira, estagiária acadêmica, portadora da CI nº MG 11.608.972; os poderes que lhe foram outorgados para representar a **SAMARCO MINERAÇÃO S.A.** perante o SISEMA no Auto de Infração nº 4.803/2015.

Belo Horizonte, 18 de maio de 2016.



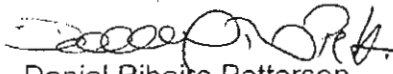
Laura Altoé Ferreira
OAB/MG nº 142.566



SUBSTABELECIMENTO

Pelo presente instrumento, **DANIEL RIBEIRO PETTERSEN**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/MG sob o nº 60.225, com escritório em Belo Horizonte/MG, na Desembargador Jorge Fontana, nº 50, Belvedere, CEP 30320-670, substabelece, com reserva, a **ANA CAROLINA DE BRITO MACHADO**, advogada, portadora da OAB nº 100.726 e **LAURA ALTOÉ FERREIRA**, advogada, portadora da OAB nº 142.566 os poderes que lhe foram outorgados pela **SAMARCO MINERAÇÃO S.A.**, especialmente para atuar perante o SISEMA no Auto de Infração nº 4.803/2015.

Belo Horizonte, 04 de dezembro de 2015.



Daniel Ribeiro Pettersen
OAB/MG nº 60.225



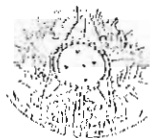
**SUBSTABELECIMENTO**

Substabeleço, com reservas, aos advogados, **Marcelo Mendo Gomes de Souza**, inscrito na OAB/MG sob o nº 45.952; **Daniel Ribeiro Pettersen**, inscrito na OAB/MG sob o nº 60.225 e **Maurício Pellegrino de Souza**, inscrito na OAB/MG sob o nº 89.834, todos membros da sociedade **Mendo de Souza Advogados Associados**, com escritório na Rua Desembargador Jorge Fontana, nº 50, 4º andar, Belvedere, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.320-670, os poderes a mim conferidos por **SAMARCO MINERAÇÃO S.A.**, constantes da alínea "a" da procuração lavrada no Livro 945 P, folha 081, datada de 27 de junho de 2013 no 5º Ofício de Notas de Belo Horizonte (Cartório Amaral). Os poderes, supra, são únicos e exclusivos da cláusula "ad judicia" perante qualquer foro, em qualquer instância, em ações ou outros procedimentos judiciais de qualquer natureza, podendo substabelecer com reserva de iguais poderes, para atuar perante o SISEMA, no Auto de Infração nº 4.803/2015.

Belo Horizonte, 04 de Dezembro de 2015.


Leonardo Andre Gandara
OAB/MG 93.881





CARTÓRIO AMARAL

TABELIÃO CARLOS ALBERTO FAGUNDES AMARAL

5º OFÍCIO DE NOTAS

Avenida João Pinheiro, 152 - Telefone: (31) 3224-2303 - 503 - (31) 3224-4061 - Belo Horizonte, MG Brasil

LIVRO:

TRASLADO

FLS:

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE
FAZEM SAMARCO MINERAÇÃO
S.A NA FORMA ABAIXO:

SAIBAM quantos este

instrumento público de procuração virem que, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de junho do ano de 2013 (dois mil e treze) nesta Cidade de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, República Federativa do Brasil, neste Cartório, à Avenida João Pinheiro, 152, Centro, perante mim, Tabelião, compareceu como Outorgante: SAMARCO MINERAÇÃO S.A, sociedade por ações, CNPJ nº 16.628.281/0001-61, com sede na rua Paraíba, nº 1122, 5º, 10º e 19º andares, Bairro Funcionários, Belo Horizonte, Minas Gerais; neste ato representada por seu Diretor Presidente, RICARDO VESCOVI DE ARAGÃO, brasileiro, engenheiro metalúrgico, casado, portador da Carteira de Identidade nº 841.245 SSP-ES, CPF nº 003.273.567-74, residente e domiciliado em Belo Horizonte, Minas Gerais e por seu Diretor de Implementação de Projetos, MAURY DE SOUZA JÚNIOR, brasileiro, engenheiro, casado, residente e domiciliado em Belo Horizonte, MG, portador da Carteira de Identidade nº M-3.778.112 SSP-MG, CPF nº 639.573.296-04, nos termos do respectivo Estatuto Social, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de dezembro de 2003, cuja Ata foi registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG -, sob o n. 4040463, em 30 de dezembro de 2003 e publicada no "Diário Oficial de Minas Gerais" em 06 de janeiro de 2004, eleitos na 111ª Reunião do Conselho de Administração da Samarco Mineração S.A., realizada em 04 de abril de 2013, cuja Ata foi registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG -, sob o n. 504.425, em 24/04/2013 e publicada no "Diário Oficial de Minas Gerais", em 30 de abril de 2013; Parte identificada por mim, Tabelião, como a própria de que trata, através da documentação acima referida, juridicamente capaz para este ato, do que dou fé. Então, para outorgante, me foi dito que, por este público instrumento, nomeava e constituía como seus bastantes Procuradores: ANDREW JOHNATHAN BISHOP, brasileiro, advogado, casado, portador da Carteira de Identidade nº 23.816.403-0 SSP-SP, OAB-MG sob o n. 139.102, CPF nº 214.540.448-93, residente e domiciliado na rua Professor Raimundo Nonato, nº 279, apto. 202, Bairro Santa Tereza, Belo Horizonte, Minas Gerais; LEONARDO ANDRÉ GANDARA, brasileiro, advogado, divorciado, portador da Carteira de Identidade nº M-6.815.483/SSP-MG, OAB-MG sob o n. 93.881, CPF nº 915.594.306-30, residente e domiciliado na Rua dos Pampas, n. 538, apto. 1204, Bairro Prado, Belo Horizonte, Minas Gerais; LUÍS ALBERTO SILVA AGUIAR,



SECRETARIA DE JUSTIÇA
CHX 17083



1. Serviço conforme o original
Data 12/11/2015 15:01:54 4212
Assinante da verdade.
KRESSIA LOPES PRAUJO AMORIM / ESCRIVENTE
X17653
R. 2.27

TRASLADO

082



945-P

Eu, RICARDO VESCOVI DE ARAGÃO, portador da Carteira de Identidade nº MG-5.431.301 SSP/MG, OAB-MG 97.496, CPF nº 08.440-00, residente e domiciliado na Rua Tomé de Souza, n.º 544, apto. 704, Bairro Funcionários, Belo Horizonte, Minas Gerais, com poderes para: a) poderes da cláusula "ad judicium" perante qualquer foro, em qualquer instância, em ações ou outros procedimentos judiciais de qualquer natureza, podendo substabelecer com reserva de iguais poderes; b) poderes especiais para confessar, transigir, desistir, reconhecer a procedência dos pedidos, receber e dar quitação, requerer e levantar averbas referentes a depósitos judiciais e recursais, firmar compromissos em ações ou outros procedimentos judiciais de qualquer natureza, podendo substabelecer com reserva de iguais poderes; c) receber pessoalmente citações ordenadas por quaisquer autoridades competentes em ações ou outros procedimentos judiciais de qualquer natureza; d) representar a Outorgante perante os órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais, inclusive Juntas Comerciais, em todo o território nacional, em qualquer assunto de interesse da mesma, podendo inclusive atuar em procedimentos administrativos, além de substabelecer com reserva de iguais poderes; e) representar pessoalmente a Outorgante, na qualidade de seus prepostos, em quaisquer ações judiciais ou procedimentos administrativos, podendo inclusive prestar depoimento pessoal; f) nomear prepostos para atuarem em quaisquer ações judiciais ou procedimentos administrativos em que a Outorgante seja parte, enfim, praticar tudo o que mais necessário for para o fiel desempenho deste mandato. Código: 1437-3 - Quantidade: 1 - Emolumentos: R\$ 15,10; Taxa de Fiscalização Judiciária: R\$ 4,76 - Valor total: R\$ 19,86. Valor total: R\$ 19,86. Assim o disse e me pediu este instrumento, que lhe li, aceitei e assina. Eu, CARLOS ALBERTO FAGUNDES AMARAL, TABELIÃO a escrevi, dou fé e assino. (aa) RICARDO VESCOVI DE ARAGÃO; MAURY DE SOUZA JÚNIOR; CARLOS ALBERTO FAGUNDES AMARAL.

RICARDO VESCOVI DE ARAGÃO

MAURY DE SOUZA JÚNIOR

Este traslado, extraído em 27/6/2013, é cópia fiel do original. Eu, RICARDO VESCOVI DE ARAGÃO, subscrevo, dou fé e assino em público e raso.



CARTÓRIO AMARAL
FABELLIÃO CARLOS ALBERTO FAGUNDES AMARAL
5º OFÍCIO DE NOTAS



Avenida João Pinheiro, 152 - Telefone: (31) 3224-2303 - Fax: (31) 3224-4001 - Belo Horizonte MG Brasil
LIVRO: 945-P TRASLADO FLS: 082



EM FOLHA, _____ DA VERDADE.

TESTEMUNHO, _____
FABELLIÃO, CARLOS ALBERTO FAGUNDES AMARAL.



CMX 17682

Selo de Fiscalização

Cartório do 5º Ofício de Notas de Belo Horizonte
Verificado e achado conforme o original
apresentado.
Belo Horizonte, 12/11/2015 15:01:54 4212
Em Testemunho _____ da verdade.
KESSIA LOPES ARAUJO AMORIM ESCRIVENTE
Selo: CMX17682
Total: R\$5,27

Agosto/2010

Av. João Pinheiro, 152 / CEP 30130-180 / Belo Horizonte / MG (31) 3224-2303





DOC. 2

